



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**CRISTIANE DA SILVA DE JESUS**

**O SERVIÇO SOCIAL E AS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS  
COM FAMÍLIAS: UM ESTUDO SOBRE AS  
PUBLICAÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

**Florianópolis**

**2005**

**CRISTIANE DA SILVA DE JESUS**

**O SERVIÇO SOCIAL E AS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS  
COM FAMÍLIAS: UM ESTUDO SOBRE AS  
PUBLICAÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Regina Célia Tamaso Miotto

**Florianópolis**

**2005**

**CRISTIANE DA SILVA DE JESUS**

**O SERVIÇO SOCIAL E AS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS  
COM FAMÍLIAS: UM ESTUDO SOBRE AS  
PUBLICAÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 28 de setembro de 2005.

---

Dra. Regina Célia Tamasso Mioto

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dra. Jussara Maria Rosa Mendes

---

Dra. Maria Manoela Valença

---

Dra. Regina Célia Tamasso Mioto

---

Suplente Dra. Marli Palma

*Dedico este trabalho a  
minha família.*

## **AGRADECIMENTOS**

- A Deus, por ter me concedido a graça de realizar o Mestrado, por me iluminar e ser minha fortaleza.
- Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, pela compreensão em todos os momentos e pela oportunidade de oferecer uma proposta pedagógica e estimuladora do crescimento acadêmico e intelectual de Assistentes Sociais;
- A CAPES, pela bolsa concedida durante seis meses, indispensável à criação das condições financeiras para a realização deste estudo;
- A minha orientadora Regina Célia Tamaso Mito, pelo estímulo e respeito intelectual, por me fazer sentir estar caminhando na direção necessária e, pelas críticas e solidariedade presentes em cada momento da elaboração deste estudo;
- Aos membros da banca de dissertação, pela leitura cuidadosa, comentários e sugestões, advindas das doutoras Jussara Maria Rosa Mendes e doutora Maria Manoela Valença;
- As bolsistas de iniciação científica Keila e Naraiana e as mestrandas Telma e Cleidiamar pela contribuição durante a coleta de dados dessa pesquisa, a ajuda prestada por vocês foi de fundamental importância;
- As amigas de turma Janaina Loeffler e Jane Lindner, por nossas longas conversas, pelos desabafos e partilhas durante todo o tempo de mestrado;
- A minha filha Alexandra, por existir e iniciar um novo capítulo na minha história;
- Ao meu marido Marcelo, companheiro de todas as horas, por toda dedicação, incentivo e respeito ao meu crescimento intelectual e profissional, pelo abraço que conforta e estimula a seguir em frente;
- A meus pais, Renato e Nilza, por continuarem mantendo tanto “cuidado”, me acolhendo, me ouvindo e rezando por mim;

- Aos meus irmãos Danniell e Renata, pelos auxílios, estando sempre junto com tamanha amizade. Ao Diego e Juline, cunhados, pelas conversas, pela crença e respeito que me dedicam;
- A minha sogra Zilda, meus cunhados e minhas cunhadas, Júnior e Ramona, Sérgio e Ana, Josiane, por me ajudarem em tantos momentos;
- As colegas de trabalho do Projeto Sócio-Emergencial da Prefeitura Municipal de Florianópolis, pela acolhida e preocupação; pela alegria partilhada e ajuda nas horas de dúvidas e cansaço;
- As amigas do tempo de GAPEFAM onde comecei minha trajetória de pesquisa, em especial, a Professora Dra. Ingrid Elsen pelo compromisso com um trabalho profissional de qualidade às famílias e com a interdisciplinaridade; além de Greicy, Pablini, Daniela, que me ajudaram desde o início da seleção e, principalmente, a Wanda, por sua humildade e amizade sincera, visíveis nas trocas realizadas ao longo desses anos;
- Aos amigos, Sidney e Simone e Márcio e Marlise, por compreenderem e acompanharem ao mesmo tempo, de tão longe e tão perto, mais esta etapa.

## RESUMO

O presente estudo tem como tema, as ações sócio-educativas que os Assistentes Sociais realizam no seu trabalho profissional com famílias. Partimos da revisão sobre o Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, que se desenvolve dirigindo aos usuários uma ação sócio-educativa. Considerando que o Serviço Social tem a família como objeto de intervenção ao longo de sua trajetória, introduzimos o debate sobre a mesma que perpassa a profissão e, apontamos que a longa tradição no trato com elas e o aprofundamento do debate teórico-metodológico e ético-político desencadeado nas últimas décadas não significou uma ação à altura das exigências colocadas aos Assistentes Sociais. Desse modo, a partir da produção de Gramsci destacamos a discussão sobre a educação ao nível molecular e coletivo, como sendo uma referência compatível com o atual projeto ético-político-profissional, a fim de avançar no processo de ruptura com uma vertente conservadora. Neste estudo, objetivamos identificar o que são e como estão sendo desenvolvidas as ações sócio-educativas no trabalho profissional dos Assistentes Sociais com famílias; bem como analisar a apropriação/debate das ações sócio-educativas no trabalho profissional dos Assistentes Sociais com famílias e qual a orientação teórico-metodológica e ético-política deste contexto. Para a realização do estudo adotamos a pesquisa bibliográfica, enquanto procedimento metodológico. Para tanto, construímos um instrumento de modo a coletar e armazenar os dados dos artigos de anais dos eventos científicos do Serviço Social no Brasil, realizados entre 1998 e 2003 – que apresentem relatos de experiências sobre o desenvolvimento de ações sócio-educativas e o trabalho profissional com famílias. Entre os principais resultados identificamos que as ações sócio-educativas dos Assistentes Sociais com famílias são entendidas como um processo contínuo e permanente, nos quais os usuários dos serviços constroem uma consciência crítica sobre si mesmo e sobre a realidade, para nela atuarem de forma transformadora. Neste contexto, encontramos ações profissionais voltadas à construção de uma prática de caráter educativo-político, buscando a democratização e a formação de uma consciência crítica para as famílias. Todavia, a maioria dos trabalhos, demonstra que as ações ainda têm um caráter de repasse de informações e estão centrados na busca isolada de solução dos problemas de ordem interna, comportamental, psicológica, moral e/ou material da família. Com isso, os Assistentes Sociais empreendem uma ação contrária à direção social hegemônica da profissão, que defende um projeto coletivo. Nesta perspectiva, os Assistentes Sociais têm assumido na direção de suas ações sócio-educativas a tendência familista da política social, solicitando maior autonomia e iniciativa do grupo familiar nos problemas que são expressões das contradições sociais. Por isso, a profissão pode estar contribuindo para que as famílias continuem sendo “anteparo social” diante do vazio institucional das políticas públicas que asseguram a reprodução social. Neste quadro, situamos a contribuição do pensamento gramsciano, como pressuposto para o estabelecimento de novas relações sociais, tendo a ação educativa molecular e coletiva como instrumento que possibilite aos usuários a consciência das contradições, sendo primeiro passo da construção de uma contra-hegemonia e para fortalecer sua organização política.

Palavras-chaves: ações sócio-educativas, família, Serviço Social.

## ABSTRACT

The present study subject is about social-educative actions that Social Assistants held in their professional work with families. This has started from a review about Social Service while inscribed profession on the work social-technique division that develops itself, addressing to the users a social-educative action. Regarding that the Social Service has the family as the intervention object along their way, it was introduced the debate about it that passes through the profession and, it is pointed that the long tradition treating with them and getting the bottom of the theoretical-methodological and ethical-political debate unchained on the last decade did not mean an action according to the demands put on the Social Assistants. In this way, from Gramsci production is highlighted the discussion about education to a molecular and collective level as being a compactable reference with the present ethical-political-professional project, in order to advance in breaking the process with an under conservative discussion. This study aims to identify what are and how are being developed the social-educative actions in the professional work of Social Assistants with the families; as well as analyzing the appropriation/debate of social-educative actions on the professional work of Social Assistants with families and which is the theoretical-methodological and ethical-political orientation of this context. For the study realization was adopted a bibliographical research while methodological procedure. Therefore, it was built a tool in order to collect and store the paper data of the Social Service scientific event annals in Brazil, held between 1998 and 2003 – that presents experience reports about the social-educative actions development and the professional work with families. Among the main results it is identified that the social-educative actions of the Social Assistants with families are understood as a continuous and permanent process in which the service users build a critical consciousness about themselves and the reality to act in a transformer way. At this context, it is found professional actions turned to the construction of an educative-political character practice, searching the democratization and formation of a critical consciousness for the families. Yet, most of the works show that the actions still has an information re-passing feature and they are centered on the isolated searching for the problem solutions of internal, behavioral, psychological, moral and/or material order of the family. In this way, the Social Assistants undertake a contrary action toward the social hegemonic of the profession that defends a collective project. At this perspective, the Social Assistant has assumed towards their social-educative actions the family tendency of social politics, requiring more autonomy and initiative of the familiar group in the problems that are expressions of social contradictions. Therefore, the profession can be contributing for the families to continue being “social support” in the view of the institutional emptiness of the public politics that assure the social reproduction. This picture situates gramsciano’s thought contribution, as the presuppose for the establishment of new social relations, having the molecular and collective educative action as the tool that enables the users to a contradiction consciousness, being the first step of the construction of a counter-hegemony and for strengthening its political organization.

Key-words: social-educative actions, family, Social Service.



## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>10</b> |
| <b>1 CONTEXTO DA PROFISSÃO E UM OLHAR SOBRE FAMÍLIA .....</b>   | <b>16</b> |
| <b>1.1 O exercício profissional do Assistente Social .....</b>  | <b>22</b> |
| <b>1.2 Serviço Social e projeto ético-político .....</b>  | <b>33</b> |
| <b>1.3 Família e Serviço Social .....</b>   | <b>38</b> |
| 1.3.1 Família .....   | 39        |
| 1.3.2 O debate sobre a família no Serviço Social .....  | 51        |
| <b>2 SERVIÇO SOCIAL E AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS .....</b>  | <b>60</b> |
| <b>2.1 A dimensão sócio-educativa das ações profissionais do Serviço Social .....</b>   | <b>60</b> |
| <b>2.2 Contribuições de Gramsci para fundamentação das ações sócio-educativas do Serviço Social .....</b>                       | <b>73</b> |
| <b>3 O SERVIÇO SOCIAL E AS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS COM FAMÍLIAS: UM ESTUDO SOBRE AS PUBLICAÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS.....</b> | <b>87</b> |
| <b>3.1 Procedimentos metodológicos .....</b>  | <b>88</b> |
| 3.1.1 Tipo de pesquisa .....  | 88        |
| 3.1.2 Universo da pesquisa .....  | 90        |
| 3.1.3 A elaboração do instrumento .....   | 92        |
| 3.1.4 Estudo piloto .....   | 93        |
| 3.1.5 Questões pertinentes .....  | 93        |
| 3.1.6 Instrumento .....   | 96        |
| 3.1.7 Análise e interpretação dos dados .....   | 98        |
| <b>3.2 Resultados .....</b>   | <b>99</b> |
| 3.2.1 Espaços ocupacionais .....  | 99        |
| 3.2.2 Referencial teórico-metodológico no exercício profissional .....  | 101       |
| 3.2.3 Ações sócio-educativas do Assistente Social em equipe multiprofissional .....   | 106       |
| 3.2.4 Objetivos .....   | 108       |
| 3.2.5 Instrumentos/procedimentos de execução das ações sócio-educativas .....   | 112       |

|                                    |            |
|------------------------------------|------------|
| 3.2.6 Temas trabalhados .....      | 115        |
| 3.2.7 Discurso sobre família ..... | 117        |
| 3.2.8 Concepção de educação .....  | 125        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>144</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>           | <b>152</b> |
| <b>ANEXO – INSTRUMENTO .....</b>   | <b>160</b> |

## INTRODUÇÃO

No presente trabalho, realizamos uma investigação sobre as ações sócio-educativas com famílias, onde os Assistentes Sociais desenvolvem seu exercício profissional relatadas nos eventos científicos organizados pelo Serviço Social no período de 1998 a 2003.

O Serviço Social nasce e se desenvolve como profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, enquanto especialização do trabalho coletivo (social), que só pode ser compreendida mediante o exame das condições e relações sociais historicamente determinadas, que conferem uma direção social ao exercício profissional. É necessário reconhecê-la, também, como uma realidade vivida na e pela consciência de seus agentes profissionais, expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional. Em outros termos, o Serviço Social é tanto um dado histórico quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos.

No processo de divisão social e técnica do trabalho coletivo, o Serviço Social insere-se, desde sua emergência, no interior dos equipamentos sócio-assistenciais existentes participando, “tanto da criação de condições para a sobrevivência material das classes subalternas, como de uma *ação sócio-educativa* tencionada pela dinâmica contraditória dos interesses em confronto no espaço em que se movimenta”. (YASBECK, 2000, p. 95).

Desta forma, o Assistente Social participa junto com outros profissionais da implementação de “políticas sócio-assistenciais no âmbito de organizações públicas e privadas, operando sob duas perspectivas: a prestação de serviços e a *ação educativa* (e *política/ideológica*)” (YAZBECK, 2000, p. 96).

Inserido neste contexto, o Assistente Social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano da população usuária, principalmente através de uma ação sócio-educativa,

que tanto pode assumir um caráter conservador e moralizador destinado a moldar o *cliente* em sua inserção institucional e na vida social, como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas na sociedade.

Considerando o Assistente Social como um profissional executor e propositor no campo das políticas sociais públicas e privadas, principalmente as de corte assistencial, e sendo a família um tema transversal a todas estas, nos propomos investigar as ações sócio-educativas desenvolvidas pelo profissional neste campo.

No âmbito do Serviço Social a família tem sido objeto de intervenção ao longo da história da profissão. Desde suas origens, o Serviço Social propõe uma ação educativa direcionada à família trabalhadora, numa linha de prevenção aos problemas sociais e adaptação social, comum cunho doutrinário e moralizador, orientada pelo conteúdo do pensamento conservador. Mas, o desenvolvimento do Serviço Social também trouxe o compromisso com as classes subalternas na perspectiva de construção de uma nova sociabilidade, cujo horizonte é a conquista da emancipação humana. Trata-se dos avanços nos campos político-ideológico e teórico-metodológico dos últimos vinte anos, com a construção do projeto ético-político da profissão.

Apesar disso, a longa tradição no trato com famílias e o aprofundamento do debate teórico-metodológico e ético-político desencadeado no Serviço Social nas últimas décadas não significou uma ação à altura das exigências colocadas aos Assistentes Sociais. Por isso, nos propusemos a investigar as condições atuais do exercício profissional, isto é, como o Assistente Social vem realizando as ações sócio-educativas com as famílias, a fim de apontar elementos para uma discussão sobre estas ações vinculadas ao projeto ético-político, já que o debate teórico tem apontado que tradicionalmente este trabalho tem um caráter conservador.

A questão de pesquisa que orienta o estudo é pesquisar e verificar em que e como consistem as ações sócio-educativas desenvolvidas pelos Assistentes Sociais descritas nas publicações sobre o trabalho profissional com famílias?

Tomar este objeto justifica-se não somente por ampliar os estudos nesta direção, mas sobretudo, porque sendo o trabalho com as famílias uma marca histórica do Serviço Social, nossa abordagem procurará discutir as formulações e a direção que os Assistentes Sociais imprimem ao trabalho profissional com as mesmas, quando desenvolvem ações sócio-educativas.

Além disso, embora seja um consenso entre os autores que discutem a profissão que o profissional exerce uma função educativa, suas discussões não explicitam em que consistem essas ações. Desse modo, defendemos a necessidade de aprofundar o debate sobre as ações sócio-educativas do Assistente Social, no âmbito do trabalho profissional junto à família.

Considerando nosso interesse e, pelo fato de ser o Serviço Social uma profissão interventiva, entendemos a necessidade de pensar o trabalho profissional e as ações sócio-educativas com famílias a fim de nos aproximarmos e aprofundarmos nossa discussão sobre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política com o cotidiano do Assistente Social. Cremos, portanto, que um estudo nesta direção poderá estabelecer elementos para qualificar as ações profissionais, principalmente as sócio-educativas e possibilitar a discussão integrada sobre a intervenção numa das áreas mais significativas do Serviço Social.

Assim, esperamos que este estudo venha contribuir para a construção de um referencial que compatibilize o fazer profissional e a discussão sobre família, com o projeto ético-político do Serviço Social.

As hipóteses que sustentam a pesquisa realizada surgem de nossa trajetória profissional, bem como da observação do trabalho profissional do Assistente Social na área da

família, mediadas pelo debate teórico da profissão. Para tanto, consideramos algumas variáveis para conduzir essa investigação. Partimos do princípio que embora ao longo de sua história a profissão do Serviço Social exerça uma ação sócio-educativa, sendo, aliás, uma de suas principais características, predomina uma indefinição sobre a demarcação de tais ações no trabalho profissional com famílias. Além disso, se o Serviço Social avançou o debate no campo político-ideológico e teórico-metodológico, principalmente a partir do novo projeto ético-político da profissão, os mesmos resultados não foram alcançados no meio profissional. Com isso, no âmbito do trabalho profissional com famílias convivem, de forma contraditória, dois tipos de orientação para a ação profissional, sendo uma direcionada à normatividade e estabilidade, ou seja, mais conservadora, e outra, de transformação e conflito demonstrando a clara intenção de ruptura com a vertente conservadora, visível no horizonte posto pelo debate teórico hegemônico da profissão.

Esse estudo teve como objetivos, primeiro identificar o que são e como estão sendo desenvolvidas as ações sócio-educativas descritas nas publicações sobre o trabalho profissional dos Assistentes Sociais com famílias; segundo analisar a apropriação/debate das ações sócio-educativas no trabalho profissional dos Assistentes Sociais com famílias e qual a orientação teórico-metodológica e ético-política deste contexto e, terceiro, apontar elementos que sustentem, no desenvolvimento de ações sócio-educativas pelos Assistentes Sociais com famílias, um trabalho vinculado ao atual projeto ético-político-profissional.

A sistematização do estudo, está organizada em três capítulos, que compõem o conteúdo desta dissertação.

No primeiro capítulo, pautamos nossa discussão a partir da contextualização do Serviço Social e a proposta da profissão a partir dos anos 90, bem como seu projeto ético político hegemônico. Primeiramente, procuraremos abordar o exercício profissional entendido como movimento interno do processo histórico profundamente condicionado pelas relações

entre as classes na sociedade e direcionado, tanto para as condições materiais, quanto para as condições sociais de vida da classe trabalhadora, isto é, as ações profissionais dos Assistentes Sociais têm grande efeito no processo de reprodução da força de trabalho através da prestação de serviços sociais previstos em programas nas áreas da saúde, educação, habitação etc. Mas, também através de uma dimensão que não é material, pois incidem no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura produzindo efeitos reais na vida dos sujeitos apesar de nem sempre os seus resultados se corporificarem como coisas materiais. Para tanto nos basearemos nas contribuições de Iamamoto e Carvalho (1982).

Em seguida, apresentaremos uma revisão sobre a questão da família e seu debate no Serviço Social. Procuraremos realçar que hoje tem sido colocado em pauta um discurso sobre a importância da família, o que pode estar relacionado à compreensão de que a mesma “inspira cuidados” em vista das transformações ocorridas na sociedade contemporânea, já que tais mudanças vêm trazendo maior vulnerabilidade a este segmento. Da mesma forma, contextualizaremos a restrição do Estado em sua participação na “solução” das expressões de questões sociais e, ao mesmo tempo, a reinserção da família como uma das importantes alternativas para o preenchimento desta lacuna. Na medida em que o “cuidado” com as famílias tem se constituído numa fonte de preocupação para os profissionais que trabalham na área, procuraremos tecer os parâmetros para uma discussão sobre o tema e sua inter-relação com as políticas públicas, uma vez que são a base do trabalho profissional do Assistente Social.

No segundo capítulo, realizaremos uma breve revisão sobre a institucionalização e legitimação do Serviço Social no Brasil, onde a profissão adquire a incontestável marca de dirigir aos usuários uma ação sócio-educativa. Neste quadro, apontaremos que as relações pedagógicas concretizam-se sob a forma de ação material e ideológica junto às classes subalternas, envolvidas nos processos do trabalho profissional e têm efeitos na maneira de

pensar e agir dos usuários, assim como estão vinculadas a uma dimensão cultural de um determinado projeto societário.

Ainda neste capítulo, apresentaremos as reflexões de Antonio Gramsci sobre a educação e a hegemonia, que serão utilizadas enquanto proposta teórica para nos subsidiar nas discussões sobre a função educativa do Assistente Social, requisitada ao profissional em diferentes espaços ocupacionais.

No terceiro capítulo descreveremos os procedimentos metodológicos deste estudo que partiu da pesquisa bibliográfica junto às publicações relacionadas à intervenção com famílias e ações educativas no Serviço Social nos anais de eventos científicos da categoria, no período de 1998 – 2003. Em seguida, faremos a exposição dos resultados da análise empreendida nos artigos consultados. Neste esforço, procuraremos apreender em cada item selecionado do instrumento utilizado a totalidade das afirmativas dos profissionais que expressam o trabalho de um segmento da categoria profissional. Assim, na apresentação dos dados, destacaremos alguns trechos, em razão de indicarem uma visão ou posição de um conjunto significativo de artigos ou uma tendência visível no conjunto de ações profissionais. A partir disso, explicitaremos que a profissão tem ampliado uma discussão teórica, mas ainda encontra uma fratura entre a dimensão ético-política e teórico-metodológica e a dimensão técnico-operativa.

Nas considerações finais recuperaremos as indicações centrais dos resultados da análise, apontando que, por um lado temos ações voltadas para a construção de uma prática de caráter educativo-político, para a busca da democratização e de formação de uma consciência crítica para as famílias, mas por outro lado, ainda existe um trabalho voltado para a atuação psicossocial, por intermédios de aconselhamentos, apoio, e preponderância de práticas individuais. Por isso, no período de tempo analisado, temos projetos que coexistem indistintamente, com intenções opostas, que incidem sobre o projeto ético-político profissional.



## 1 O CONTEXTO DA PROFISSÃO E UM OLHAR SOBRE A FAMÍLIA

No momento em que vivemos o Assistente Social depara-se com o desafio de empreender um trabalho, no sentido de consolidar o projeto ético-político da profissão. Numa conjuntura adversa, os espaços ocupacionais e as demandas profissionais sofrem alterações que impõem novas competências a esse profissional.

O atual contexto nos apresenta profundas transformações sócio-históricas, com mudanças regressivas nas relações entre Estado e sociedade, num quadro de recessão onde a economia internacional está submetida à ordem financeira do grande capital.

As dificuldades para impulsionar o crescimento econômico, o aumento do desemprego e do subemprego e a radicalização das desigualdades de renda, propriedade e poder, das disparidades religiosas, raciais, de gênero e etnia comprometem processos e valores democráticos. (IAMAMOTO, 2002, p. 13).

Tais transformações, acentuadas a partir de 1970, têm a tônica neoliberal e são traduzidas nas políticas de ajuste recomendadas pelos organismos internacionais<sup>1</sup> e assumidas pelos governos brasileiros desde então. Neste quadro, estabelece-se a reestruturação produtiva, com modificações no mundo do trabalho, sobretudo na organização da produção, nas relações contratuais de trabalho e na comercialização. Como conseqüências, observa-se a despolitização dos trabalhadores, o empobrecimento acelerado das famílias, a supressão de direitos sociais conquistados em lutas anteriores, entre outros.

---

<sup>1</sup> Segundo Carvalho (1995, p. 67) o ajuste estrutural implementado pelo governo brasileiro a partir de 1980, enquanto exigência do Consenso de Washington tinha três elementos básicos: “estabilização da economia (combate da inflação); realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação de mercados, liberação financeira e comercial); retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento”.

A esse respeito Yazbeck (1998, p.52) acrescenta:

Aumentam as formas de trabalho precarizado, sobretudo feminino, e cresce o mercado informal. A relação salarial se individualiza. Desestabilizam-se os trabalhadores do Estado e das indústrias. Aumenta o trabalho temporário e subcontratado. Recria-se o trabalho em domicílio, sem contrato ou garantias. O desemprego torna-se um fantasma com a destruição de milhares de postos de trabalho.

Segundo Iamamoto (2002) as transformações em pauta afetam ainda as formas de sociabilidade, pois os critérios da racionalidade do mercado – competitividade, rentabilidade, eficácia e eficiência – invadem diferentes esferas da vida social, reforçando o individualismo.

Ressalta a autora:

Ao lado da naturalização da sociedade – “é assim mesmo, não há como mudar” -, ativam-se os apelos morais à solidariedade, na contraface da crescente degradação das condições de vida das grandes maiorias. Esse cenário, de nítido teor conservador, atinge formas culturais, a subjetividade, a sociabilidade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias. Estimula um clima de incertezas e desesperanças. A debilitação das redes de sociabilidade e sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um “é livre” para assumir os riscos, as opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais. (IAMAMOTO, 2002, p. 30).

Observa-se também uma redefinição do papel do Estado, principalmente no que se refere à prestação de serviços públicos. Desenvolve-se um amplo processo de privatização da coisa pública mediante a restrição de gastos sociais, a diminuição de mecanismos de proteção social e o estabelecimento de parcerias entre o público e o privado na prestação de serviços sociais, o que significa a redução de investimentos em políticas sociais. (IAMAMOTO, 2002).

No Brasil, este modelo de desenvolvimento econômico é adotado nos anos de 1980 e intensificado na década de 1990. Sader (2004, p. 8) afirma que as últimas duas décadas deram lugar à políticas neoliberais que orientam-se, centralmente, pela retração do Estado e extensão

das relações mercantis, “que generalizam a relação central do capitalismo, aquela que define tudo pelo valor de troca, em que tudo tem preço, tudo é passível de ser comprado e de ser vendido”. Tais políticas, se chocam diretamente com os interesses públicos e com os direitos universais da grande maioria dos cidadãos, pois baseiam-se no afã do lucro que move o “mercado”. Assim,

Ao combinar-se com políticas sociais focalizadas, emergenciais, setoriais, que em nada diferem das políticas assistenciais, elas atentam diretamente contra os direitos, especialmente daqueles que dependem da esfera pública, da afirmação dos direitos universais para terem acesso aos bens fundamentais. (SADER, 2004, p. 9).

A regressão das políticas sociais já vinha sendo implementada desde o final de 1980, com ações de caráter social pontuais “desenvolvidas a partir de uma ideologia liberal acionada como reforço ao projeto de construção do cidadão-consumidor, cujo objetivo era controlar a mobilização da classe trabalhadora e amortecer os conflitos que tinham por base uma grave crise econômica”. (PORTO, 2001, p. 26).

A partir de 1990 a crise das políticas sociais se agrava mais intensamente, “favorecida particularmente pela pressão dos organismos financeiros internacionais impostas aos governos brasileiros no sentido de implementar reformas no aparelho estatal” com a finalidade de buscar soluções à crise econômica de conotação global instalada. Segundo Porto (2001, p. 27), o agravamento dessa situação se estabelece de forma mais contundente nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, quando as propostas neoliberais vão de fato de se concretizar “impulsionadas pelo dinamismo de sua política econômica caracterizada por juros altos, com repercussões na elevação da recessão e do desemprego e pela sua programática política que concedia destaque à abertura da economia aos capitais internacionais, à privatização do patrimônio público e a redução dos direitos sociais”. Desse modo, a política

social brasileira se apresenta sintonizada e submissa à orientação macroeconômica, distanciando-se da dimensão universalista adquirida com a Constituição Federal de 1988.

Neste cenário, Nogueira (2002, p. 208) salienta que as políticas sociais, especialmente a de saúde, “repõem a ascensão da família, como uma das soluções centrais para a superação do impasse, além de provocar o reenquadramento da sociedade civil, no plano dos valores sócio-culturais e políticos”. Como assinala a autora:

Desse modo, a busca de satisfação da necessidade coletiva assume a forma de uma renegociação, onde entra novamente a família e uma variada gama de agências e grupos de solidariedade e ajuda mútua. (NOGUEIRA, 2002, p. 210).

Entendemos que essas transformações se materializam na vida dos sujeitos que se constituem nos usuários do Serviço Social, entre eles as famílias, e exigem dos profissionais respostas criativas e competentes.

Contudo, pensar processos de ajuda à família, significa refletir tanto questões de ordem “interna”, como de ordem “externa”, já que a capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares depende diretamente da qualidade de vida que eles têm no contexto social ao qual estão inseridos (MIOTO e TAKASHIMA, 1996). Dessa forma os acontecimentos externos como as crises econômicas, o desemprego, as transferências de cidades, migrações e a ausência/organização dos serviços públicos trazem modificações na dinâmica familiar e são também fontes de estresse, podendo agravar as dificuldades enfrentadas pela família para a realização de suas tarefas de reprodução cotidianas.

Nessa perspectiva, convém ressaltar que com a crise do Estado e a reorientação das políticas públicas pelo ideário neoliberal, a família ganha uma nova visibilidade. Carvalho (2000b), enfatiza que as redes de solidariedade e sociabilidade engendradas a partir da família ganham importância na política social, dada sua potencial condição de assegurar proteção e inclusão social. Muitas funções no campo social, que anteriormente acreditava-se serem

assumidas pelo Estado, são devolvidas ao grupo familiar, sobrecarregando a família, já atingida pelas precárias condições sócio-econômicas a que está submetida considerável parcela da população brasileira (GUEIROS, 2002; ROSA, 2002).

A esse respeito Barros (1995) comenta que, ao contrário das teses que defendem a restrição das funções familiares na atualidade, na América Latina observa-se que a família, muitas vezes é o único recurso frente às carências da sociedade, tendo que desenvolver diversas estratégias de sobrevivência, como o trabalho infantil, por exemplo, capazes de trazer sérios danos tanto ao grupo familiar quanto à seus membros.

A autora realça que políticas sociais incidem “direta ou indiretamente sobre as famílias, constituindo parte importante do contexto em que elas se desenvolvem e condicionando diretamente seu nível de qualidade de vida”. As necessidades das famílias não são consideradas e tampouco são avaliados os impactos dessas políticas sociais na vida das famílias beneficiárias (BARROS, 1995).

Do mesmo modo, Campos e Miotto (2003) ressaltam que a operação de uma política fundada na solidariedade familiar reforça a tendência do não reconhecimento, por parte da sociedade e do Estado, dos limites econômicos e sociais da família. Geralmente essa orientação leva à presença de uma política familiar muito passiva e pouco desenvolvida.

A família, como apontam alguns autores, é uma realidade com a qual temos bastante intimidade, pois afinal todos temos uma família e ela acaba aparecendo como algo “natural” (FREITAS, 2002; VITALE, 2002). Tal proximidade pode gerar dificuldades junto às famílias com as quais trabalhamos, à medida que nos aproximamos delas a partir de nossas próprias referências. Por ser uma realidade muito próxima e que se confunde com o que nós somos, há necessidade de um esforço de distanciamento, o que nem sempre é fácil (SARTI, 2000).

A esse respeito Carvalho (2000b, p. 13) destaca que

As expectativas em relação à família estão, no imaginário coletivo, ainda impregnadas de idealizações, das quais a chamada família nuclear é um dos símbolos. A maior expectativa é de que ela produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem. No entanto, estas expectativas são possibilidades, e não garantias. A família vive num dado contexto que pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades.

Desta forma, entendemos a instituição familiar enquanto “um fato cultural e historicamente condicionado”, quer dizer, a família possui uma dimensão social e histórica e, sua configuração está diretamente ligada ao tipo de sociedade em que está inserida. (MIOTO, 1997, p. 115).

Concordamos com Mello (2000, p. 53) ao enfatizar que para uma análise conceitual da família devem-se abandonar as pretensões de universalidade, pois para a autora “não existe essa abstração que é a FAMÍLIA”. Nesta direção Miotto (1997) também afirma que “não é possível falar de família, mas sim de famílias”, a fim de incorporar dentro desta concepção os diferentes arranjos familiares existentes em nossa sociedade.

Portanto, neste primeiro tópico iremos expor o desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que direciona uma ação educativa ao trabalhador e sua família.

## 1.1 O exercício profissional do Assistente Social

Inserido num cenário carregado de questões e problemas, imposto pelo modelo neoliberal, o Assistente Social se depara com a deterioração das condições de vida dos trabalhadores e é atingido duplamente: como trabalhador assalariado e como profissional comprometido com a realização dos direitos sociais. Além disso, o mercado de trabalho do Serviço Social sofre modificações, desafiando o profissional a se qualificar cada vez mais para decifrar a realidade e as particularidades da questão social, bem como “construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”. (IAMAMOTO, 2003, p. 20).

Neste quadro de transformações nos propomos a pensar o Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, no âmbito da produção e reprodução da vida social, partindo da obra de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho (1982), por ser considerada um “divisor de águas” na direção social da profissão.

Segundo Iamamoto (2003, p. 95), pensar o exercício profissional como um trabalho<sup>2</sup>, permite apreendê-lo “como partícipe de processos de trabalho que se organizam conforme as

---

<sup>2</sup> O debate em torno da categoria trabalho e sua interface com o Serviço Social tem se baseado na tradição marxista, sendo apresentado através de várias vertentes, necessitando de aprofundamento por parte dos agentes que constroem a profissão, mas que não será retomado neste momento. A discussão sobre processo de trabalho não encontrou ainda um consenso, persistindo ainda muitas divergências sobre a questão. A esse respeito podemos citar o artigo de Holanda (2002) cuja posição é de que o trabalho, enquanto categoria ontológica fundante do ser social, não pode ser identificada com o Serviço Social. Para a autora, há uma íntima relação no processo de produção e reprodução das relações sociais, mas jamais uma identidade entre a ação profissional do Serviço Social e o trabalho. Do mesmo modo Lessa (2000) realça que, do trabalho, se desenvolve o rico processo de reprodução social, daí se originam complexos sociais novos, diferenciados que não podem ser caracterizados enquanto trabalho, ainda que tenham a sua origem e se relacionem de alguma forma com ele.

Para que não hajam mal entendidos, esclarecemos que neste estudo tomaremos como referência o sentido empregado pelo Dicionário Aurélio (1999) no qual a categoria trabalho diz respeito à “aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim; atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento; o exercício dessa atividade como ocupação, ofício, profissão; trabalho remunerado ou assalariado, serviço; maneira de trabalhar a matéria, com manejo e utilização dos instrumentos de

exigências econômicas e sócio-políticas do processo de acumulação, moldando-se em função das condições e relações sociais específicas em que se realiza, as quais não são idênticas em todos os contextos em que se desenvolve o trabalho do Assistente Social”.

A recuperação da análise efetuada por Iamamoto e Carvalho (1982), na qual o significado histórico da profissão é desvendado a partir de sua inserção na sociedade, onde se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho parece nos ajudar nessa discussão. Nossa profissão é um tipo de especialização do trabalho coletivo (social) que só pode ser compreendida mediante o exame das condições e relações sociais historicamente determinadas, que conferem uma direção social ao trabalho profissional. É necessário reconhecê-la também como uma realidade vivida na e pela consciência de seus agentes profissionais, expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional. Em outros termos, o Serviço Social é tanto um dado histórico quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos.

Nesta perspectiva os autores privilegiam a análise da profissão inserida no processo de reprodução das relações sociais<sup>3</sup>:

O Serviço Social só pode afirmar-se como *prática institucionalizada e legitimada* na sociedade ao responder a *necessidades sociais* derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 16). (grifo dos autores).

Iamamoto e Carvalho (1982) defendem que o Serviço Social, como instituição componente da organização da sociedade, tem sua atuação polarizada pelos interesses das classes sociais antagônicas. Logo, a atuação do Assistente Social reproduz interesses

---

trabalho; atividade que se destina ao aprimoramento ou ao treinamento físico, artístico, intelectual, etc.”.

<sup>3</sup> Na tradição marxista o conceito de reprodução das relações sociais refere-se ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais na sociedade capitalista. “É entendida como a reprodução da totalidade da vida social, englobando a reprodução da vida material e do modo de



contrapostos que convivem em tensão, contribuindo para a continuidade contraditória das relações sociais.

Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seus opostos. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 75).

Tal compreensão permite por um lado, “apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes [...] não podendo ser pensada fora dessa trama”. Por outro lado, possibilita também,

[...] Apreender as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho do Assistente Social. Objetivas: no sentido de considerar os determinantes sócio/históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas. Subjetivas: no sentido de identificar a forma como o Assistente Social incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional. (YAZBECK, 1999, p. 90).

Assim, entendemos que o Serviço Social participa “tanto do processo de reprodução do capital quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho”. Esta relação contraditória entre classes sociais e seus interesses permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes e, simultaneamente, cria possibilidades para sua transformação.

Sabemos que o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana fizeram emergir a “questão social<sup>4</sup>”, gerando novas necessidades sociais e novos impasses, exigindo,

---

produção, bem como a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social”. (YAZBECK, 2000, p. 90).

<sup>4</sup> No momento em que surge “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de

portanto, profissionais especializados para seu atendimento. É neste contexto, que o Serviço Social vai se gestar e se desenvolver. À medida que avança o desenvolvimento das forças produtivas da divisão do trabalho e a sua conseqüente potenciação, mudam as formas e o grau de exploração da força de trabalho. Ao mesmo tempo, modificam-se as formas de enfrentamento da questão social.

Embora as origens do Serviço Social estejam intimamente ligadas às iniciativas da Igreja – que busca uma presença mais ativa no mundo temporal, e avança na missão de recristianizar as classes subalternas e a família operária – a história revela, que no Brasil, a profissão se consolida quando vinculada ao aparato estatal e às organizações patronais privadas de caráter empresarial, criadas especialmente a partir de 1940. Como parte integrante dos aparatos de poder o Assistente Social é crescentemente aproveitado e cooptado para fazer frente à questão social e, então, assume sua atuação como uma categoria profissional assalariada envolvida na implementação de políticas sociais e no planejamento e execução das atividades por elas previstas.

O Serviço Social deixa assim de ser um mecanismo de distribuição da caridade privada das classes dominantes para se transformar em uma das engrenagens de execução das políticas sociais do Estado e setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores. É nesse sentido que se apresenta, para a análise da profissão e de seu significado social, a impossibilidade de desvinculá-la da relação com as novas formas de enfrentamento da questão operária, criadas pelo Estado e empresariado, consolidadas em medidas de política social, implementadas pelas grandes instituições assistenciais. (IAMAMOTO, 2000, p. 94).

---

intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e a prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social”. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 77). Na contemporaneidade a questão social continua a ser uma “velha questão social”, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, porém “tem novas roupagens, novas expressões em decorrência dos processos históricos que a redimensionam na atualidade, aprofundando suas contradições. Alteram-se as bases históricas que mediatizam sua produção/reprodução na periferia dos centros mundiais, em um contexto de globalização da produção e dos mercados, da política e da cultura, sob a égide do capital financeiro, acompanhadas de lutas surdas e abertas, nitidamente desiguais”. (IAMAMOTO, 2002, p. 28).

Segundo esta autora, na medida que Estado e empresariado passam a ser os principais propulsores da profissão, o Assistente Social passa a atuar seguindo metas estabelecidas por estes organismos para aqueles que pertencem aos setores dominados. Desse modo, a demanda dos serviços profissionais não é aquela diretamente solicitada pelo trabalhador, o que confere à mesma um nítido caráter de classe e de cunho impositivo.

Neste contexto, o Serviço Social situa-se “como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora”, contribuindo na criação de bases políticas que legitimem o exercício de poder de classe do Estado e organizações privadas contrapondo-se às lutas da classe trabalhadora. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 94).

*Intervém, ainda, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho, através da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado, que constituem o suporte material de uma ação de cunho “educativo”, exercido por esses agentes profissionais. Porém, como o processo reprodução das contradições sociais é, também, o processo de reprodução das contradições fundamentais que as conformam, estas se recriam e se expressam na totalidade das manifestações do cotidiano da vida em sociedade. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 94) (grifo dos autores).*

Entretanto, os autores ressaltam que a utilização do trabalho profissional do Serviço Social pelo empresariado e pelo Estado como estratégia de dominação só é possível devido a algumas das características da profissão.

O Assistente Social exerce uma série de funções técnicas e de suporte à racionalização do funcionamento das entidades estatais, paraestatais ou privadas a que está vinculado. Neste espaço, desenvolve atividades ligadas ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais programados por estas entidades para a população. Considerado como um “agente institucional de linha de frente” nas relações entre instituição e a população, o Assistente Social dispõe de um poder atribuído, institucionalmente para selecionar aqueles

que têm direito de acesso aos programas e eleger entre estes os mais necessitados, bem como comprovar a pobreza dos usuários e empregar racionalmente os recursos disponíveis na instituição. Além disso, o Assistente Social “centraliza e circula informações sobre a situação social dos *clientes* para os demais técnicos e para a entidade, e as informações sobre o funcionamento desta para a população” (grifo nosso). Outra característica do trabalho profissional para atender a demanda que lhe é efetuada diz respeito à “ação de persuadir, mobilizando o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão”. Utiliza-se então de duas estratégias: por um lado, a transmissão das diretrizes e normas institucionais como necessárias e válidas para o atendimento do cliente e a garantia de eficiência do serviço. Aliada a isso ocorre a “ação ‘educativa’ que incide sobre valores, comportamentos e atitudes da população, segundo padrões sócio-institucionais dominantes”. Por outro lado, está a estratégia de individualização dos atendimentos, neutralizando possíveis insatisfações e tensões, submetendo-as ao controle institucional. Há ainda a distribuição de auxílios materiais, em que as solicitações da população tendem a ser vistas como carência e não como direitos. (IAMAMOTO, 2000; IAMAMOTO e CARVALHO, 1982).

Há que se resgatar também, que o Serviço Social tem como recurso básico de trabalho a linguagem, instrumento privilegiado de ação e através do qual se efetiva a peculiar ação persuasiva ou de controle por este profissional. Os serviços sociais são o suporte material e as entidades são a base organizacional que condicionam e viabilizam a atuação técnica do Assistente Social. Contudo, esta atuação dispõe de características peculiares:

Trata-se de uma ação global de cunho sócio-educativo ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos. Incide tanto sobre questões imediatas, como sobre a visão global de mundo dos “clientes”. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 114).

Uma característica importante no exercício profissional do Assistente Social refere-se a sua atuação, “a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos à saúde, moradia, educação, relações familiares, infra-estrutura urbana etc.”. Isso significa que a intervenção do Assistente Social é efetivada a partir de expressões concretas da vida dos indivíduos e grupos. Como apontam Iamamoto e Carvalho (1982, p. 114-115) “estando sua atividade referida ao *cotidiano*, enquanto *produto histórico* e enquanto *vivência pelos sujeitos*, ele é aqui aprendido como manifestação da própria história, na qual os agentes a produzem e reproduzem, fazendo-se e refazendo-se nesse processo social” (grifo dos autores). Esse cotidiano é “expressão de um modo de vida em que não só se reproduzem suas bases, mas em que também são gestadas as bases de uma prática inovadora”.

Outro aspecto refere-se à interferência do Assistente Social em graus diversos de intensidade na vida dos usuários, dado o caráter pessoal da relação, que muitas vezes marca sua atuação em face a preocupação desse profissional em apreender a singularidade dos indivíduos e sua situação de vida. As bases sociais dos usuários tendem a ser obscurecidas, levando à individualização e pulverização dos casos por parte do Serviço Social.

Além disso, o trabalho profissional do Assistente Social faz parte de um trabalhador coletivo que articula uma série de funções e especializações, que são acionadas em seu conjunto para a realização dos fins da instituição empregadora, sejam empresas ou instituições governamentais (IAMAMOTO, 2003, p. 64).

Assim, a partir da análise proposta por Iamamoto e Carvalho (1982), o Serviço Social poderia ser caracterizado como uma “tecnologia social”, colocada “a serviço da reprodução da força de trabalho, do controle social e da difusão da ideologia dominante para classe trabalhadora”.

Como apontamos anteriormente, embora o Serviço Social tenha surgido do movimento católico, a partir das ações beneficentes e filantrópicas, no Brasil o processo de

profissionalização e legitimação da profissão encontra-se articulado à “expansão das grandes instituições sócio-assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas”, principalmente a partir da década de 40. (IAMAMOTO, 2000). Neste cenário, se estabelece uma das linhas divisórias entre a atividade assistencial voluntária e atividade profissional. A força de trabalho especializada do Assistente Social torna-se, então, mercantilizada e subordinada à classe capitalista, no momento em que este agente passa a perceber um salário em troca de serviços prestados à entidade empregadora. Ao ingressar no universo da mercantilização o trabalho profissional constitui-se como “parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade”. (IAMAMOTO, 1999).

O Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado por ser socialmente necessário: produz serviços que atendem necessidades sociais, isto é, têm um valor de uso, uma utilidade social. Por outro lado, os Assistentes Sociais também participam, enquanto trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou redistribuição da riqueza social. Seu trabalho não resulta apenas em serviços úteis, mas tem efeitos na produção ou redistribuição da riqueza social, isto é, do valor e da mais-valia. (IAMAMOTO, 1999, p. 114).

Nesta perspectiva, o Assistente Social pode participar tanto do processo de reprodução da força de trabalho, da criação da riqueza social ou ainda do processo de redistribuição da mais-valia social.

O que merece ser marcado é que “o Serviço Social não é uma profissão que se inscreva, predominantemente, entre as atividades diretamente vinculadas ao processo de criação de produtos e de valor”. Entretanto, para Iamamoto e Carvalho (1982, p. 85-86), o Serviço Social não está totalmente alijado da produção social na medida em que “o alvo predominante do exercício profissional é o trabalhador e sua família, elemento mais vital e significativo do processo de produção”. É de sua força de trabalho em ação que nasce toda a riqueza social. O fato do exercício do Serviço Social estar circunscrito à defesa das condições e situações de vida da classe trabalhadora, o integraria ao processo de criação de condições

necessárias ao funcionamento da força de trabalho, à extração da mais-valia<sup>5</sup>. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982).

Nesta direção, mesmo caracterizada como “trabalho improdutivo<sup>6</sup>”, na opinião da autora a profissão “participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está à divisão social e técnica do trabalho” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 86). Ainda, segundo a autora, a produção e a reprodução capitalistas incluem também uma série de atividades que, embora não sejam geradoras de valor, são indispensáveis e favorecedoras da produção, bem como dos movimentos do capital, sua valorização e consequentemente o lucro.

São funções cujo significado econômico está subordinado a seu caráter político determinante. Sua razão de ser é dada pela contribuição que possam oferecer, pois que se encontram vinculadas a estruturas do poder, à criação de condições político-ideológicas favoráveis à manutenção das relações sociais, configurando-as como harmônicas, naturais, destituídas das tensões que lhe são inerentes. [...] Tratam de centrar esforços na busca de um equilíbrio tenso entre capital e trabalho, na árdua tarefa de conciliar o inconciliável. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 86-87).

Desse modo, ainda que o exercício profissional do Assistente Social não esteja diretamente inserido ao processo de produção de produtos e valor, dentro da divisão capitalista do trabalho, a profissão está entre as técnicas e tecnologias sociais utilizados “enquanto meios de influenciar a conduta humana, adequando-a aos padrões legitimados de vida social, manipulando racionalmente os problemas sociais, prevenindo e canalizando a

---

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que a mais-valia não é apenas consequência do processo de produção capitalista, mas é o motor de todo o processo. “Sem a mais-valia não haverá o processo nem relações de produção capitalistas. Todo o interesse do capital está interessado nela. Daí ter-se afirmado que no modo de produção capitalista só poderá ser considerado produtivo o trabalho assalariado que, de uma maneira ou de outra, venha a produzi-la” (SILVA e MIRANDA NETTO, 1986, p. 1252).

<sup>6</sup> Entende-se por trabalho improdutivo aquele que não se dedica a funções diretamente produtivas (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982) ou, mais especificamente, aquele empregado em funções repressivas (políticas) ou persuasivas (ideológicas). Tanto o trabalho produtivo quanto o trabalho improdutivo são estritamente necessários para que o capitalismo se reproduza. Quanto ao trabalho improdutivo pode-se afirmar que “sem trabalhadores que se dediquem a fazer com que, de um modo

eclosão de tensões para os canais institucionalizados estabelecidos oficialmente”. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 111).

Para estes autores a eleição da categoria trabalho como uma perspectiva de tratamento à questões relativas ao fazer profissional supõe “privilegiar a produção e a reprodução da vida social, determinantes na constituição da materialidade e da subjetividade das classes que vivem do trabalho”. Sob esse prisma, a atenção volta-se à produção e reprodução da vida material e subjetiva. Como enunciaram Marx e Engels (apud IAMAMOTO, 1999, p. 114)) para fazer história os homens precisam ter suas necessidades satisfeitas, isto é, produzir a própria vida material. “Aquela reprodução envolve a vida material, mas, ao trabalharem, os homens estabelecem relações entre si, portanto, relações sociais”. Mas falar da produção/reprodução da vida social não pode reduzir-se à ótica econômica. A produção/reprodução das relações sociais abrange também as relações de indivíduos, grupos e classes sociais. “[...] Envolvem poder, configurando relações de luta e confronto entre classes e segmentos sociais, que têm no Estado uma expressão condensada da trama do poder vigente na sociedade”. (IAMAMOTO, 1999, p. 115).

Desse modo a categoria trabalho pode ser tomada como referência para a compreensão do exercício profissional do Assistente Social desde que seja “compreendido como processo de transformação que visa atender as necessidades sociais de reprodução humana”. (BARBOSA, CARDOSO e ALMEIDA, 1998).

Para esses autores a interpretação difundida pela literatura profissional, na qual a profissão se configura a partir da demanda por uma especialização sócio-técnica voltada para lidar com a questão social no mundo capitalista por meio das políticas sociais, já mostrou que “o trabalho do Assistente Social se dirige, no âmbito da divisão do trabalho para obtenção de

---

ou de outro (por persuasão ou pela força), sejam admitidas as relações de produção dominantes, não haveria a produção capitalista”. (SILVA e MIRANDA NETTO), 1986, p. 1252).



efeitos específicos sobre as práticas sociais”. (BARBOSA, CARDOSO e ALMEIDA, 1998, p. 113).

Atuando num “amplo e difuso campo de intervenção” o trabalho do Assistente Social se caracteriza pelo trato “com legislação social, a rede institucional, os mecanismos de acesso e restrição dos segmentos sociais aos institutos de regulação social e, ainda, às ações de caráter imaterial voltadas para a mobilização de valores e comportamentos no universo das relações sociais em que a população demandante está inserida [...]” (BARBOSA, CARDOSO e ALMEIDA, 1998, p. 110). Porém, esses elementos também fazem parte de outros campos laborativos, sendo o trabalho profissional requisitado, então, no campo das políticas sociais e das relações entre as mesmas e os sujeitos sociais carentes de recursos privados de reprodução espiritual e material no contexto das sociedades urbano-industriais. (BARBOSA, CARDOSO e ALMEIDA, 1998).

Diz Iamamoto (2003) que o debate sobre o Serviço Social inscrito no âmbito dos processos de trabalho implica considerar que “não se tem um único e idêntico processo de trabalho do Assistente Social”, mas vários. Neste sentido, entendemos ser importante compreender as particularidades do exercício profissional em circunstâncias diversas, entre elas no campo de atuação relacionado à família, principalmente por ser uma questão complexa que têm intrigado os profissionais que trabalham nessa área.

Inserido neste processo contraditório o Serviço Social se vê, ao longo de sua trajetória, confrontado com um conjunto de transformações sociais, sendo desafiado a entender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social. Procurando reafirmar suas bases ético-políticas, teórico-metodológicas e ético-corporativas numa “direção social estratégica” o Serviço Social constrói nos últimos vinte anos o projeto ético-político, que se constitui objeto do item seguinte.

## 1.2 Serviço social e projeto ético-político

Conforme explicitamos, a reflexão sobre o Serviço Social deve considerar, por um lado, as condições macrosocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades. Atualmente, acompanhamos “mudanças históricas”, que configuram o denominado processo de globalização, que representam novas implicações para o mundo do trabalho tais como o desemprego e a eliminação de postos de trabalho; o reordenamento do papel do Estado e de suas relações com a sociedade civil; alterações na esfera da cultura e da comunicação; a primazia do mercado na regulação das relações sociais e a desestruturação do sistema de políticas sociais (YAZBECK, 1998, p. 51). Tais transformações incluem, ainda, o crescimento das desigualdades de renda, propriedade territorial e poder, a intolerância e as disparidades étnica, racial, religiosa e de gênero, bem como a violência econômica e bélica. Esse quadro se agrava mais se considerarmos as privatizações e a redução das responsabilidades públicas no atendimento das necessidades da população e a desarticulação dos direitos sociais conquistados anteriormente, o que acarreta uma “profunda radicalização da questão social”. Iamamoto (2002, p. 19) chama atenção sobre esta dimensão pois,

[...] É esse contexto que altera a demanda de trabalho do Assistente Social, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os Assistentes Sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se uma ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos meios para acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do nosso exercício profissional, porque ele se efetiva pela mediação das condições de assalariamento.

Do mesmo modo, Netto (1996) indica que as atuais transformações societárias “incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de

conhecimento e de implementação, suas funcionalidades etc.”. Para o Serviço Social, modificam o mercado de trabalho tanto pela redução da demanda de atividades antes significativas quanto pelo surgimento de atividades novas. Na sociedade brasileira, em particular, o autor indica que tais transformações tendem “a imbricar, no campo das atividades profissionais, as demandas ‘tradicionais’ e as ‘novas’, tornando o universo dos usuários do Serviço Social muito mais heterogêneo e complexo e exigindo dos Assistentes Sociais mais criatividade e eficácia operativa” (NETTO, 1996, p. 120).

Por outro lado, pensar o Serviço Social significa também considerar as respostas dos agentes profissionais nesse contexto articulado em torno do projeto ético-político da profissão.

Convém lembrar que as “considerações sobre o Serviço Social nos anos noventa”, realizadas por Netto (1996), permanecem na pauta do debate profissional. Para o autor, embora as conquistas no campo da prática profissional tenham sido expressivas nos últimos anos, também o foram os impasses. Um deles refere-se às novas demandas que são enfrentadas pelos profissionais em condições desfavoráveis, dada as fragilidades da formação, as baixas remunerações, a concorrência com outros profissionais, a persistência do lastro conservador em relação aos papéis e atribuições, entre outras.

No entanto, como descreve Iamamoto (2002, p. 20) o Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, realizou no âmbito da sua interpretação teórico-metodológica e política um redimensionamento e uma renovação, sentida pela categoria através de um “forte embate com o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a academicamente”.

Ao longo da década de oitenta e entrada dos anos noventa o Serviço Social, buscando o rompimento com o conservadorismo, acabou por “gestar e formular uma direção social estratégica que colide com a hegemonia política que o grande capital pretende construir [...] –

direção suficientemente explicitada no Código de Ética Profissional em vigor desde março de 1993” (NETTO, 1996, p. 116).

A partir deste período setores críticos ligados à teoria marxista iniciam um processo de renovação do Serviço Social e a construção do projeto ético-político da profissão<sup>7</sup>, conferindo ao mesmo um perfil crítico e transformador (SANT’ANA, 2000). Trata-se de um projeto coletivo, portanto heterogêneo, que respeita o pluralismo, é sensível aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas, mas que se encontra em processamento.

Em seu núcleo reconhece a liberdade como valor central, o que implica num “compromisso com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”.

Além disso, conforme sintetiza Netto (1999, p. 105):

Vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. [...] Afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional. [...] Se posiciona em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são postas explicitamente como condição para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Em decorrência, o projeto se reclama radicalmente democrático – vista a democratização enquanto socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

O projeto da profissão enfatiza ainda o compromisso com a competência através do aprimoramento intelectual do Assistente Social, uma nova relação sistemática deste profissional com os usuários dos serviços e a articulação com os segmentos de outras

---

<sup>7</sup> Netto (1999) salienta que embora um projeto profissional requeira uma “fundamentação sobre os valores de natureza explicitamente ética”, que são postos no Código de Ética, não se esgota neles. “A valoração ética atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele. [...] Os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normatizações morais e/ou prescrições de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação dos projetos profissionais como projetos ético-políticos revela toda a razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional”. (NETTO, 1999, p. 98-99).

categorias profissionais que partilhem de propostas similares e os movimentos em favor dos trabalhadores.

Esse projeto, fruto do protagonismo social dos agentes profissionais, vem sendo construído historicamente no embate entre distintos projetos sociais que se refratam no interior da categoria, redundando em diferenciadas perspectivas de leitura do significado social do Serviço Social, que incidem na condução e operacionalização do trabalho quotidiano. O projeto ético-político profissional expressa a perspectiva hegemônica impressa ao Serviço Social brasileiro. Tem suas raízes nas forças sociais progressistas e está fundado nas reais condições sociais em que se materializa a profissão. (IAMAMOTO, 2002, p. 23).

Contudo, apesar destes avanços não foi possível “superar o distanciamento histórico que se efetivou entre a direção social estratégica dada pela vanguarda e a base da categoria”, provocando uma “série de descompassos entre o compromisso político da profissão e a prática cotidiana de grande parcela dos profissionais” (SANT’ANA, 2000, p. 82).

É de suma importância registrar que a operacionalização do projeto profissional supõe considerar as condições sócio-históricas que circunscrevem o trabalho do Assistente Social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades à realização daquele projeto (IAMAMOTO, 2002). Isto significa que ainda que os estatutos legais e éticos do Serviço Social atribuam ao profissional uma autonomia teórica, técnica e ética na condução de suas atividades, a sua condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho, introduz um conjunto de novas mediações que não podem ser desconsideradas na análise do trabalho profissional.

É necessário considerar a inserção do Assistente Social nos organismos institucionais públicos e privados, empresariais ou não, como parte de uma organização coletiva do trabalho, empreendida pelos empregadores, pois as condições e relações de trabalho aí existentes “articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação e os resultados individualmente e coletivamente projetados” (IAMAMOTO, 2002, p. 25). Ou

seja, tais instituições, as quais o Assistente Social está vinculado como trabalhador assalariado, também,

[...] Estabelecem metas a atingir, detêm poder para normatizar as atribuições e competências específicas requeridas de seus funcionários, definem as relações de trabalho e as condições de sua realização – salário, jornada, ritmo e intensidade do trabalho, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento, o que incide no conteúdo e nos resultados do trabalho. Mais ainda, oferecem um back-ground de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos para a realização do trabalho no marco de sua organização coletiva. (IAMAMOTO, 2002, p. 24-25).

A autora nos fala que, o exercício profissional sofre, ainda, outro vetor de demandas: “as necessidades dos usuários, que, condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, reelaboradas na ótica dos empregadores no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais”. (IAMAMOTO, 2002, p. 25). Assim, há um conjunto de determinações e mediações que atravessam o campo de trabalho do Assistente Social, incidem no processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados.

Neste sentido, como nos aponta a autora, a consolidação do projeto profissional requer uma articulação entre “as dimensões ético-políticas, acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do trabalho profissional em que se materializa”.

Concluindo, afirmamos que são muitas as exigências para que o exercício profissional na contemporaneidade possa estar de fato articulado ao atual projeto ético-político do Serviço Social. É necessário, portanto, que o Assistente Social tenha amplo conhecimento das novas formas de produção e das expressões da questão social que são os objetos do seu trabalho, além de ter uma postura crítica baseada nos valores que o projeto profissional postula. Outro requisito indispensável deve ser a potencialização das ações voltadas ao fortalecimento do coletivo, captando os núcleos de contestação e resistência, as formas de imaginação e invenção do cotidiano, de defesa da vida e dignidade da população. Além disso, exige-se o

fomento de uma cultura pública democrática e de controle social por parte da sociedade nas decisões que lhes dizem respeito. Enfim, como diz Iamamoto (1999, p. 128) o desafio da categoria hoje, para avançar na consolidação e implementação do projeto profissional, apesar de um contexto adverso, e construir um trabalho profissional no horizonte da autonomia, justiça social e cidadania das famílias requisita

[...] Um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas no nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo; que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade.

A preocupação do Serviço Social com a garantia da hegemonia construída com o projeto ético-político implica também em pensar as ações profissionais, sobretudo as sócio-educativas a fim de efetivá-las no horizonte do paradigma crítico-dialético. Assim, considerando a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda a trajetória histórica do Assistente Social, teceremos a seguir algumas considerações a esse respeito.

### **1.3 Família e Serviço Social**

Estudos e pesquisas têm constatado a complexidade da família, dado o emaranhado de situações e relações que mantém, tanto no seu contexto interno como externo. Além disso, esses estudos têm mostrado que a idéia de um modelo ideal de família não demonstra a realidade encontrada, uma vez que há uma heterogeneidade de arranjos familiares existentes na sociedade. Para tanto, no tópico a seguir apresentaremos alguns parâmetros para se pensar

a questão da família na contemporaneidade e em seguida discutiremos a atenção dirigida às famílias no Serviço Social.

### 1.3.1 Família

A família na contemporaneidade vem sofrendo mudanças em sua organização e composição, manifesta na diversidade de arranjos domésticos e familiares que tem se destacado inclusive no plano internacional. As alterações na estrutura das famílias vêm sendo percebidas, principalmente nos últimos trinta anos e são decorrentes das mudanças ocorridas na estrutura da economia, nos processos de trabalho e nas relações sociais em geral.

Das variações em relação ao padrão tradicional de família – formada por pai, mãe e filhos de uma mesma união morando na mesma casa – podemos destacar as famílias monoparentais, decorrentes de separações ou abandonos; as famílias formadas a partir de uniões livres; e até mesmo famílias formadas por pessoas convivendo no mesmo espaço, sem vínculos de aliança ou consangüinidade, mas com ligações afetivas de mútua dependência e responsabilidade. (ALENCAR, 2000).

Outras alterações podem ser observadas na queda da taxa de fecundidade e, como consequência, na diminuição do tamanho da família; no “declínio do número de casamentos e aumento da propensão à dissolução dos vínculos matrimoniais constituídos”, indicando aumento das taxas de pessoas vivendo sozinhas e de rupturas da família convencional. Igualmente significativo é que “o declínio da taxa de casamento e o aumento das separações venham sendo mais ou menos compensados com o aumento da taxa de co-habitações, principalmente entre jovens com menos de trinta anos”. Isso tem aumentado também “a diferenciação dos componentes da família e o número de crianças nascidas fora do casamento



convencional que, naturalmente, serão criadas dentro de novos valores”. (PEREIRA, 1995, p. 104).

Verifica-se ainda o aumento do número de famílias chefiadas por um só dos cônjuges ou parceiros, sendo que a grande incidência desse fenômeno tem recaído sobre as mulheres.

Nesse caso, a vida familiar passa a girar em torno da mulher, acarretando o que alguns estudos denominam de feminização da pobreza diante das condições de vida dessas famílias. De fato, são famílias que enfrentam situações de extrema precariedade, tendo em vista o trabalho desqualificado, instável e mal remunerado das mulheres chefes de família. A sobrecarga das despesas e cuidados domésticos aliada à quase inexistência de políticas públicas, que privilegiem o recorte de gênero, acabam por fragilizar ainda mais essas famílias. (ALENCAR, 2000, p. 69).

Observa-se, da mesma forma, o aumento da expectativa de vida dos indivíduos que se expressa no envelhecimento populacional; a viuvez já não é a maneira mais comum de ruptura do vínculo matrimonial, podendo ser substituída pelo divórcio ou separação (JELIN, 1997). Além disso, ocorre uma variação nos períodos em que as pessoas solteiras ou descasadas permanecem sozinhas. “A tendência dominante é a mobilidade das pessoas de um domicílio para outro ou de um tipo de domicílio para outro, o que tem levado a aumentar, com certa rapidez, o número de lares ou habitações” e a diminuir o tamanho e o conforto destes. (PEREIRA, 1995, p. 105).

Esta situação tem impactos culturais, econômicos e políticos e exigem respostas políticas adequadas por parte do Estado a fim de contribuir para o desenvolvimento da família e dos indivíduos. Tais transformações incidem também sobre os valores e a sociabilidade, modificando os tradicionais mecanismos de solidariedade familiar, considerados essenciais para a proteção dos indivíduos e apoio contra as agressões externas e a exclusão social.

Assim, a rede social também é atingida e tende a apresentar-se relativamente dispersa<sup>8</sup>. (PEREIRA, 1995).

Em suma, concordamos com esta autora sobre o fato de que estas mudanças não devem ser vistas como tendências negativas pois até mesmo a idéia de “crise”, tão em voga quando se fala em famílias, pode adquirir um outro significado:

A aparente desorganização da família é um dos aspectos da reestruturação que ela vem sofrendo, a qual se, por um lado, pode causar problemas, pode, por outro, apresentar soluções. Trata-se, pois, de um processo contraditório que, ao mesmo tempo que abala o sentimento de segurança das pessoas, com a falta ou diminuição da solidariedade familiar, proporciona também a possibilidade de emancipação de segmentos tradicionalmente aprisionados no espaço restritivo de muitas sociedades conjugais opressoras. (PEREIRA, 1995, p. 107).

Nesta direção, a multiplicidade de formas familiares e de convivência transforma a idéia de crise se a interpretarmos como parte dos processos de democratização e de extensão dos “direitos a ter direitos”. (JELIN, 1997).

Tendo ilustrado algumas tendências sócio-demográficas e sua incidência sobre a unidade familiar, abordaremos a seguir alguns parâmetros para se pensar a relação entre políticas sociais, serviços sociais e família.

O primeiro parâmetro deve ser a conceituação de família adotada já que “a variabilidade histórica da instituição família desafia qualquer conceito geral de família” (BILAC, 2003, p. 31). Sabemos que o termo tem sido definido, principalmente, através de três dimensões clássicas de família – a sexualidade, a procriação e a convivência – e tem designado instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes entre si, do ponto de vista de sua estrutura e funções. Por isso, o conceito de família está cada vez mais fluido e uma definição geral poderá não abarcar a diversidade de arranjos familiares existentes hoje.

---

<sup>8</sup> Com isso, parece-nos não tão apropriada a afirmação de Sarti (2003) de que a família pobre se constitui em rede, com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, para viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos.

Segundo Bilac (2003), a realidade brasileira das últimas décadas do século XX com uma imensa mobilidade espacial da população e com a ocupação da maioria dos domicílios por famílias nucleares fez com que muitos estudos passassem a igualar a família ao grupo doméstico. Além deste exemplo, existem outros no quais o conceito de família tem como ponto de referência o domicílio ou as relações entre gêneros e gerações. Entre estes poderíamos citar a noção da PNAD na qual “uma ‘família’ não é, nem o grupo doméstico nem o conjunto de parentes sem limitação espacial, mas um subconjunto do grupo denominado ‘domicílio’” (MEDEIROS et. al., 2002, p. 1). Desse modo, para Medeiros et. al. (2002, p. 9) o conceito de família na PNAD, “quando aplicado a parentes, aproxima-se muito da idéia de família nuclear ou família conjugal”. Para nós importa destacar estes aspectos, pois a utilização deste tipo de noção para estimar os usuários potenciais de uma política pública, por exemplo, pode apresentar problemas. Dependendo da unidade de análise utilizada na conceituação algumas famílias poderão ser incluídas e outras excluídas como alvo da política pública em questão. Portanto, reafirmamos que a variedade de organizações familiares encontradas em diversas sociedades é tão grande que dificulta a tarefa de tentar definir com precisão o que é família, pois ao definir algum tipo de parâmetro, outras configurações podem estar sendo excluídas.

Na verdade, cada um de nós tem uma idéia sobre o que é uma família. Porém, esta idéia parte da experiência de cada um, mostrando que este termo é muito mais complexo do que parece à primeira vista. Entendemos que esta dificuldade em torno da definição de família está relacionada também à visão idílica de um modelo de família nuclear. Como diz Ferreira (2002), nossa cultura está impregnada de uma orientação pró-familística, ou seja, a família segue conservando um lugar prioritário em nossa escala de valores. O problema é quando as políticas públicas têm reconhecido a família nuclear como “normal” e as outras formas de convivência como “deficientes” ou “desviantes”. (JELIN, 1997, p. 37).

Neste sentido, entendemos a família como uma “unidade de convivência”, que tem uma conformação histórica e mobiliza recursos afetivos, materiais e simbólicos, transmite valores e constrói uma vida em comum com uma pauta de negociações. Além disso, é espaço onde se aprende as formas comunitárias de vida e onde se aprende a “ser gente”.

Como foi dito, o imaginário coletivo está impregnado de idealizações em relação à família. A esse respeito Carvalho (2003, p. 15) ressalta, que maior expectativa é de que a família “produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem”. De fato, concordamos que a família seja lugar de proteção e a socialização dos indivíduos, canal de iniciação e aprendizado dos afetos e relações sociais. Todavia, é necessário não naturalizarmos a família, como um lugar em que a solidariedade está dada. É preciso compreendê-la como “grupo social cujos movimentos de organização-desorganização-reorganização mantêm estreita relação com o contexto sociocultural” (CARVALHO, 2003, p. 15). Da mesma forma, a evolução da família deve ser entendida na dinâmica das forças produtivas e das relações de produção. (PEREIRA, 1995).

Nesta direção, defendemos que a família possui um caráter contraditório. É claro que as famílias podem ser descritas como “instituições fortes” visto que “são um componente central da integração social mediante a qual os indivíduos podem encontrar um refúgio contra o desamparo e a exclusão” e, porque em seu exercício vital, visam dar conta da reprodução social e da transmissão dos valores culturais básicos. Mas, não se pode negligenciar que as famílias são também “instituições frágeis” pelo fato de que “não estão livres de despotismos, violência, confinamentos, desencontros e rupturas”. Decorre daí o caráter contraditório da família que pode ser, por um lado, apoio para a segurança de seus membros e, por outro lado, pode perpetuar desigualdades e culturas anacrônicas que a transformam em espaço de

exclusão. (PEREIRA, 1995, p. 109). Enfim, uma política pública deve levar em conta o novo padrão familiar e suas contradições, bem como se adequar às várias situações familiares particulares existentes.

Como segundo parâmetro, é necessário considerarmos que a família não é uma totalidade homogênea, mas que as diferentes configurações familiares de nossa sociedade são regidas por lógicas distintas. De um lado, está a lógica da sociedade moderna baseada nos princípios da individualidade, da liberdade e igualdade de direitos. Vive-se a dimensão individualizada da identidade social, que se constitui precisamente uma possibilidade de emancipação. De outro lado, está a lógica tradicional que, segundo Sarti (2003), mantém-se como uma referência fundamental da existência no universo cultural dos pobres. Pensa-se o mundo a partir da lógica da autoridade e da hierarquia complementar, bem como da reciprocidade “em o que conta decisivamente é a solidariedade dos laços de parentesco e de vizinhança com os quais viabilizam suas existência”. (SARTI, 2003, p. 47). A esse respeito

Lo Vuolo (2001, p. 11) comenta:

As aceleradas mudanças sociais, econômicas e culturais incidem nas relações internas das famílias, nas mentalidades e práticas sociais, ao coexistir o novo (a autonomia, a redução da maternidade e independência econômica feminina), com o antigo (dependência subjetiva, manutenção da divisão do trabalho doméstico segundo o gênero). No plano social persistem formas de representação e imagens culturais de dominação, assim como normas sustentadas nessas imagens, que ajudam a compreender a falta de concordância entre os discursos tradicionais e as novas práticas das famílias.

Ressaltamos que tais lógicas se mesclam e têm sido a base para a organização das famílias, mas também têm orientado a visão e o trabalho de estudiosos e profissionais do campo da família.

Um terceiro parâmetro diz respeito à velha discussão entre o público e o privado. Neste quadro a produção, lugar do trabalho, é entendida como esfera pública e a reprodução é

reduzida às relações familiares, esfera privada da vida social. Como aponta Bilac (2003, p. 32):

À medida que a sociedade se complexifica, passa a haver uma crescente especialização institucional – cada dimensão da sociedade tem as suas instituições próprias. Do mesmo modo, a reprodução passa a ser organizada por instituições específicas, e a família pode ser concebida como instituição fundada na e para a reprodução quotidiana e geracional dos seres humanos.

Szymanski (2003) comenta que o surgimento da escola, da privacidade, da preocupação da igualdade entre os filhos, da manutenção das crianças entre os pais e do sentimento de família valorizado pelas instituições (principalmente a Igreja), no início do século XVIII, delineou a família nuclear burguesa<sup>9</sup>. Este tipo de modelo passa a fazer parte do discurso oficial das instituições, profissionais e se estende a quase toda a sociedade, sustentando a distinção ideológica e simbólica entre privacidade/intimidade por um lado, e de outro, responsabilidade pública do Estado. No entanto, os estudos feministas e a crise do Estado de Bem-Estar Social mostraram que esta cisão entre público e privado nunca foi tão rígida assim, e na verdade, a família não deixou de ser uma unidade econômica e de serviços. Apesar desta “separação” em toda a modernidade, Estado e família continuaram repartindo recursos, porém ocorreu que à medida que avançou a intervenção estatal a família parece ter ficado à sombra.

Como sabemos, o modelo keynesiano-fordista caracteriza-se principalmente por um Estado regulador e intervencionista, incluso na produção, nos serviços e no comércio; pela redistribuição da produtividade através dos benefícios sociais e pela melhoria do nível de

---

<sup>9</sup> No entanto, Esping-Andersen (1999, p. 6) comenta que “o modelo evolutivo padrão da nucleação da família atrelada à industrialização parece, primeiramente, simplesmente, não ser válido. Historiadores da família como Laslett e Wall (1972) ou sociólogos da família com Barbagli (1988) demonstram que o tempo está errado: a família nuclear reinou (quase) em toda parte já nos séculos dezessete e dezoito, isto é, cem ou duzentos anos antes do industrialismo moderno. Mais ainda, era tão dominante em regiões atrasadas (tais como a Calábria e a Silícia) como em centros avançados (Londres ou Paris).”

qualidade de vida e de maior mobilização social da classe trabalhadora, vinculada ao Estado, através de mecanismos corporativistas (DE MARTINO, 2001; HARVEY, 1994).

Acontece que o modelo keynesiano-fordista abordou a problemática familiar muito mais a partir dos direitos individuais, o que pode ser percebido, sobretudo através das legislações vinculadas à infância e em torno do trabalho feminino. Além disso, acredita-se que no “estado de bem-estar” se observou a transferência, por parte da família e da comunidade para as instituições estatais, das responsabilidades pelos pobres, dependentes e “desordeiros”. (DE MARTINO, 2001).

Dentro desta perspectiva, De Martino (2001, p. 109) sustenta que na medida em que a intervenção estatal se estendeu, também esboçou uma família “normal” como instituição privada e autônoma. Porém, a intervenção estatal, própria do modelo keynesiano-fordista, não é “direta”, mas foi mediada pela ênfase nos direitos individuais, como assinalamos, e a partir de categorias ancoradas na esfera pública como trabalho, cidadania e direitos. Para a autora, “poderíamos indicar que é a partir dos sujeitos públicos, racionais, econômicos e socialmente integrados que se articularam diferentes prestações e/ou serviços que definitivamente respaldaram ou articularam às famílias”. (tradução nossa).

Nestes termos, a autora nos diz que as diferentes intervenções foram resultado de uma série de movimentos e reformas que levaram ao surgimento de um tipo de sociedade.

Vida pública e privada se articularam nesta dinâmica: uma sociedade organizada na autoconfiança, no mercado regulado, no emprego e na extensão dos direitos individuais teve como contrapartida uma família de acordo: família como ‘refúgio’, autônoma e privatizada. (DE MARTINO, 2001, p. 110) (tradução nossa).

Todavia, assistimos nas atuais circunstâncias da reestruturação produtiva uma decomposição do modelo anterior, que também nos revela uma nova articulação entre o público e o privado, ou entre políticas sociais e família.

Nesse novo panorama as políticas sociais servem apenas para compensar os efeitos negativos dos ajustes econômicos e perdem sua função integradora. Assumem um papel transitório, entrando em cena somente em situações limites, com ações privatizadas, focalizadas e descentralizadas (DE MARTINO, 2001). Cabe ressaltar que esse é o quadro geral em termos mundiais, mas no Brasil isso não ocorre totalmente, uma vez que o “estado de bem-estar social” nunca se consolidou de fato por aqui e a família sempre funcionou como anteparo social diante do vazio institucional de políticas públicas que asseguram a reprodução social. (ALENCAR, 2000).

De Martino (2001, p. 111) afirma, que neste novo cenário se propõe o “neofamiliarismo”, ou seja, “uma tendência ideológica para fazer da família uma unidade, econômica e política, de resolução dos problemas da racionalidade de um modelo global”. (tradução nossa). Isso significa que a crise do “estado de bem-estar”, requer da família uma “solução”, mesmo que parcial, através da redução de sua “dependência” aos serviços e o “aumento” ou a “redescoberta” da autonomia e da iniciativa pessoal e familiar. Uma outra tendência do “neofamiliarismo” diz respeito à superação da distinção da família enquanto unidade de reprodução social, separada da esfera da produção. Por isso, a autora defende que o “neofamiliarismo” se apresenta como uma tendência negligente frente às transformações ocorridas na estrutura e dinâmica familiar e por abordar a família como um campo autônomo, compacto e articulado.

Assim, enquanto o “estado de bem-estar” significou o predomínio do social, da cidadania e da separação do privado, o atual modelo reforça, a partir de discursos sedutores, a visão de uma família “refúgio” mas que deve se “voltar” ao mesmo tempo para o público – duas posições que envolvem um certo grau de dissociação da família em relação à totalidade social.



Face ao exposto observa-se que o público e o privado sempre estiveram em permanente interação. Neste contexto, há um consenso de que os deslocamentos dos limites entre esfera pública e esfera privada está relacionado, sobretudo, à intervenção do Estado nas famílias através de três grandes linhas.

A primeira delas refere-se à interferência da legislação, que evidencia a falta de neutralidade do Estado nas questões relacionadas à família. A maioria das legislações define regras para as relações familiares e regulamentam as decisões dos indivíduos tais como: idade mínima para o casamento, obrigatoriedade de cuidado entre as gerações, posição e direitos dos cônjuges e divorciados, impedimento em relação à uniões legítimas entre pessoas do mesmo sexo etc. (FERREIRA, 2002; MIOTO, 2001).

Em segundo lugar, há uma preocupação com o controle da população que permite a interferência do Estado nas famílias através das políticas demográficas. Esse controle vem ocorrendo ao longo da história da humanidade, mas ganha destaque a partir do advento do capitalismo, do desenvolvimento da medicina e das melhores condições de higiene que contribuíram para o crescimento populacional. Questões como trabalho, capital, produção e nível de subsistência direcionam ainda hoje as políticas demográficas e aquelas dirigidas às famílias, fazendo com que o Estado adote uma posição abertamente pró-natalista ou, ao contrário, definitivamente anti-natalista<sup>10</sup>.

A terceira linha refere-se à difusão de uma cultura de especialistas nos aparatos assistenciais e policiaescolares do Estado que tomam como modelo ideal a família nuclear burguesa e trabalham na perspectiva do convencimento, controle e penalização daqueles

---

<sup>10</sup> Observa-se, por exemplo, que nos países mais desenvolvidos do Ocidente, onde há uma baixa natalidade, existem programas que incentivam uma maior fecundidade através de auxílios econômicos às famílias para cada filho que nasce, bem como serviços de saúde, educação, habitação etc. para que os filhos não representem uma carga financeira. Já nos países menos desenvolvidos, como os latino-americanos, que possuem ainda elevados níveis de natalidade, se propagam as campanhas de planejamento familiar através da distribuição gratuita de recursos e métodos para limitar os nascimentos. (FERREIRA, 2002, p. 141).

segmentos “incompetentes” e “inferiores” que não conseguem “viver de acordo” com este modelo. (MIOTO, 2001).

Neste sentido, procuramos destacar que existe uma relação contraditória, complexa e ambivalente entre Estado e família e que “em seu papel de regulador da vida coletiva o Estado intervém sempre, de maneira direta ou indireta, na esfera privada dos indivíduos e de suas famílias”. (FERREIRA, 2002, p. 143) (tradução nossa). Esta inter-relação tem chamado a atenção de muitos estudiosos e tem sido tematizada a partir de diferentes linhas de interpretação.

A primeira linha, ligada à vertente funcionalista, tende a apontar a família como uma instituição que vem perdendo suas funções, sua autonomia e sua própria capacidade de ação, deixando de ser uma “instituição total”. (JELIN, 1997; MIOTO, 2001). O Estado é visto como um intruso, cada vez mais regulador da vida privada. Trata-se de uma interpretação que tem uma imagem de família mais homogênea: “com valores e interesses comuns, que está ameaçada no seu núcleo de afeto e autoridade pelo Estado e pela inserção das mulheres no mercado de trabalho” (MIOTO, 2001, p. 96).

A segunda está ligada aos estudos feministas, reconhece que a intervenção do Estado na família tem se realizado através de uma sobrecarga de funções e não de suas perdas. A família continua sendo uma unidade econômica e de serviços e necessita de uma ação afirmativa por parte do Estado ou outras instituições coletivas (JELIN, 1997). Essa posição tem uma imagem menos homogênea de família, isto é, “pensa a família na sua diversidade, tanto em termos de classes sociais como em termos das diferenças entre os membros das famílias e de suas relações”. Prevalece então a idéia de família sobrecarregada e não a de uma família esvaziada. (MIOTO, 2001, p. 96).

No entanto, as duas linhas de interpretação concordam num ponto: “que o Estado é o agente mais importante na definição das normas e regras<sup>11</sup> as quais a família está vinculada” e, portanto, “a família encontra-se numa posição de sujeito ameaçado, porém não totalmente passivo”. (MIOTO, 2001, p. 96).

Acrescentamos que as duas vertentes “tendem a oscilar entre um pólo que vê a família constrita a adequar-se às imposições externas e um outro que a vê não apenas como produto”. Esta última posição percebe a unidade familiar como “um conjunto de sujeitos que interagem e desenvolvem complexas estratégias de relações entre si mesmos, entre família e Estado e com a sociedade de forma geral”. (MIOTO, 2001, p. 96). De acordo com Saraceno (1996) ver a família sob este ângulo abre possibilidades para uma outra linha de interpretação, a da inter-relação família e Estado. Nesta perspectiva, o Estado não é visto apenas como fonte de controle e elaboração de normas para a família, com quem tem contraditória parceria, mas como “recurso para a autonomia da família em referência à parentela e à comunidade e autonomia dos indivíduos em relação à autoridade da família”.

Assim, a intervenção estatal deve contemplar todo o processo de definição e garantia dos direitos individuais bem como de definição e implementação de políticas sociais, que forneça instrumentos de sustentação necessários para o bem-estar das famílias.

As políticas sociais teriam o papel de modificar as conseqüências do funcionamento do mercado de trabalho sobre a disponibilidade de recursos para as famílias, que se colocam diversamente na linha da estratificação social. Neste ponto a intervenção do Estado não pode ser criticada pela sua invasão. Ao contrário, deve ser criticada pela sua ausência, ou mesmo pela sua ineficiência, à medida que não consegue ‘descondicionar’ das leis estritas do mercado a satisfação das necessidades básicas das famílias. (MIOTO, 2001, p. 96-97).

---

<sup>11</sup> Trata-se de normas jurídicas, das políticas econômicas, de saúde, educação, habitação, trabalho e cultura, além de toda a imagem de família, de homem, de mulher, de relação conjugal e de adulto que estas políticas propõem. (MIOTO, 2001, p. 96).

Entretanto, a transferência das funções estatais para a família, que vem ocorrendo gradativamente em nome da solidariedade familiar, vem reduzindo os direitos de cidadania social, tornando as famílias ainda mais vulneráveis.

### 1.3.2 O debate sobre a família no Serviço Social

No âmbito de nossa formação cultural, os valores familiares tradicionais sempre tiveram um peso significativo, permitindo que a família desempenhasse e continue desempenhando o papel no cuidado e na proteção das crianças, idosos, inválidos e doentes. Contudo, Nogueira (2002, p. 210) recorda que “as mudanças do perfil demográfico, do ciclo de vida, da estrutura de emprego (ou desemprego), o novo papel feminino como ‘chefe de família’ alteraram esse padrão a partir da década de 1980, ampliando-se as demandas para atendimento das necessidades coletivas pelo setor público”.

Desse modo, a imposição de novas tarefas, o acelerado empobrecimento, a ausência de suporte por parte das políticas sociais e a fragilização dos vínculos familiares, vêm contribuindo para que as famílias sejam “assíduas frequentadoras dos serviços sociais. Nesses serviços, um grande número de técnicos se faz presente e entre eles figuram os Assistentes Sociais” (RODRIGUES, 2002a, p. 33).

Como apontamos, o discurso sobre a importância da família no contexto social tem permeado as propostas de enfrentamento às diferentes formas de expressão da questão social. Segundo Mioto (2001, p. 93), tal ênfase tem sido observada principalmente na área da criança e do adolescente. No Brasil estes programas denominados de orientação e apoio sócio-familiar “estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, e têm como objetivo fundamental garantir o direito à convivência familiar e comunitária”. Tais programas,

timidamente iniciados a partir de 1990, “se proliferaram no final da década pressionados, também, pela agenda de organismos internacionais”. (MIOTO, 2001, p. 93).

Tal observação pode ser constatada inclusive aqui em Florianópolis. O levantamento realizado por Prazeres, Jesus e Rosa (2002) mostrou que entre nove serviços a maioria intensificou o atendimento familiar a partir de 1996, sendo a população alvo crianças, adolescentes e suas famílias.

Entretanto, Miotto (2001, p. 93), afirma que “sob a égide de um discurso ‘homogêneo’ de justiça e cidadania, os programas de apoio sócio-familiar, trazem embutidos princípios assistencialistas e normatizadores da vida familiar que imaginávamos ultrapassados”. Entre os princípios que vêm nortando as ações desses serviços destacam-se a predominância de concepções estereotipadas de família e papéis familiares, a prevalência de propostas residuais e a centralização de ações em situações limites (trabalho infantil, violência doméstica, prostituição) e não em situações cotidianas, dando sustentabilidade nos momentos críticos de sua existência.

Discutindo o lugar ocupado pela família nos sistemas de proteção social brasileiro, Campos e Miotto (2003) apontam que nas políticas na área da criança e adolescente e idoso, por exemplo, o conjunto da lei reforça a responsabilidade compartilhada da família com o Estado e a sociedade. Além disso, demonstram que nos dispositivos legais e na operação dos programas assistenciais o direito individual depende das condições da família, “consagrando o princípio da responsabilidade subsidiária do Estado quanto a ela” (CAMPOS E MIOTO, 2003, p. 179).

As autoras comentam que embora a política de assistência social brasileira defenda um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios para a população, na maioria das vezes o que vem ocorrendo é apenas a transferência monetária para as famílias. Destacam-se então,

os programas de manutenção da renda não universais, que funcionam de forma descontínua, e os auxílios bastante difusos e modestos centrados no trabalho com famílias.

Observam, ainda, que no processo de operacionalização da política de assistência social no Brasil pode ser encontrada uma concepção tradicionalista ou sem aportes teóricos por parte dos profissionais, bem como um distanciamento da perspectiva do direito por parte do Estado. Verifica-se então, no caso do Brasil, um paradoxo no modelo institucional de política pública: uma posição de destaque da família e ao mesmo tempo a restrição ou a destituição dos direitos sociais e não sua manutenção e extensão.

Dessa forma as políticas não estão voltadas à oferta de serviços sociais de apoio às famílias para a gestão da vida cotidiana e, tampouco estão em sintonia com as demandas e necessidades particulares deste segmento. Cabe-nos ressaltar, como lembra Jelin (1997) que os sistemas de proteção social precisam adotar a visão de que ninguém nunca é totalmente “auto-suficiente”, e que “o bem estar depende tanto de segurança em relação ao futuro e aos eventos críticos da vida, quanto da possibilidade de contar com uma rede de sustentação para garantir a reprodução cotidiana, social e biológica” (MIOTO, 2001).

Como indicamos, no âmbito do Serviço Social a família tem sido objeto de intervenção ao longo da história da profissão (SILVA, 1987). Para esta autora a idéia de que a família é um “sistema cliente” ou “unidade de tratamento” parece uma constante tanto na literatura quanto na prática do Serviço Social. Porém, na realidade concreta, parece não haver um consenso e clareza quanto às explicações e formas de atuar junto ao grupo familiar, prevalecendo em alguns momentos concepções naturalistas de família, moralistas e não históricas (SILVA, 1986, p. 16).

Como salienta Iamamoto (2000, p. 29), o pensamento conservador, incorporado pela profissão, mobilizou desde o início a “ênfase na formação social, moral e intelectual da família, considerada como célula básica da sociedade”:

Trata-se de um trabalho 'educativo' entre a família operária, especialmente entre os mais carentes que têm acesso aos equipamentos sócio-assistenciais, com o objetivo de reforçar o núcleo familiar e integrar seus membros à sociedade. Buscam-se na história familiar os elementos explicativos de comportamentos individuais 'anômalos' ou 'desviantes' de um padrão tido como 'normal'. A família, como grupo social básico, é erigida como núcleo do trabalho profissional e como referência para a apreensão da vida em sociedade, em contrapartida às classes sociais.

Do mesmo modo Neder (apud MIOTO, 2002), afirma que os Assistentes Sociais são os únicos profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda a sua trajetória histórica, ao contrário de outras profissões que a privilegiam em alguns momentos e, em outros, a tiram de cena. Contudo, a longa tradição no trato com famílias e o aprofundamento da discussão teórico-metodológica e ético-política ocorrida no Serviço Social nas últimas décadas, não significou uma ação à altura das exigências colocadas aos Assistentes Sociais. "Estas exigências estão relacionadas à necessidade de consolidação do atual projeto ético-político da profissão, de qualificação das ações profissionais nessa área, além da afirmação do espaço do Serviço Social num campo cada vez mais disputado por outras profissões". (MIOTO, 2002, p. 2).

O artigo de Rodrigues (2002b, p. 251) junto a Assistentes Sociais que atuam com famílias revela que "prática e discurso indicam uma intervenção fragmentada e pontual, centrada nas crises familiares e sem referências teórico-metodológicas nítidas". Do mesmo modo o estudo de Prazeres, Jesus e Rosa (2002) junto a serviços de atenção à família, que contam com Assistentes Sociais demonstrou a falta de clareza desses profissionais em relação ao referencial teórico utilizado para guiar seu trabalho.

A essa realidade alia-se a problemática que marca as políticas e os serviços sociais dirigidos às famílias. Neste âmbito Mioto (2000, p. 219), levanta uma outra questão:

As ações públicas estão concentradas sobre famílias que faliram no provimento de condições de sobrevivência, de suporte afetivo e de

socialização de suas crianças e adolescentes. A falência é entendida como resultado da incapacidade das próprias famílias. Portanto, as ações que lhes são destinadas têm o objetivo de torná-las aptas para que elas voltem a cumprir seu papel sem comprometer a estabilidade social.

Isso significa que as políticas sociais não tem sido orientadas para a transformação e construção de uma emancipação das famílias, mas contribuem para que estas se tornem dependentes dos serviços e profissionais.

É importante apontar, ainda, que a partir das discussões sobre o problema da intervenção do Serviço Social com famílias, uma preocupação geral da profissão, Miotto (2002) observou que as ações profissionais estão marcadas, principalmente:

- pela ausência de discriminação quanto à natureza das ações direcionadas ao atendimento das famílias, em muitos serviços. Assim, prevalece o uso de uma linguagem do senso comum em detrimento de uma linguagem técnico-científica em relação à prática profissional;

- pela utilização de categorias de análise sem o devido conhecimento ou discernimento quanto às matrizes teóricas às quais estão vinculadas;

- pela articulação explícita entre referências teóricas e ação profissional que aparece quando o Assistente Social tem uma formação específica na área de família, que geralmente se faz através de outras áreas, como a terapia familiar, por exemplo, o que pode contribuir para o projeto hegemônico de “psicologização” dos problemas sociais;

- pelos processos de intervenção com famílias que são pensados apenas no âmbito do atendimento direto – dirigido às famílias que, por pobreza ou falimento nas suas funções, são tidas como incapazes ou patológicas – sem vislumbrar outras possibilidades de trabalho como os espaços das políticas sociais e da articulação dos serviços na área da família.



No âmbito dos processos de atenção à família Miotto (2002) afirma que as ações direcionadas a este segmento podem ser definidas, basicamente, a partir de dois eixos paradigmáticos<sup>12</sup>: o eixo da normatividade e estabilidade e o eixo do conflito e transformação.

O eixo da normatividade e estabilidade está associado a dois modelos clássicos de intervenção. O primeiro é o modelo técnico-burocrático que “está ancorado numa ideia de que a família é um problema e o tipo de atendimento proposto é diretamente condicionado aos objetivos da instituição, muito mais que pelas necessidades apresentadas pelas famílias” (MIOTTO, 2002, p. 12). Uma das marcas desse modelo são os processos de seletividade na oferta de recursos e serviços, prevalecendo o critério da inclusão pela exclusão. O segundo é o modelo psicossocial individualizante, cuja atenção é dispensada, principalmente para as famílias diagnosticadas como “patológicas”. A intervenção volta-se para a dinâmica interna da família em seus aspectos disfuncionais e, praticamente desconsidera sua interrelação com o contexto social.

O eixo do conflito e transformação orienta as ações sócio-educativas às famílias, objetivando a construção da cidadania e a defesa dos direitos.

Dessa forma, as condutas, dificuldades e problemas expressos pelas famílias enquanto grupo ou pelos seus membros são interpretados como expressão de conflitos instaurados no contexto de uma dinâmica familiar. Porém, tal dinâmica é decorrente de uma história e de uma estrutura familiar, profundamente marcada pelas contradições de uma sociedade em um determinado momento histórico. (MIOTTO, 2002, p. 13).

Nesta direção, as “ações se desenvolvem por meio de um processo compartilhado por famílias e Assistentes Sociais, mediante o qual a autonomia das famílias se constrói, e

---

<sup>12</sup> De acordo com Miotto (2002, p. 12) “os eixos paradigmáticos dizem respeito ao princípio de que ações direcionadas às famílias se definem dentro de um conjunto de proposições teóricas-metodológicas e ético-políticas. [...] Não são estáticos e nem impermeáveis, principalmente porque se constroem e se reconstróem com base no próprio contexto da intervenção”. No âmbito da discussão teórica-metodológica do Serviço Social os eixos estão alinhados às vertentes conservadora e crítico-dialética, respectivamente.

reconstrói e preserva” (MIOTO, 2000, p. 222). A partir desta linha de intervenção, os cuidados direcionados à família devem implicar totalidade, isto é, não há espaços para leituras reduzidas que vêm os problemas e soluções de forma isolada: dentro de um único espaço como a família e as instituições ou dentro de uma área específica (saúde, educação, etc.).

A autora defende ainda que em tais processos de atenção às famílias devem ser contempladas ações em diferentes níveis, tais como a proposição, articulação e avaliação de políticas sociais; a organização e articulação dos serviços, bem como os processos sócio-assistenciais<sup>13</sup> (MIOTO, 2002).

No entanto, Miotto (2002) também observa que no âmbito da “intervenção direta” com famílias, os Assistentes Sociais não têm clareza das ações desempenhadas. Por isso, estas tem sido definidas a partir de três aspectos: pelos usuários (crianças, idosos); pelo instrumental técnico-operativo (grupo, levantamento sócio-econômico, parecer social); ou pelo espaço onde atuam (plantão social, atuação na área da saúde ou da justiça, por exemplo).

Tais características indicam, nas palavras da citada autora, que as ações profissionais “são movidas por lógicas muito mais arcaicas e enraizadas culturalmente, tanto no seu universo afetivo como institucional, do que pela lógica da racionalidade dada pelo arcabouço teórico-metodológico da profissão pós-reconceituação”.

Uma outra análise nesse contexto nos remete a dimensão da instrumentalidade do exercício profissional, porque como nos mostra Miotto (2002, p. 6-7), um de seus estudos indicou paradoxalmente que, além da descrição de uma prática profissional “pouco qualificada” e de natureza funcional, “de uma maneira geral os Assistentes Sociais possuem uma visão crítica da realidade e realizam a articulação entre as questões estruturais/conjunturais e as demandas que lhe são colocadas cotidianamente”. Por isso, a

---

<sup>13</sup> Os processos sócio-assistenciais dizem respeito às ações profissionais de Assistentes Sociais com famílias, que se diferenciam por algumas particularidades. São elas: ações sócio-educativas, ações sócio-terapêuticas, ações periciais e ações emergenciais. (MIOTO, 2002).

autora defende que a transformação dos processos de intervenção com famílias, implica em algo mais que a crítica dos profissionais sobre a realidade e a consciência de que a solução das demandas não está nos limites dos serviços.

A contínua contradição entre conhecimento teórico-metodológico/ético-político e ações profissionais e as dificuldades de uma intervenção com competência pode estar relacionada “às formas vigentes de capacitação profissional para intervenção com famílias, à incipiente produção bibliográfica sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social pós-reconceituação, bem como à natureza e complexidade das ações profissionais” (MIOTO, 2002, p.7).

Convém ressaltar que durante o desempenho da função como Assistente Social em espaços de atendimento à família, nos deparamos com essa problemática, tanto em nossa própria atuação quanto no convívio com os demais colegas da profissão. Nossa experiência nesses espaços mostrou, primeiramente, que as ações dos Assistentes Sociais são dirigidas em alguns momentos por uma lógica afetiva, onde o profissional trabalha, a partir de suas próprias concepções de família, sendo este grupo tomado ora como vilão, ora como salvador (SILVA, 1987). Em segundo lugar, as ações dirigidas à família seguem uma lógica institucional, na medida em que os Assistentes Sociais não distinguem seus objetivos dos propósitos da instituição onde trabalha<sup>14</sup>. Soma-se a isso que os processos de capacitação tem sido orientados pelas demandas dos serviços, sem uma discussão das mesmas no contexto da profissão.

Todas essas discussões nos mostram por um lado, que as ações dos Assistentes Sociais com as famílias assumem, ainda, um caráter de funcionalidade, relacionada aos processos de integração e controle que permeiam a história da profissão. Por outro lado, colocam o desafio de superação deste panorama a fim de que ocorra um trabalho profissional crítico e

qualificado numa das áreas de intervenção consolidadas historicamente e de mercado de trabalho, como é a de família.

Essas questões apontam para a necessidade de considerar que o Serviço Social se institucionaliza e desenvolve como uma profissão, cuja intervenção está direcionada tanto para as condições materiais, quanto para as condições sociais de vida da classe trabalhadora, com um efeito no processo de reprodução da força de trabalho através da prestação de serviços sociais previstos em programas nas áreas da saúde, educação, habitação etc. Mas, também através de uma dimensão que não é material, pois incidem no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura produzindo efeitos reais na vida dos sujeitos – uma ação educativa – orientada por diferentes tendências pedagógicas, o que será contemplado no capítulo seguinte.

---

<sup>14</sup> A esse respeito, a pesquisa organizada por Weisshaupt (1988) já demonstrou que os Assistentes Sociais têm dificuldade para diferenciar seus objetivos dos objetivos institucionais.

## **2 SERVIÇO SOCIAL E AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS**

### **2.1 A dimensão sócio-educativa das ações profissionais do Serviço Social**

Sabemos que o Serviço Social se institui e se estabelece como profissão num contexto contraditório, de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Yazbeck (2000, p. 91) coloca que as particularidades desse processo no Brasil evidenciam que a profissão se institucionaliza e legitima “como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da chamada questão social, a partir dos anos 30”, quando suas manifestações na sociedade adquirem expressão política.

A autora assinala, que esse momento, é marcado pela forte influência do pensamento social da Igreja, que concebe a questão social enquanto uma questão moral, quer dizer, como responsabilidade dos indivíduos devido seus problemas psicológicos e suas condutas morais inadequadas. Este enfoque individualista, psicologizante e moralizador requer “para seu enfrentamento uma pedagogia psicossocial, que encontrará no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento.” (YAZBECK, 2000, p. 92).

No entanto, as exigências da reprodução social da vida da classe trabalhadora empobrecida começam a pressionar o Estado para que assuma uma ação assistencial. Objetivando sua própria legitimação, no processo de acumulação capitalista, o Estado brasileiro incorpora parte das reivindicações dos trabalhadores, criando instituições assistenciais e reconhecendo legalmente direitos sociais e trabalhistas. Por isso, o Serviço Social amplia sua área de atuação para além da ação social no âmbito privado, patrocinado até o momento pelo bloco católico. Assim, a profissão se consolida e assume um lugar na

execução das políticas sociais emanadas do Estado, num quadro com fortes características paternalistas, repressivas e de fragmentação, que interferirão no desempenho profissional. (YAZBECK, 2000, p. 92-93).

Nesta direção, Yazbeck (2000, p. 95) destaca que no processo de divisão social e técnica do trabalho coletivo, o Serviço Social insere-se, desde sua emergência, no interior dos equipamentos sócio-assistenciais existentes participando “tanto da criação de condições para a sobrevivência material das classes subalternas, como de uma *ação sócio-educativa* tencionada pela dinâmica contraditória dos interesses em confronto no espaço em que se movimenta”. (grifo nosso).

Desta forma, o Assistente Social participa junto com outros profissionais da implementação de “políticas sócio-assistenciais no âmbito de organizações públicas e privadas, operando sob duas perspectivas: a prestação de serviços e a *ação educativa* (e *política/ideológica*)” (YAZBECK, 2000, p. 96) (grifo nosso).

Inserido neste contexto, o Assistente Social, interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano da população usuária, conforme realça Yazbeck (2000, p. 96).

Esta interferência se dá particularmente pelo exercício da dimensão sócio-educativa, que tanto pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o *cliente* em sua inserção institucional e na vida social, como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas na sociedade. (grifo do autor).

Do mesmo modo, outros autores (CARDOSO e MACIEL, 2000; IAMAMOTO, 2000; VERDÈS-LEROUX, 1986) assinalam que é incontestável a função educativa desempenhada pelos Assistentes Sociais, vinculada, sobretudo, às estratégias de reprodução e controle social do trabalhador e sua família, junto aos serviços demandados pelas classes dominantes.

Procurando situar as marcas de origem de nossa profissão no bojo do reformismo conservador e a justificação teórico-ideológica que acompanha a evolução do Serviço Social,

Iamamoto (2000) expõe como o trabalho sócio-educativo, uma alternativa profissionalizante na emergência do Serviço Social que foi se tornando uma das suas principais características<sup>15</sup>.

Como trata a autora, em sua emergência o Serviço Social, além de ser uma nova forma de exercer a caridade, passa, a partir da atividade assistencial, a realizar uma intervenção ideológica que produz efeitos políticos de “enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho”. (IAMAMOTO, 2000, p. 20).

Neste contexto, o Serviço Social propõe uma ação educativa direcionada à família trabalhadora, numa linha de prevenção aos problemas sociais. Tal assistência educativa adaptada aos problemas individuais desconsidera o caráter de classe dos antagonismos sociais e orienta-se para um tratamento de cunho doutrinário e moralizador, baseado no senso comum da classe de origem dos Assistentes Sociais, ou seja, orientado pelo conteúdo do pensamento conservador<sup>16</sup>, o Serviço Social vai configurando seu discurso e prática profissional.

A esse respeito a autora identifica que;

Atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o Assistente Social exerce uma ação eminentemente ‘educativa’, ‘organizativa’, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em uma inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano embora se realize através da prestação de serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente. (IAMAMOTO, 2000, p. 40)

---

<sup>15</sup> Embora a discussão realizada por Iamamoto (2000) em seu trabalho ultrapasse os aspectos aqui destacados, consideramos importante retomá-los a fim de evidenciar um dos papéis tradicionalmente assumido pelo meio profissional.

<sup>16</sup> Iamamoto (2000) retoma algumas características do pensamento conservador e sua influência na análise sociológica, entre as quais destacamos: a não contraposição ao capitalismo, a vocação para o passado, a não predisposição para teorizar, a valorização da noção de comunidade e o princípio da solidariedade nas relações sociais. Para saber mais consultar a obra da autora, bem como a tese de Abreu (2001).

A autora também comenta que devido aos diferentes perfis da demanda do mercado de trabalho, o profissional muitas vezes vivencia de forma confusa uma prática diversificada. Aí, o Assistente Social busca encontrar “um campo ‘próprio’ de trabalho, enquanto área ‘específica’ que lhe atribua *status* e facilite seu reconhecimento profissional”. Contudo, porque muitas vezes o profissional nega a atividade assistencial, dada a sua associação à simples caridade, “ele se vê ‘perdido’ diante da definição de suas atribuições diante de outras profissões correlatas cujas frentes de trabalho são mais precisas, seja pelo caráter técnico mais marcado, seja pela herança científica mais solidificada” (IAMAMOTO, 2000, p. 41).

Na hipótese de Iamamoto (2000) apesar deste caráter aparentemente difuso e heterogêneo das atribuições do Assistente Social, ele continua a ser solicitado para atuar em programas multifacetados, não tanto pelo caráter “técnico-especializado” de suas ações, mas principalmente pelas funções de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador” que exerce sobre as classes trabalhadoras. Deste modo, na análise de Iamamoto (2000) sobre a constituição sócio-histórica do Serviço Social no âmbito da divisão sócio-técnica do trabalho, o Assistente Social aparece como profissional da coerção e do consenso, cujas atividades são exercidas em diversos campos de trabalho.

Do mesmo modo, o trabalho de Verdès-Leroux (1986) enriquece as reflexões tecidas até aqui. Partindo da reconstrução da trajetória dos agentes sociais, a autora retrata como estes segmentos contribuíram para o surgimento do Serviço Social no final do século XIX com o objetivo de conjurar as ameaças decorrentes do movimento de organização nascente da classe operária, bem como tornar impossível qualquer questionamento direto da ordem estabelecida, estendendo a dominação a todas as esferas da vida dos dominados. (VERDÈS-LEROUX, 1986, p. 45).

Em sua obra a autora revela que os “empreendimentos educativos” atravessam toda a “evolução” do Serviço Social, constituindo-se em um dos mecanismos de coerção e controle



das classes subalternas, fundamentados na inculcação ideológica, na aceitação dos valores dominantes e na individualização das questões sociais. Tal afirmação pode ser constatada em seu comentário sobre a ação dos promotores da assistência social:

[...] Com o fim de opor-se às formas coletivas das ações de defesa (sindicalismo e socialismo, consciência de classe [...]), preconizava-se uma ação individual, entendida como uma assistência educativa, adaptada aos problemas “pessoais”, o que permite ignorar sua regularidade estatística e sua origem. Os efeitos – miséria material e carência moral, segundo as normas dominantes – são tomados como causas, necessitando de tratamentos social e educativo apropriados. Os frutos desse princípio de interpretação aparecem mais no resultado alcançado – a justificação, por parte da classe dominante, da tentativa de controle e de imposição de uma hegemonia cultural que venha completar sua dominação econômica – do que no objetivo proclamado, mas nunca seriamente procurado, de fazer os elementos (individuais) da classe operária saírem do “rebaixamento” material e moral, para elevá-los ao nível (mítico) desejável que lhes reserva a ordem social. O projeto da assistência social nascente não é, pois, o de “ajudar” operários em dificuldade [...] mas o de *educar a classe operária*, isto é, fornecer-lhe regras de bom senso e razões práticas de moralidade, corrigir seus preconceitos, ensinar-lhe a racionalidade; “discipliná-la” nos seus trajes, nos seus lares, nos orçamentos domésticos, na maneira de pensar. (grifo do autor)

Neste sentido, a discussão desenvolvida até aqui reafirma o entendimento de que o Serviço Social tem sido requisitado para o desempenho de funções educativas, em diferentes espaços de atuação, vinculado a determinados projetos políticos e societários.

Uma reflexão sobre as funções sócio-educativas do Assistente Social também é apresentada por Cardoso e Maciel (2000). Para as autoras, ainda que historicamente verifique-se no trabalho profissional a tendência das funções dos Assistentes Sociais atenderem às demandas da classe dominante, o desenvolvimento do Serviço Social trouxe o compromisso com as classes subalternas na perspectiva da construção de uma nova sociabilidade, cujo horizonte é a conquista da emancipação humana. Nestes termos, as autoras se referem aos

avanços profissionais nos campos político-ideológico e teórico-metodológico, nos últimos vinte anos, com a construção do projeto ético-político-profissional do Serviço Social<sup>17</sup>.

Cardoso e Maciel (2000, p. 143), também partem do pressuposto que a função educativa da prática do Assistente Social “é determinante das requisições feitas pelos detentores do capital em relação aos serviços deste profissional junto às classes subalternas<sup>18</sup>”. Entretanto, concordamos com as autoras quando defendem que é justamente no movimento contraditório da sociedade que são gestadas “as condições concretas de desmistificação das relações sociais”, fazendo emergir “elementos de crítica, de negação e superação da ordem estabelecida, sob o ponto de vista das classes subalternas” (CARDOSO e MACIEL, 2000, p. 144).

Assim, as requisições colocadas pelas diferentes classes sociais em luta na sociedade capitalista exigem do Assistente Social, o desempenho de sua função educativa. Entretanto, as possibilidades de uma prática que busque a defesa e a conquista dos direitos sociais, a constituição da hegemonia das classes subalternas e a construção de uma nova sociedade supõe algum compromisso e competência do Assistente Social.

Supõe compromisso político consciente com o projeto societário das classes subalternas e competência teórica, metodológica e política para a identificação e apropriação das reais possibilidades postas pelo movimento social para o redimensionamento da prática profissional no horizonte da luta pela emancipação das referidas classes. (CARDOSO e MACIEL, 2000, p. 144).

---

<sup>17</sup> Ressaltamos que este projeto ainda que comprometido com os interesses das classes subalternas não é monolítico e nem se desenvolve de forma homogênea nas diversas dimensões que compõe a totalidade da profissão. Trata-se de um projeto hegemônico no campo da formação profissional, da produção intelectual e da organização política, porém, na intervenção direta, não se consolidou com a mesma força. (CARDOSO e MACIEL, 2000, p. 141).

<sup>18</sup> Aqui também há o entendimento de que os serviços são demandados pela classe dominante muito mais para garantir, através da prestação de serviços sociais, a difusão de valores e normas de comportamento junto ao trabalhador e sua família, enquadrando-os nos padrões de sociabilidade necessários ao processo de acumulação capitalista.

No entender de Cardoso e Maciel (2000), a função educativa “é a primeira e essencial” dos Assistentes Sociais. Além disso, está contida no projeto ético-político-profissional e nos diferentes espaços da prática profissional, respondendo às demandas já consolidadas e às emergentes no quadro das transformações contemporâneas. Esta função concretiza-se, portanto, “através do estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o Assistente Social e os usuários de seus serviços”, conforme enfatizam Cardoso e Maciel (2000, p. 144):

Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas; e de mobilização desses sujeitos, instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e avanço da organização das referidas classes como classe hegemônica.

Neste sentido, o Assistente Social no desenvolvimento de suas funções educativas pode contribuir para a formação e o fortalecimento de processos emancipatórios em nossa sociedade.

O trabalho de Valle (2001, p. 116), embora realizado no espaço profissional do hospital, também aponta as ações educativas como favorecedoras de uma consciência crítica do usuário sobre a realidade, bem como de sua emancipação. Para a autora citada é possível ultrapassar os trabalhos nomeados “educativos” que se restringem ao mero caráter informacional e de persuasão. É necessário apostar numa prática educativa que não se identifica com a velha postura baseada na mudança de comportamento, em que os profissionais ditam normas de conduta; ao contrário, numa prática que valorize as dimensões democráticas, marcada por relações horizontais entre usuários e profissionais e de garantia de direitos.

Nesse percurso, a tese de Abreu (2001) reforça a posição de que o Assistente Social tem uma função pedagógica inscrita nos processos de organização da cultura na sociedade

capitalista. Abreu (2001, p. 8) observa, que as relações pedagógicas concretizam-se sob a forma de ação material e ideológica junto às classes subalternas, envolvidas nos processos da prática profissional, “interferindo na reprodução física e subjetiva desses segmentos e na própria constituição do Serviço Social como profissão”.

Sob este ângulo, o Serviço Social institucionaliza-se e desenvolve-se como uma profissão de cunho educativo nos marcos sócio-históricos que peculiarizam a organização, difusão e crise da cultura dominante – gestada a partir dos interesses do capital. No decorrer desse processo, diferentes perfis pedagógicos podem ser identificados se considerarmos a relação profissional a partir de estratégias educativas.

A profissionalização do Serviço Social foi mediatizada, principalmente, pelas experiências assistenciais e pela formação de quadros especializados nesta área por parte do Estado, Igreja e outros setores da sociedade civil para o enfrentamento da “questão social”. Coloca-se ao Assistente Social a necessidade de imprimir às suas práticas assistenciais “um cunho ‘educativo’, ‘ressocializador’, mediante a inculcação de um novo código de conduta individual, familiar e política do trabalhador, articulado às necessidades da produção e reprodução social”.(ABREU, 2001, p. 30-31).

Nesse contexto, o princípio educativo que funda as funções pedagógicas do Assistente Social (persuasiva e coercitiva) traduz-se na necessidade do estabelecimento de um determinado “conformismo social” no seio da sociedade.

Ocorre, então, a mobilização do Serviço Social pela Igreja Católica a fim de organizar e qualificar seus quadros intelectuais laicos, a partir de um conteúdo dogmático baseado na filosofia humanista cristã, para uma recristianização da sociedade (ABREU, 2001). Tal articulação teórica e doutrinária acaba impregnando a função do Assistente Social de uma perspectiva conservadora e moralizadora.

Contudo, Abreu (2001) salienta que a função pedagógica também sofre a influência da classe trabalhadora, na perspectiva de sua emancipação, principalmente a partir dos anos 50 e 70, quando os movimentos revolucionários se estendem por todo o mundo, visando a superação da sociedade capitalista e a organização de uma nova cultura pelas classes subalternas.

Frente a estas considerações Abreu (2001, p. 58) afirma que por um lado, o desenvolvimento da função pedagógica do Assistente Social nos marcos da reorganização, difusão e crise da cultura dominante, forjou vetores que desenharam perfis profissionais comprometidos com a afirmação da referida cultura. Entre tais vetores destaca:

[...] a psicologização das relações sociais e a conseqüente centralidade do indivíduo e das relações interpessoais nas modalidades de intervenção face à necessidade do controle social pelo capital no enfrentamento da questão social; a manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social individualizada – como mecanismos privilegiados para a garantia da reprodução material e subjetiva das classes subalternas sob o controle do capital; e a combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento das classes subalternas no estabelecimento do conformismo mecanicista. (ABREU, 2001, p. 58-59).

Por outro lado, a função pedagógica do Assistente Social também é modelada por vetores que a redimensionam na direção das classes subalternas e negação da cultura dominante, tendo em vista a constituição de uma nova cultura.

Entre tais vetores sobressaem-se: a politização das relações sociais e das práticas sociais sobre a questão social, redirecionando o eixo das referidas práticas como mediações entre necessidades sociais e a construção de estratégias emancipatórias de controle social pelas classes subalternas; e a intervenção consciente dessas classes no movimento histórico, isto é, na construção da história da práxis social e de si própria como força antagônica à ordem do capital. Esta intervenção é, assim, conduto e expressão da possibilidade de recuperação da unidade entre o pensar e agir, na constituição do novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta. (ABREU, 2001, p. 59).

Com base nestas tendências pedagógicas no processo de organização da cultura, Abreu (2001) identifica três principais perfis pedagógicos no exercício dessa função pelo Assistente Social: a pedagogia da “ajuda”, da “participação” e de “movimento pela construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas”.

Segundo Abreu (2001, p. 73), a função pedagógica do assistente na primeira metade do século XX, esteve consubstanciada na “ajuda” psicossocial individualizada como modalidade interventiva. Nesse processo a questão social é reduzida às suas manifestações na esfera individual e subjetiva, sendo entendida enquanto problema moral, em detrimento de suas expressões materiais e coletivas.

A intervenção do Serviço Social inscreve-se na perspectiva tecnicista/pragmatista – subsidiada no pensamento conservador – conferindo ao processo de “ajuda” a tarefa de “adaptação e ajustamento dos indivíduos à sociedade” bem como a “reificação de suas relações constitutivas”. (ABREU, 2001, p. 78).

Seguindo uma tendência à naturalização da vida social, o pensamento conservador compatibiliza-se com a Doutrina Católica, imprimindo à função pedagógica do Assistente Social um caráter autoritário e moralista.

Assim, no processo de “ajuda” no Serviço Social, isto é, inscreve-se “a combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento das classes subalternas ao ‘novo’ reordenamento da sociedade capitalista” (ABREU, 2001, p. 81).

A pedagogia da “participação” tem como ponto de partida a influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora e suas propostas de Desenvolvimento de Comunidade<sup>19</sup>.

Neste contexto, a participação “redimensiona-se para além de uma atitude inerente ao processo de ‘ajuda’, constituindo-se uma esfera programática da intervenção profissional nas

---

<sup>19</sup> Tais propostas foram difundidas na América Latina a partir dos anos 50 e 60, do século XX, como estratégias expansionistas do capitalismo monopolista, sob a hegemonia do imperialismo econômico dos Estados Unidos, através de um processo conhecido como desenvolvimentismo (ABREU, 2001, p. 94-95).

relações sociais”. (ABREU, 2001, p. 95). A partir dos anos 50, a participação popular passa a ser enfatizada nos programas de governos, como forma de “integração” e “promoção social” das classes pauperizadas.

Neste quadro, o processo de “ajuda” é reorganizado e “passa a priorizar as conotações da ‘auto-ajuda’ e da ‘ajuda mútua’ nos processos participacionistas induzidos no interior das relações comunitárias para uma integração no processo de desenvolvimento, constituindo, formas consideradas privilegiadas de superação do assistencialismo e da dependência econômica”. (ABREU, 2001, p. 98-99).

Segundo a autora, a pedagogia da participação, embora tendo a instância da comunidade como terreno de intervenção, não representou “a superação do enfoque individualista psicologista conservador da prática”. Isso significa que as funções educativas do Assistente Social continuaram circunscritas “à esfera das relações interpessoais, solidárias e personalizadas, em que a família, do ponto de vista histórico, é o seu modelo”. (ABREU, 2001, p. 100).

Todavia, embora a “participação” acabe associada a problemas de ordem psicossocial, Abreu (2001, p. 115) ressalta que algumas experiências “participacionistas” viabilizam, contraditoriamente, “processos participativos críticos e de busca de articulação entre forças sociais, na luta por melhorias de condições de vida e ampliação dos espaços políticos de expressão dos interesses das classes subalternas”.

Inserido nessas experiências e no contexto do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina<sup>20</sup>, a prática do Assistente Social inicia um processo de construção de uma pedagogia emancipatória vinculada às classes subalternas a fim de

---

<sup>20</sup> Trata-se de um amplo processo de redimensionamento profissional deflagrado por um grupo de Assistentes Sociais, oriundos de países como Brasil, Uruguai, Argentina e Chile (ABREU, 2001, p. 100).

apresentar um projeto alternativo ao projeto tradicional conservador que caracterizava a profissão até então.

A partir dos anos de 1970 muitas experiências<sup>21</sup> são desenvolvidas, permitindo que um novo perfil pedagógico da prática profissional comece a emergir. No entanto, Abreu (2001, p. 134) entende que este perfil apresenta-se ainda “distorcido”, pois se contrapõe às estratégias pedagógicas subalternizantes, mas não consegue rompê-las. Por isso, para a autora o “desenho inicial” desse perfil pode ser visualizado a partir dos seguintes aspectos: Um superdimensionamento da participação popular na construção de um projeto profissional comprometido com interesses populares e, um descompasso entre os avanços no campo político-ideológico, sobretudo no que se refere à intencionalidade da prática profissional e à efetiva análise das condições objetivas dessa mesma prática.

Nessa direção, nos anos de 1980, criam-se condições concretas para o avanço do projeto profissional identificado com os interesses das classes subalternas, face ao movimento de democratização das relações sociais “em que avançam estratégias de politização dessas relações integradas às lutas sociais e organização” das referidas classes e, “contraditoriamente, pelas estratégias estatais no âmbito das políticas sociais direcionadas à busca de legitimidade do sistema de poder em crise”.(ABREU, 2001, p. 139).

Segundo Abreu (2001), no âmbito destas lutas sociais se colocam duas tendências, configuradas como “possibilidades de redimensionamento das funções pedagógica e intelectual dos Assistentes Sociais na perspectiva emancipatória das classes subalternas”.

[...] Uma tendência que se limita aos compromissos com as lutas das classes subalternas pela defesa dos direitos civis, sociais e políticos, da democracia e justiça social, portanto, no horizonte das conquistas que consubstanciaram a experiência do chamado Estado de Bem-Estar, muitas vezes tidas como o

---

<sup>21</sup> Uma análise detalhada dessas experiências está presente no trabalho de Abreu (2001) a partir da referência a outros autores. Contudo citamos algumas como: o Movimento pela Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os projetos pilotos das instituições universitárias em “comunidades abertas”.



fim último da intervenção profissional, e outra tendência que se coloca considerando o compromisso profissional com as lutas das classes subalternas no sentido da superação da ordem burguesa e construção de uma nova sociedade – a socialista, a qual supõe a ultrapassagem das lutas no campo dos direitos, nos limites da chamada democracia burguesa”. (ABREU, 2001, p. 142).

A partir dos anos de 1990 intensifica-se a implementação do projeto neoliberal no Brasil, por isso tais tendências passam a pressionar a construção do projeto profissional, que culmina com as diretrizes curriculares de 1996. Isso permite o avanço da profissão em várias direções tais como o campo da produção intelectual, da organização política, da formação profissional e da prática interventiva (ABREU, 2001, p. 142).

Conforme descreve Abreu (2001), o período é marcado por algumas estratégias profissionais tais como: a educação popular como instrumento da prática do Assistente Social nos diferentes espaços de atuação profissional; a formação de alianças políticas visando à alteração da correlação de forças políticas nos espaços de intervenção profissional e na sociedade, a partir dos interesses das classes trabalhadoras; a inserção profissional nos processos de luta pela conquista e garantia com ampliação dos direitos sociais fundados em princípios de democratização da gestão pública, universalização dos atendimentos e justiça social.

Face ao exposto, observamos que a direção que o Serviço Social imprime as suas ações educativas tem se pautado ora por via de processos coercitivos, morais e disciplinadores, ora numa perspectiva emancipatória, com base no novo projeto ético-político-profissional. Tais ações têm efeitos na maneira de pensar e agir dos usuários, assim como estão vinculadas a uma dimensão cultural de um determinado projeto societário.

Nesta perspectiva, inscreve-se a análise gramsciana sobre a questão pedagógica, vinculando-a ao amplo processo de luta de classes pela hegemonia na sociedade, o que demarcaremos a seguir.

## 2.2 Contribuições de Gramsci para fundamentação das ações sócio-educativas do Serviço Social

Considerando que, no âmbito das entidades prestadoras de serviços sociais o Assistente Social desempenha uma função pedagógica junto à população nos voltamos, portanto às reflexões de Antonio Gramsci já que o pensador tem uma produção inspirada na tradição marxista, sendo um dos autores que aborda temáticas relevantes para a profissão, como as questões relativas à cultura das classes subalternas, da educação e da hegemonia. Além disso, Gramsci vem sendo apropriado por autores de referência no Serviço Social, vinculados ao projeto hegemônico da profissão, na intenção de oferecer um referencial teórico no horizonte de construção de processos emancipatórios das classes subalternas em nossa sociedade. Portanto, neste estudo o pensamento gramsciano será utilizado enquanto proposta teórica para nos subsidiar nas discussões sobre a função educativa de nossa profissão.

A análise gramsciana sobre a questão pedagógica está vinculada ao amplo processo de luta de classes pela hegemonia da sociedade. Ao redor do conceito de hegemonia<sup>22</sup> gira a concepção educativa de Gramsci, pois para o pensador “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”. (GRAMSCI, 2002, p. 399).

Convém destacar que para Gramsci a relação pedagógica não podia limitar-se às relações “especificamente escolares” mas devia ser estendida à sociedade em todo seu conjunto, “e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exércitos” (GRAMSCI, 2002, p. 399).

---

<sup>22</sup> A hegemonia nos termos gramscianos significa as relações entre infra-estrutura e superestrutura, ou seja, às formas como as relações entre as classes sociais se relacionam no interior do bloco histórico, Segundo Schlesener (1992, p. 17) “a reciprocidade e organicidade entre o estrutural e o superestrutural, o vínculo concreto entre as ‘forças materiais e as ideologias’, entre o ‘econômico-social e o ético-político em cada momento histórico’ Gramsci expressa no conceito de bloco histórico”.

Simionatto (1995, p. 45) nos lembra, que Gramsci fala da hegemonia como “direção intelectual e moral” referindo-se à direção no campo das idéias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social, visto que não há direção política sem consenso.

A análise gramsciana evidencia que a luta pela hegemonia nas sociedades ocidentais deve ser travada tanto no nível das instâncias econômicas e políticas (relações materiais de produção e poder estatal) quanto no nível da cultura, conforme aponta Simionatto (1995, p. 46-47):

A noção de hegemonia enquanto totalidade significa, portanto, a unificação da estrutura e superestrutura, da atividade de produção e de cultura, do particular econômico e do universal político. [...] Constrói-se a hegemonia, elevando ao máximo de universalidade possível o ponto de vista dos grupos subalternos, num trabalho incessante para elevar intelectualmente estratos populares cada vez mais amplos, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento da massa, o que significa trabalhar e suscitar elites intelectuais de um tipo novo [...].

Desse modo, a hegemonia coloca-se em articulação com a cultura no sentido de se construir uma crítica às concepções de mundo marcadas por elementos corporativistas e individualistas a fim de promover;

[...] uma “reforma intelectual e moral”, que difunda entre as massas uma nova cultura, superior, radicalmente laica e imanentista, que contribua para formar em torno do proletariado – tornado classe hegemônica e nacional – um novo “bloco histórico”, capaz de empreender a transformação radical da sociedade. Se a ideologia é decisiva na orientação prática dos homens, então a crítica ideológica – a batalha cultural – torna-se um momento decisivo na luta para agregar uma nova “vontade coletiva” nacional-popular, na luta para superar uma velha relação de hegemonia e criar uma nova. (COUTINHO, 1981, p. 84).

Neste sentido, no pensamento gramsciano, a cultura é um instrumento necessário para a emancipação político-ideológica das classes subalternas no seu processo de construção da

hegemonia. Entretanto, devemos estar atentos para não reduzir as funções da hegemonia à direção intelectual e moral, excluindo desse conceito as funções de domínio.

Segundo Gramsci (apud COUTINHO, 1981, p. 94), “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’”. Para Coutinho (1981, p. 94) a supremacia aparece, então, “como o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura”.

A questão pedagógica ocupa um lugar central no pensamento gramsciano e está vinculada ao amplo processo de luta de classes pela hegemonia na sociedade. As reflexões de Jesus (1989, p. 42) sobre o pensamento de Antonio Gramsci destacam que “o conceito de educação está vinculado organicamente ao de hegemonia e, é fator importantíssimo para a compreensão e solução das contradições existentes nas relações de classe”.

Para Jesus (1989) a categoria hegemonia é central na obra de Gramsci, pois explica e fundamenta todos os outros elementos envolvidos de modo dialético. O autor observa que a compreensão do conceito de hegemonia em Gramsci deve se pautar numa tríplice análise – histórica, política e filosófica<sup>23</sup> e que, a categoria comporta dois elementos organicamente unidos: a direção e a dominação.

Desde suas origens até os dias atuais o significado da hegemonia sempre esteve atrelado a dois elementos: poder-direção ou dominação-consenso e será nestes termos que Gramsci desenvolverá seu conceito já nos escritos anteriores ao cárcere e, principalmente, nos Cadernos (JESUS, 1989).

---

<sup>23</sup> A análise histórica sobre a hegemonia em Gramsci está relacionada à investigação dos fenômenos humanos, como por exemplo, o estudo do Risorgimento; em sentido político sua análise consiste no valor da hegemonia das classes dominantes (facismo italiano) e classe dominada, o proletariado; já em sentido filosófico a hegemonia está voltada ao problema e à importância do senso comum, no qual a hegemonia da classe dirigente da sociedade deve ser substituída pela hegemonia de outra classe. Nestes termos, “a força produtora de uma substituição hegemônica tem uma fonte não no elemento exclusivamente econômico, mas, sobretudo, nos elementos políticos e culturais” (JESUS, 1989, p. 28).

Segundo Jesus (1989), em Gramsci os elementos “direção” e “dominação” em uma relação hegemônica caminham dialeticamente:

Tomando-se como ponto de partida uma classe dominada, esta usará de meios pedagógicos (elementos diretivos) para desmascarar e vencer as contradições; uma vez dominando, ela procurará ocultar as contradições que ameaçam sua hegemonia, tentando assegurar, pela construção das consciências, as relações de dominação. (JESUS, 1989, p. 39)

O autor realça, portanto, que os dois elementos não são separados e independentes, ao contrário, “ambos significam aspectos diversos de uma mesma realidade” que não se excluem, mas se integram. É claro que em determinadas circunstâncias históricas ocorre o destaque de um ou de outro elemento, mas para Gramsci não existe uma hegemonia que ora é dominação e ora direção. Assim, segundo a análise de Jesus (1989);

Hegemonia não é, portanto, ausência de poder e autoridade. Pelo contrário, os elementos de dominação coexistem dialeticamente com os elementos de direção, como pólos de uma só relação. Capacidade de dirigir, de conquistar alianças, a hegemonia precisa dos seus elementos diretivos tanto para sua implantação como para sua manutenção. Nessa última fase, os vários componentes do processo educativo são utilizados pela classe dominante para obter um consenso e, se possível um consentimento ativo das classes dominadas. (JESUS, 1989, p. 39).

Deste modo, entendemos que em Gramsci, o conceito de hegemonia significa “uma ação que atinge não apenas a estrutura econômica e a organização política da sociedade, mas também age sobre o modo de pensar, de conhecer e sobre as orientações ideológicas e culturais”.(JESUS, 1989, p. 42).

Para Jesus (1989), o nexos entre as relações hegemônicas e pedagógicas pode ser estabelecido na medida em que Gramsci defende que a consolidação de uma nova hegemonia implica necessariamente numa reforma intelectual e moral. Neste sentido, “a hegemonia exige um processo educativo para justificar, legitimar e persuadir o exercício dela mesma”. (JESUS, 1989, p. 28).

No pensamento gramsciano a educação tem um papel fundamental na conquista da hegemonia, sendo instrumento necessário à luta de classes sociais pelo exercício do poder. Por isso, a categoria se vincula organicamente ao conceito de hegemonia e possibilita a compreensão e solução das contradições existentes na relação de classe. (JESUS, 1989, p. 42). Como lembra este autor, não existe uma educação neutra, isto é, desvinculada de fatores ideológicos de uma classe. Deste modo, a análise de Gramsci, acentua que o processo educativo é utilizado pelas classes fundamentais – a dos dominantes e a dos dominados – para preparar, estabelecer e consolidar a hegemonia.

Tanto a hegemonia quanto a educação devem ser entendidas em relação ao nível estrutural e superestrutural. Isso significa que “o modo de produção de cada sistema social é muito importante para um processo educativo ser elaborado, assim como os fatores sociais, políticos e culturais também o são”. (JESUS, 1989, p. 43)

“O papel que a ‘educação’ desempenha tanto na ‘hegemonia’, como na contra-hegemonia, visa as relações sociais, que incluem o homem, cujo objetivo é modificar ou manter uma estrutura social” (JESUS, 1989, p. 43).

No modo de produção capitalista, em função da divisão da sociedade em classes antagônicas, as relações sociais se dão dentro de um contexto de dominação e direção. Neste antagonismo entre as classes uma delas é dominante e precisa manter o domínio e a direção sobre a sociedade através do consenso. Contudo, para a classe dominante continuar sendo dirigente necessita cristalizar a passividade das classes dominadas, bloquear seu acesso a uma nova concepção de mundo e reproduzir as condições que possibilitam suas formas de dominação. A educação contribui muito para isso, na medida em que funciona como reprodutora da ideologia<sup>24</sup> ou reforço da dominação.

---

<sup>24</sup> Gramsci reconhece que a ideologia tem um peso significativo na organização da vida social e se torna força material quando ganha a consciência das massas. (SIMIONATO, 1995). Segundo Santos (1986, p. 88) a posição gramsciana sobre a estrutura e o estatuto do fenômeno ideológico possui uma tripla dimensão positiva: “uma dimensão cognitiva, enquanto esfera na qual os homens tomam

Simionatto (1995, p. 79) afirma que para Gramsci “é no terreno do senso comum que as classes subalternas incorporam ideologias dominantes, cuja pretensa verdade se impõe às classes subalternas com única, como superstição”. O senso comum é para Gramsci:

a concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio. O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia. (GRAMSCI, 2002, p. 114).

Entendido como uma concepção acrítica do mundo o senso comum, não é algo imóvel e rígido, mas “se transforma continuamente, enriquecido com noções científicas e opiniões filosóficas”. (GRAMSCI, 2002, p. ). Desse modo, o senso comum “é o responsável pela oferta de respostas e de perspectivas às massas em suas atividades cotidianas”, isso explica a importância e também por que estas mesmas massas tem sido orientadas por concepções acríticas e fragmentadas da realidade. (JESUS, 1989).

As classes dominantes exploram e utilizam o senso comum “para cristalizar a passividade popular, bloquear a autonomia histórica que poderia resultar, para as massas, no seu acesso a uma filosofia superior”. (SIMIONATTO, 1995, p. 79). O projeto dessas classes é fazer com que as massas não tenham a possibilidade de assimilar em profundidade uma nova concepção de mundo, para que as classes subalternas permaneçam na condição de subalternidade.

Segundo a autora, a classe dominante consegue impor sua ideologia por dois motivos. Primeiro, porque detém a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos (escola, Igreja, imprensa etc.) e, segundo porque, “possui o poder econômico que representa uma

---

consciência das contradições do real; uma dimensão ontológica, enquanto nível superestrutural da totalidade social e ‘forma’ da estrutura econômica; e uma dimensão axiológico-normativa, enquanto horizonte de valores que apelam à acção, à prática.”

grande força no seio da sociedade civil, pois, além de controlar a produção e distribuição dos bens econômicos, organiza e distribui as idéias”.

Contudo, a própria educação, no trabalho de dissimular as contradições sociais, pode possibilitar às massas o acesso à “consciência das contradições, primeiro passo para a contra-hegemonia”. (JESUS, 1989, p. 44). Esta é, portanto, a “estratégia educacional gramsciana”:

[...] a criação de uma contra-hegemonia através dos agentes e instituições educacionais comuns a todas as classes, até mesmo da própria ‘educação condicionante’ usada pela classe estabelecida para se manter no poder. [...] O consenso que é produzido pelos aparelhos pedagógicos se faz necessário tanto para a manutenção da hegemonia como para sua substituição. Se do lado dominante, a educação serve ao poder, produzindo a separação entre a teoria e a prática, entre cultura e política, entre saber elitizado e trabalho, do lado proletário, esta mesma educação conscientiza a classe subalterna, revela as contradições existentes e possibilita uma nova concepção de mundo, ponto de partida para uma nova relação social. (JESUS, 1989, p. 44).

O autor citado destaca que processo educativo no pensamento de Gramsci é tratado sob dois aspectos: a nível individual (molecular) e coletivo (macroeducação). Estas diferentes formas não são um processo único e estão subordinadas aos objetivos hegemônicos, ou seja, de resolver as contradições de classe em busca do poder.

No primeiro nível (molecular), a educação se ocupa do homem como indivíduo com personalidades, habilidades e capacidades; já o segundo nível (macroeducação) se desenvolve a dimensão coletiva do indivíduo, ao nível de massa.

Em ambos os níveis, a educação deve levar as classes subordinadas à construção de uma nova cultura, entendida como concepção integral do mundo levada a todos os homens, isto é, sabedoria crítica ou ‘filosofia’. Nas classes dominantes, a educação reproduz as diferenças, reforçando a cultura dominação. (JESUS, 1989, p. 88)

Pela educação, a nível molecular se alcança o homem (como totalidade social e histórica) em sua individualidade, a fim de que este tenha condições de elaborar sua própria concepção de mundo crítica e conscientemente, de participar ativamente na produção da



história do mundo e de ser guia de si mesmo (JESUS, 1989). Para o autor a educação molecular defendida por Gramsci visa atingir o indivíduo para que este possa num primeiro momento:

- 1) adquirir as primeiras noções ‘instrumentais’ da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia, história);
- 2) desenvolver as partes relativas aos ‘direitos e deveres’;
- 3) chegar à prática de uma certa autonomia, iniciativa e à maturidade intelectual (estudar, pensar, dirigir);
- 4) compreender a atualidade como síntese do passado (concepção histórico-dialética do mundo);
- 5) fazer uma escolha profissional;
- 6) pensar de modo claro, seguro e pessoal;
- 7) possuir uma consciência moral e social sólida e homogênea. (JESUS, 1989, p. 90).

E, num segundo momento, este processo deve despertar no indivíduo a consciência de que o conhecimento individual só terá valor em relação com o social, atingindo também sua coletividade. Isso representa um novo modo de se considerar o sujeito da história, que passa a ser definido como “universal e de existência coletiva”.

Qualquer processo educativo, mesmo a nível molecular, tem que levar em conta a natureza coletiva do indivíduo. [...] A verdadeira educação deve situar o indivíduo em sua história, possibilitando-lhe desenvolver as habilidades que lhe permitem o desempenho de atividades capazes de garantir sua sobrevivência na sociedade, não como indivíduo, mas como grupo. (JESUS, 1989, p. 90-91).

Contudo, a separação que o autor faz entre estes dois níveis é apenas metodológica, já que há aí, também, uma relação dialética: “a educação molecular preocupa-se com o indivíduo, preparando-o para a sociedade, enquanto que a ‘macroeducação’ visa, em primeiro plano, o homem-coletivo, sem desprezar sua formação individual”.(JESUS, 1989, p. 91).

Dentro dessa relação dialética indivíduo-sociedade destacam-se, ainda, três outros pólos componentes da relação pedagógica em Gramsci. O primeiro pólo é o indivíduo, como

sujeito da educação. Este homem é histórico, “um processo” que se determina a cada momento, uma série de relações ativas, estrutura e superestrutura.

A “natureza” do homem é o conjunto das relações sociais, que determina uma consciência historicamente definida; só esta consciência pode indicar o que é “natural” ou “contra a natureza”. Além disso: o conjunto das relações sociais é contraditório a cada momento e está em contínuo desenvolvimento, de modo que a “natureza” do homem não é algo homogêneo para todos os homens em todos os tempos. (GRAMSCI, 2002, p. 51).

A humanidade que se reflete em cada indivíduo, se completa por dois outros componentes igualmente importantes: os “outros homens” e a “natureza”.

Porque o homem é esta ‘relação ativa’ que se manifesta coletiva (‘conjunto de relações sociais’) e individualmente (‘conjunto de suas condições de vida’, incluindo também a natureza), isso implica que, pelo trabalho-ciência, ele modifique a sociedade e o meio, enquanto modifica a si mesmo, procedimento essencialmente pedagógico. (JESUS, 1989, p. 91-92).

Dentro dessa compreensão, em Gramsci, a educação para alcançar seus objetivos plenos deverá ultrapassar o nível individual voltando-se para uma atividade exterior que transforme desde a natureza até a sociedade inteira, pois “para se realizar em seu estágio definitivo, o social, deve ser bem educado individualmente”. (JESUS, 1989, p. 92).

Um segundo pólo que compõe a relação pedagógica em Gramsci é o mestre cujo papel deve ser o de levar o discípulo a superar sua individualidade e integrar-se coletivamente. O mestre tem uma função educativa hegemônica ou contra-hegemônica, de ser educador permanente que educa para a sociedade ou para uma nova sociedade. Mas a eficiência do mestre não se resume à instrução que ele oferece a seus alunos. Tornar os alunos instruídos não é, necessariamente, torná-los cultos e esta é a principal função do mestre: fazer o aluno chegar a um tipo superior de homem.

Além disso, em Gramsci a relação mestre-discípulo não deve ser apenas aquela que acontece na escola, mas aquela que tem como campo de atuação a sociedade em seu conjunto.

O mestre poderá ser aquele que na condição de representante da consciência crítica da sociedade assuma a função de mediador entre o indivíduo e a sociedade, desde que tenha objetivos hegemônicos.

O ambiente é o terceiro elemento na relação pedagógica e sua importância, reside no fato de que ele representa a realidade objetiva (natureza) e subjetiva (sua criação) que o cerca e, com a qual também mantém relações ativas.

Este ambiente-natureza, entendido subjetiva e objetivamente como cultura, significa a dimensão de vida de uma sociedade e o produto coletivo do homem. Por ser também uma criação humana, as sociedades experimentam formas de culturas dominantes, dominadas, eruditas ou populares (folclore). (JESUS, 1989, p. 94).

Quando caracteriza a cultura Gramsci está de acordo que esta pode ir desde a forma popular à erudita, que pode passar desde o folclore<sup>25</sup> à academia. Para Jesus (1989, p. 94) esta relação entre cultura popular e cultura erudita confirma “a presença dos elementos pedagógicos necessários para a formação de uma vontade coletiva”. A proposta de Gramsci é, portanto, reivindicar uma cultura para todos os homens e também defender uma dimensão dinâmica e criadora inerente ao processo cultural.

Isto significa que, se, por um lado, as relações de produção (nível estrutural) criam cultura através das condições materiais de existência dos homens, por outro, já consolidada, ela age (nível superestrutural) como elemento ativo para a ‘conquista de uma consciência superior’, consistindo no próprio termo de libertação proposta pelos vários sistemas’. (JESUS, 1989, p. 94).

---

<sup>25</sup> Para Gramsci o folclore constitui uma espécie de variante mais rígida do senso comum, definido como “concepção de mundo não só não elaborada e assistemática – já que o povo (isto é, o conjunto das classes subalternas e instrumentais de toda forma de sociedade que existem até agora) não pode, por definição, ter concepções elaboradas, sistemáticas e politicamente organizadas e centralizadas em seu (ainda que contraditório) desenvolvimento –, como também múltipla. [...] Um aglomerado indigesto de fragmentos de todas as concepções de mundo e da vida que se sucederam na história [...]”. (GRAMSCI, 2002, p. 134).

Assim, o folclore, e outras formas de cultura popular, deve ser superado por uma nova concepção de mundo, isto é, uma nova hegemonia, que por sua vez, constituirá uma forma superior de sociedade.

A confirmação do nexos entre a educação e a hegemonia está, portanto, no fato de que a educação molecular transmite ao indivíduo uma nova cultura que, depois de formada e sedimentada, será instrumento de educação e, conseqüentemente, de hegemonia. A destruição da antiga cultura levará a um novo clima cultural que exigirá também a construção de uma nova cultura ao nível de massa.

No entanto, é ponto indiscutível que esta nova cultura deverá ser organizada e articulada às lutas concretas, ou seja, integrada às atividades políticas e econômicas.

Assim, a educação molecular, pelos meios materiais e humanos de que dispõe, prepara o indivíduo para, através da formação de uma consciência superior, chegar à posse da cultura, como meio de compreender seu valor histórico, sua função na vida e seus direitos e deveres. (JESUS, 1989, p. 95).

Neste sentido, a educação individual é instrumento imprescindível para a superação das contradições existentes na sociedade atual, pois através dela o indivíduo deverá se desenvolver e se tornar apto intelectual e moralmente para agir como sujeito coletivo e lutar pela construção de uma outra ordem social.

Como já afirmamos em Gramsci, o individual e o coletivo são orgânicos entre si e, ao mesmo tempo, orgânicos ao processo educativo. Desta forma, o nível individual e o coletivo devem ser levados em consideração para não deturpar o significado da educação e se seu sujeito: o homem.

Ao defender a educação ao nível de massa, Gramsci tem por objetivo a formação do “indivíduo coletivo”, expressão que segundo Jesus (1989, p. 97) deve ser entendida no sentido de que “a ação individual exige um contexto de determinações mais amplas, onde o coletivo é

um ‘produto da elaboração de vontades e pensamentos coletivos, obtidos através do esforço individual concreto’”.

Gramsci tem, então, um projeto pedagógico coletivo, de criação de uma nova cultura, ou seja, de difundir o bom senso e levar a massa a pensar, de modo coerente, sua própria realidade e assim apreender a complexidade dos elementos que escapam ao indivíduo particular.

Até aqui defendemos o ponto de vista de que o Assistente Social desempenha nos diferentes espaços ocupacionais uma função educativa – caracterizada pela “incidência dos efeitos das ações profissionais na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nas referidas ações, interferindo na formação de subjetividade e normas de condutas de um determinado modo de vida”. (CARDOSO e MACIEL, 2000, p. 142).

As autoras apontam que a função, contida no projeto ético-político profissional, concretiza-se através do estabelecimento de uma nova relação pedagógica entre o Assistente Social e usuários dos serviços, que ao nosso ver deve se pautar em experiências democráticas, horizontais e voltadas para a capacitação e organização política, busca de ampliação e universalização dos direitos sociais. Para tanto, a ação educativa deve possibilitar aos sujeitos envolvidos “o conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas”. (CARDOSO e MACIEL, 2000, p.144). Assim, o Assistente Social em sua função de educador, na qualidade de “mestre”, deve levar os usuários a superar a individualidade e integrar-se coletivamente.

Vinculada à prática educativa, segmentos da categoria podem desempenhar a função de mobilização social que prevê “a instrumentalização da luta de classes subalternas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e avanço da organização das referidas classes como classe hegemônica”. Desse modo, a função de mobilização

desempenhada pelos Assistentes Sociais diz respeito a organização das classes subalternas nas diversas instâncias da sociedade civil, como os movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, associações, etc., que articuladas, possam planejar e defender “o projeto de uma nova organização social, política e cultural, voltado para a construção de novas relações hegemônicas na sociedade e para a superação da condição de submissão das classes subalternas”. (CARDOSO e MACIEL, 2000, p. 147).

Desse modo, o Serviço Social, enquanto profissão definida no quadro da divisão social do trabalho realiza uma prática pedagógica ao lado de outros profissionais engajados no processo de emancipação humana e de transformação da sociedade. Participando com outros sujeitos em processos de mobilização social, os Assistentes Sociais podem contribuir para que as classes subalternas “apreendam a totalidade de suas condições objetivas de vida e posicionem-se no enfrentamento com as classes adversárias, construindo novas relações hegemônicas na sociedade brasileira”. (CARDOSO e MACIEL, 2000, p. 147).

Segundo as autoras, a função educativa é a primeira e essencial dos Assistentes Sociais e tem relação orgânica com a função de mobilização social junto às classes subalternas. Todavia, importa ressaltar que “ambas se concretizam nos diferentes espaços da prática profissional, respondendo às demandas já consolidadas e às emergentes no quadro das transformações contemporâneas”.

No desempenho destas funções, determinados segmentos da categoria dos Assistentes Sociais podem constituir-se intelectuais orgânicos, no sentido gramsciano, isto é, podem participar da direção de processos de formação de consciência e organização política de uma determinada classe, na luta pela hegemonia na sociedade. (CARDOSO E MACIEL, 2000, p. 148).

Esta prática implica uma articulação com as organizações representativas das classes subalternas, ao qual o Assistente Social se vincula organicamente, contribuindo para que estas se afirmem como protagonistas políticos.

Neste sentido, entendemos que embora para o Serviço Social as duas dimensões sejam uma prática política, são distintas e ocorrem em diferentes espaços. A princípio, o Assistente Social atua como educador, trabalhando a partir das demandas colocadas pelas famílias no cotidiano dos espaços ocupacionais, onde contribui através da ação educativa na capacitação, politização e conscientização dos usuários, para dar ao senso comum um elemento crítico na direção de uma contra-hegemonia. Em seguida, o Assistente Social pode atuar como um intelectual orgânico, vinculado aos institutos organizativos da classe subalterna, na função de trabalhar no desenvolvimento da reforma intelectual e moral, como via de formação de uma vontade coletiva.

### **3 O SERVIÇO SOCIAL E AS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS COM FAMÍLIAS: UM ESTUDO SOBRE AS PUBLICAÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL**

A análise se deu em torno dos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais de 1998 e 2001 e no Seminário Latino Americano de Serviço Social/ABEPSS de 2003. Para cada evento foram verificadas as comunicações publicadas, cujas discussões se basearam no exercício profissional com ações sócio-educativas e famílias.

Ao iniciarmos a apresentação e a análise dos dados o faremos a partir das questões elencadas no instrumento de coleta de dados, destacando algumas afirmativas dos Assistentes Sociais, que traduzem os demais trabalhos. Longe de julgar, individualmente, os Assistentes Sociais que se fizeram presentes por meio da apresentação e descrição de seu trabalho profissional, nossa intenção implica na exposição de um trabalho coletivo que sirva como ponto de partida para uma reflexão sobre as possibilidades e os limites de atuação do Serviço Social na área da família de acordo com o projeto ético-político norteador da profissão.

Segundo Silva (2004 p. 133-134), os acontecimentos ocorridos na década de oitenta acarretaram intensas mudanças no interior do Serviço Social, o que possibilitou com que o Assistente Social ingressasse na década de noventa como “uma categoria amadurecida em termos de representação político-corporativa e como pesquisadora, sendo respaldada por vários órgãos de representação acadêmica e profissional”. Neste processo os congressos representam uma contribuição para o aprofundamento dos questionamentos, da reflexão e das discussões acerca da postura teórico-metodológica para os problemas enfrentados pelos profissionais no cotidiano. Ao mesmo tempo, podemos dizer que os trabalhos apresentados nos congressos a partir de então, expressam a hegemonia da direção do projeto ético-político.

Num primeiro momento, apresentaremos os procedimentos metodológicos da pesquisa, para em seguida realizarmos a apresentação dos dados e sua análise.



### 3.1 Procedimentos metodológicos

Iniciamos este capítulo com a apresentação dos procedimentos metodológicos do estudo, procurando situar a pesquisa bibliográfica em suas diversas etapas; o universo da pesquisa; a construção e a caracterização do instrumento; o estudo piloto e a leitura enquanto técnica para coleta de dados.

#### 3.1.1 Tipo de pesquisa

Este estudo tem caráter exploratório-descritivo e pode ser classificado como uma pesquisa de natureza qualitativa, “orientada para um problema específico” (MINAYO, 1992). Para sua realização adotamos a pesquisa bibliográfica, enquanto procedimento metodológico classicamente definido nos termos de Salvador (1986) e referendados por Silva (1996).

A pesquisa bibliográfica “é um estudo teórico elaborado a partir da reflexão pessoal e da análise de documentos escritos, originais, primários, chamados fontes”. (SALVADOR, 1986 apud SILVA, 1996, p. 41).

Este recurso é indicado por permitir ao pesquisador investigar uma gama de fenômenos ou informações muito mais ampla do que permitiria uma abordagem direta. Além de permitir a utilização de dados que se encontram dispersos em inúmeras publicações. Considera-se que este é um caminho que permite chegar à compreensão de nosso objeto de estudo, reunir as publicações sobre o trabalho profissional do Assistente Social relacionado à família e ações sócio-educativas.

Segundo Salvador (1986), neste tipo de pesquisa devemos seguir uma seqüência ordenada de procedimentos, e até uma certa flexibilidade, desde que não signifique um descompromisso com a organização racional e eficiente do estudo.

O autor divide essa seqüência em quatro fases:

1. Elaboração do projeto de pesquisa – o encaminhamento de uma pesquisa, implica na escolha de um assunto, na formulação do problema e o planejamento das etapas para atingir os objetivos propostos.
2. Investigação das soluções – trata-se de uma das “etapas decisivas para a realização de um estudo científico”. Está relacionada à coleta da documentação: tanto das fontes bibliográficas quanto das informações contidas na mesma, de acordo com o problema de pesquisa. Salvador (1986, p. 73) enfatiza, que os resultados da pesquisa dependem da quantidade e da qualidade dos dados coletados. Por isso essa etapa exige paciência, algum conhecimento e técnicas.
3. Análise explicativa das soluções – refere-se à análise crítica da documentação por parte do pesquisador sobre os dados levantados a fim de explicá-los ou justificá-los e, ainda, fatos e informações contidas no material.
4. Síntese integradora – diz respeito ao “passo final do processo de investigação”, fruto da análise e reflexão sobre os documentos. Segundo Silva (1996, p. 42), esta fase compõe-se de atividades relacionadas “à compreensão do problema, investigação rigorosa, visualização de soluções e síntese”. Implica, portanto, na análise criteriosa do material lido, através do qual é possível anotar, indagar, explorar, refletir e propor soluções.

### 3.1.2 Universo da pesquisa

O universo dentro do qual este estudo acontece, foram os anais dos dois principais eventos científicos do Serviço Social no Brasil: o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado a cada três anos e o Seminário Latino-Americano de Serviço Social da ABEPSS. Esses anais foram selecionados porque incluem a categoria “relato de experiência” nas modalidades de apresentação em comunicação oral ou poster. Assim, foi delimitado o material bibliográfico existente nessas publicações que estivesse relacionado, ao mesmo tempo, ao trabalho profissional do Assistente Social com famílias e ao desenvolvimento de ações sócio-educativas.

O período de tempo das publicações foi limitado de 1998 a 2003, decorrente de vários motivos. Primeiramente, devido ao entendimento de que o conhecimento, em geral, propaga-se de modo acelerado, face às rápidas transformações sociais e a evolução técnico-científica da era da informática, sendo desnecessário retroceder a um período maior do que cinco anos para conhecer a situação atual do objeto estudado (SILVA, 1996).

Também porque, diz respeito à própria discussão sobre família, recuperada principalmente a partir de 1990, na qual vem sendo veiculada como substituta ou “parceira” do Estado nas tarefas de cuidado, proteção social e inclusão de seus membros. Neste contexto, diversos programas, projetos e serviços são inaugurados, trazendo em seu discurso a família como principal parceira e/ou sujeito da atenção de organizações governamentais e não-governamentais sendo, o Assistente Social, um dos profissionais requisitados para exercer suas ações neste espaço ocupacional (JESUS, 2004). Como reflexo disso percebemos que os eventos do Serviço Social, em especial o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais incluem

a partir da década de noventa, a categoria “família” entre as temáticas cadastradas para as comunicações orais, os posters e as palestras apresentadas<sup>26</sup>.

Por fim, cabe ressaltar que neste período também se visualiza a hegemonia do atual projeto ético-político profissional e reafirma-se a necessidade de se efetuar um levantamento das condições e relações de trabalho do Assistente Social nas suas várias áreas de atuação para identificar as funções, competências e atribuições assumidas pela categoria face as novas demandas impostas pelas transformações sociais em curso.

Assim, iniciamos o primeiro momento desse estudo buscando as publicações no período proposto, para o conhecimento preliminar e a sondagem do universo da pesquisa, das quais foram selecionados os anais IX CBAS – 1998 (documento impresso), do X CBAS – 2001 (CD-ROOM) e do I Seminário Latino Americano de Serviço Social/ABEPSS – 2003 (CD-ROOM).

Num segundo momento, foram selecionados nos anais, aqueles escritos cujas informações atendessem aos objetivos da pesquisa. Após a seleção começamos a catalogação dos artigos. Para tanto, foi criado uma espécie de código – de acordo com o evento, o ano e o número de artigos de cada publicação – para facilitar sua localização caso necessitássemos retomar o artigo, como por exemplo: SLA/03- 01, quer dizer, Seminário Latino Americano realizado em 2003, trabalho n.º 01.

Ressaltamos que, embora inicialmente tenha sido estabelecido que este estudo visava também pesquisar os artigos dos principais periódicos nacionais do Serviço Social a proposta foi reajustada devido dois fatores. Primeiro, porque o material encontrado não tem tanta representatividade, já que é incipiente a produção bibliográfica sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social nestas publicações, cuja produção reúne mais reflexões sobre o

---

<sup>26</sup> Salientamos que no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1992 a “família” constava como uma dos eixos temáticos. Entretanto, no evento de 1995 a temática deixa de aparecer, sendo incluída novamente no Congresso Brasileiro de 1998.

trabalho profissional com famílias, mas não o trabalho do Assistente Social em si. E, segundo, devido à limitação de tempo da própria pesquisadora. Os anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, também foram selecionados, contudo não foram pesquisados e preenchidos os instrumentos durante a coleta de dados por não incluírem a categoria “relato de experiência”.

### 3.1.3 A elaboração do instrumento

Para coletar e armazenar os dados, construímos um instrumento para a finalidade da pesquisa. Para tal construção nos baseamos, inicialmente, na pesquisa bibliográfica realizada por Silva (1996) já que a autora, a partir de uma ampla revisão da literatura sobre a pesquisa bibliográfica, constrói na área da saúde um instrumento que em grande parte atendia as questões pretendidas com nosso estudo.

Assim, observamos as questões dispostas no instrumento da autora citada, sendo algumas preservadas ou descartadas, outras ainda modificadas e criadas. O instrumento foi aplicado, separadamente, em cada um dos artigos selecionados, após examinarmos cada publicação. Após uma sequência de leituras, adotada como técnica para coleta de dados neste estudo aí sim, realizamos o preenchimento do instrumento.

### 3.1.4 Estudo piloto

Visando testar o instrumento para coleta de dados, realizamos um estudo piloto com três artigos publicados em periódicos nacionais. Neste teste objetivamos verificar se o instrumento era suficiente para desenvolver o tipo de estudo proposto e avaliar a questão do tempo previsto para a realização da pesquisa. Porém, como o teste foi realizado com artigos de periódicos e não através dos anais dos eventos da categoria, observamos que os mesmos não foram suficientes para mostrar a real extensão do tempo necessário para a coleta de dados, bem como para mostrar os problemas no preenchimento de alguns campos de investigação do instrumento. Desse modo, os dados considerados importantes e que não podiam ser respondidos nas questões do instrumento eram registrados no último tópico referente aos comentários do pesquisador.

### 3.1.5 Questões pertinentes

Para a coleta de dados adotamos a leitura, enquanto técnica utilizada numa pesquisa bibliográfica (SALVADOR, 1986), de modo a identificar as informações e os dados constantes do material impresso, as relações entre eles e analisar suas consistência. Segundo sugestão do autor citado, o processo de leituras do material bibliográfico pode seguir uma sequência, da qual nos utilizamos, porém de forma flexível.

Inicialmente realizamos uma *leitura de reconhecimento*, a fim de nos certificarmos a presença do tema e das informações procuradas. Neste momento, foram selecionados aqueles artigos cujas informações demonstraram atender aos objetivos da pesquisa. Deste modo, no

livro ou no CD-ROOM foram procurados e analisados os títulos dos artigos, o resumo (quando havia) e realizada uma rápida leitura sobre o texto publicado.

Em seguida adotamos uma *leitura* mais *exploratória* de modo “a dar uma visão superficial das reais possibilidades da referência”. Esta leitura permitiu verificar se o trabalho respondia aos interesses da pesquisa, quer dizer, serviu para localizar a existência das informações procuradas para responder aos objetivos deste estudo. Neste rastreamento foram selecionados os artigos onde os autores descreviam ou apresentavam em algum espaço do texto uma reflexão sobre o seu trabalho profissional na área da família e desenvolvessem ações sócio-educativas. Na verdade, era observado se o texto tratava-se de um relato de experiência que fizesse menção ao trabalho profissional do Assistente Social desenvolvendo ações sócio-educativas junto à famílias e/ou familiares de usuários, cujos dados pudessem ser preenchidos no instrumento. Nesta etapa percebemos que alguns artigos selecionados durante a leitura de reconhecimento não atendiam nossos objetivos porque não eram de fato “relatos de experiência”, mas pesquisas realizadas a partir da experiência do(s) autor(es) no espaço ocupacional no qual exercia(m) seu trabalho profissional. Estes artigos, portanto, foram descartados a partir da fase seguinte, isto é, no momento de responder o instrumento.

Na seqüência, tendo determinado o material que de fato interessava à pesquisa, procedíamos a sua seleção, isto é, fixando-nos “nas informações verdadeiramente pertinentes ao problema focalizado”. Esta *leitura seletiva* permitiu então responder as questões presentes no instrumento elaborado para o armazenamento dos dados, principalmente àqueles relacionados à primeira parte do instrumento, isto é, a identificação do artigo.

Durante este processo também realizamos uma *leitura reflexiva ou crítica*, buscando compreender “as intenções, os propósitos e o ponto de vista do autor” e apreender o real conteúdo daquela publicação, porém “em função dos propósitos dele, e não em função dos propósitos do pesquisador”.

Por fim, realizamos a *leitura interpretativa* buscando “relacionar o que o autor afirma com os problemas para os quais se está procurando solução”. Nesta etapa o critério de seleção, são os problemas do pesquisador. Ocorre então que a leitura interpretativa “é um ato de associação de idéias, de transferência de situações, de comparação de propósitos”, pelo qual o pesquisador seleciona “somente o que é útil e pertinente como resposta de seus problemas” (SALVADOR, 1986, p. 106). Este tipo de leitura permitiu o registro no instrumento daqueles dados ou informações considerados para nós, como pertinentes para delimitar o problema deste estudo, bem como os comentários pessoais – críticas e/ou contribuições – sobre o material consultado.

Deste modo, o preenchimento do instrumento foi realizado após a compreensão e apreensão do conteúdo expresso no material publicado. Cabe salientar que eram coletadas as informações descritas diretamente no texto e, quando não estavam explicitamente referenciadas os dados eram identificados nas entrelinhas do escrito, sendo preenchido o campo de investigação seguido da letra P, referente ao Pesquisador.

Assim sendo, embora tivéssemos levantado inicialmente 278 artigos nos anais dos eventos, analisamos um total de 126 trabalhos. Entre os 126 artigos, haviam 42 que eram resultados de pesquisas realizadas a partir do trabalho profissional do Assistente Social, que não foram utilizados no preenchimento do instrumento. Em outros 19 artigos, preenchemos apenas o resumo das principais idéias, conforme mencionado, pois não havia dados suficientes para o preenchimento de todo o instrumento e um total de 65 artigos constituíram-se de fato no material de análise.

Cabe ressaltar que outras quatro pesquisadoras com experiência na área de iniciação científica participaram da coleta de dados, sendo que apenas três participaram do preenchimento do instrumento. Para tanto, realizamos um treinamento com as pesquisadoras, apresentando o projeto de pesquisa e o instrumento em cada campo. Primeiramente, as



pesquisadoras preencheram o instrumento com os artigos selecionados. Em seguida, diante das dúvidas que surgiram no decorrer da coleta de dados, foi realizada uma reunião para discussão de alguns aspectos da pesquisa, das dificuldades encontradas e para revisão dos dados já preenchidos.

No que se refere aos aspectos éticos procuramos estar vigilantes e respeitar as idéias e opções dos autores consultados durante toda a pesquisa e deixar claro durante o registro dos dados, aquilo que era interpretação do pesquisador.

### 3.1.6 Instrumento

Este instrumento possui três campos para investigação:

- I. Identificação: com a referência bibliográfica completa e a localização do trabalho a fim de auxiliar o pesquisador a encontrar o trabalho caso tenha necessidade de voltar aos dados.
- II. Caracterização:
  - Tema central: apresenta o tema principal abordado no trabalho;
  - Temas correlatos: destaca outros temas que podem decorrer do tema principal apresentado e contextualizado no trabalho;
  - Características/tipo do estudo: registra o artigo como relato de experiência, apontando se há maior destaque para a reflexão teórico-metodológica ou para o relato em si;
  - Objetivos do trabalho: investiga os objetivos do trabalho do Assistente Social e não do artigo em si, principalmente aqueles referentes ao desenvolvimento de ações sócio-educativas no trabalho profissional com as famílias;

- Referencial teórico-metodológico: identifica, no artigo consultado, a linha metodológica utilizada por seu autor e os procedimentos adotados pelo Assistente Social para realização de seu trabalho profissional;
- Local/espço de atuação: identifica a instituição e o local no qual o Assistente Social desenvolve o trabalho profissional;
- Profissionais envolvidos e formação: investiga a formação dos autores e/ou os profissionais com os quais o Assistente Social atua ao desenvolver suas ações.
- Instrumental técnico-operativo: identifica os instrumentos e técnicas utilizadas pelo Assistente Social;
- Usuários: registra quem são os sujeitos da atenção do Assistente Social no seu trabalho profissional, divididos geralmente por segmentos populacionais tais como: criança, adolescente, idoso, família, entre outros;
- Dimensões: investiga as dimensões consideradas no discurso do autor do trabalho, levando em conta as dimensões social, econômica, biológica, emocional, cultural. Nesta questão, o pesquisador preencheu também sua interpretação sobre a dimensão que o discurso apresentava, caso o artigo não enunciasse de forma explícita;
- Categorias utilizadas: apresenta as categorias teóricas utilizadas pelos autores do artigo na compreensão das situações vivenciadas pelas famílias e para orientação das ações profissionais do Assistente Social;
- Discurso sobre a família: registra como a família é tratada e percebida no trabalho consultado;
- O que é educativo: identifica a concepção de educação apresentada no artigo consultado e o que qualifica o trabalho como ações sócio-educativas.

- Indicadores/aspectos do trabalho profissional com as famílias: investiga os aspectos e temas considerados pelo Assistente Social durante o desenvolvimento das ações sócio-educativas com as famílias e/ou usuários representantes do grupo familiar (criança, adolescente, idoso, mulher).

### III. Outros:

- Resumo do trabalho: trata-se de uma exposição concisa das principais idéias desenvolvidas no estudo consultado, seus objetivos, resultados e suas conclusões;
- Comentários do pesquisador: este espaço foi destinado para o registro da opinião pessoal sobre as idéias desenvolvidas no artigo consultado ou, ainda, alguma informação adicional encontrada, no artigo consultado, que seja importante para nossa pesquisa.

#### 3.1.7 Análise e interpretação dos dados

A análise e interpretação dos dados foram realizadas à luz do referencial teórico, fixando-nos naquilo que respondia aos objetivos deste estudo. Para a leitura dos dados cada questão do instrumento foi agrupada e depois apresentada em tópicos, verificando as perspectivas que têm orientado as ações sócio-educativas no cotidiano da profissão. Procuramos também destacar, a título de exemplo, alguns dados extraídos dos artigos sob a forma de citação por sintetizarem, de um modo geral, os demais dados.

## 3.2 Resultados

Neste ponto apresentamos os resultados de nossa pesquisa a partir de questões selecionadas no instrumento, analisadas segundo as referências teóricas que sustentam nosso trabalho. Assim, iniciamos caracterizando os espaços ocupacionais, onde os Assistentes Sociais exercem seu trabalho, seguido do referencial teórico-metodológico adotado no seu exercício profissional e o desenvolvimento do trabalho em equipe multiprofissional. Outros tópicos analisados são os objetivos das ações profissionais, os instrumentos e procedimentos adotados para sua execução e os temas trabalhados com as famílias. Por último, apresentamos o discurso sobre a família e a concepção de educação que orienta o trabalho profissional dos Assistentes Sociais com as famílias.

### 3.2.1 Espaços ocupacionais

Os diversos artigos pesquisados, mostram o retrato de uma extensa rede de serviços, principalmente na área da saúde, da criança e do adolescente nas rede privada, pública e conveniada, distribuídos em todas as regiões do país, desde as áreas metropolitanas até aquelas mais distantes da cidade. Em cada instituição, com suas particularidades, o Serviço Social dispõe de carga horária e remuneração diferentes, sendo que a organização individual do trabalho do Assistente Social é desenvolvida em plantão, projetos ou programas, independentemente do tipo de instituição, das diferenças entre os usuários e das demandas dirigidas à profissão.

Nas organizações onde exerce seu trabalho, os Assistentes Sociais são procurados pelos usuários, que buscam espontaneamente ou são encaminhados pelos

profissionais/funcionários da instituição ou de serviços externos, procurando respostas para os desafios que são colocados às famílias e que estas não conseguem prover.

No que se refere aos locais onde os Assistentes Sociais exercem seu trabalho, encontramos uma diversidade de instituições, sendo que em algumas existem programas e projetos específicos, voltados para a família como, por exemplo, o “Projeto SOS Família”, o “Projeto Família Acolhedora” e, ainda, o Projeto “Escola de Pais”. O trabalho profissional é implementado no âmbito de entidades públicas e privadas, sendo em sua maioria organizações governamentais, embora também seja expressivo o número de organizações não governamentais. É importante salientar, que em diversos artigos, verificamos a existência de parcerias de diversas naturezas entre as instituições como, por exemplo, os programas em conjunto de uma Secretaria Municipal com uma empresa privada; uma ONG com o Juizado da Infância e entidades educacionais do município; ou ainda entre Universidade com uma ONG. Inseridos nestes espaços, os Assistentes Sociais têm se deparado com uma série de atividades e demandas desde as mais “tradicionais” até as mais “novas” com um universo de usuários bastante heterogêneo: crianças, adolescentes, gestantes, idosos, pessoas portadoras de deficiência e suas famílias.

Chamamos atenção ao fato de que, enquanto trabalhador assalariado, o Assistente Social é chamado a responder às demandas das entidades empregadoras. São elas que detêm os recursos materiais, humanos, financeiros e técnicos que viabilizam a realização do seu trabalho. Essas e outras questões incidem no processamento da ação do Assistente Social no seu exercício profissional como podemos observar nas afirmativas a seguir:

Ao mesmo tempo, por ser um programa da política de assistência social para crianças e adolescentes via-se na contingência de abarcar, ou ao menos pretender, a demanda do município, atender diretamente esse segmento da população, instalar alguns serviços etc. A equipe, então, se via dividida entre o atendimento direto (oficinas, acompanhamento de casos) e a organização comunitária e as diversas articulações daí demandadas. O número de profissionais historicamente se mostrou insuficiente diante das diversas

comunidades a serem atendidas, das várias frentes de trabalho, o que fez com que fossem priorizadas algumas ações. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Os obstáculos tem sido inúmeros, pois embora a relativa autonomia da intervenção profissional, existem expressivas barreiras internas como a escassez de recursos institucionais audiovisuais e externas como a falta de equipamentos sociais adequados em âmbito municipal para complementação das ações desenvolvidas pelo Projeto [...]. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

É importante ressaltar que a maioria dos Assistentes Sociais, bem como os demais profissionais encontram-se desestimuladas pela falta de investimentos nestes recursos humanos, seja pelo salário vergonhoso, seja pela condição desconfortável do Serviço Social no SUS. O grupo sala de espera e o Curso de cuidadores de idosos não compreendem as obrigações do Serviço Social na instituição. Este trabalho é muito pouco reconhecido institucionalmente, não se constituindo, portanto, em prioridade. Os profissionais que se disponibilizam a realizar este trabalho, o fazem de forma ‘complementar’ às suas atividades. É quase como se fossem voluntários dentro da própria instituição que nos emprega. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Dessa forma, é essencial considerar as condições e relações sociais que atravessam o campo de trabalho do Assistente Social, na medida em que estabelecem as possibilidades e limites para o desenvolvimento das ações profissionais e para a realização dos resultados projetados (IAMAMOTO, 2002).

### 3.2.2 Referencial teórico-metodológico no exercício profissional

O referencial teórico-metodológico descrito nos artigos tem vários entendimentos por parte dos autores e é explicitado em termos de referencial teórico e em termos de procedimentos.

Quando explicitada em termos de referencial teórico destacam-se três grandes vertentes: o materialismo histórico dialético, a pedagogia da problematização e a influência de Vicente de Paula Faleiros através do Paradigma da Correlação de Forças e do Empowerment.

A teoria de base para fundamentação da elaboração deste trabalho é a **vertente histórico-estrutural** que apresenta como questão central o compromisso com os usuários, sendo importante desmistificar o caráter paternalista das ações desenvolvidas pela instituição, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os direitos de cidadania junto aos usuários. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Para fundamentar esse processo (sócio-educativo) optou-se pela **concepção teórico-metodológica de Antônio Gramsci**, principalmente a ‘Filosofia da Práxis’ [...]. Para completar o processo sócio-educativo utiliza-se a metodologia participativa que possibilita um alto nível de satisfação dos adolescentes, afinal, ele encontra um espaço para conhecer-se, desenvolver sua criatividade e o pensamento crítico, exprimir suas emoções, experiências e expectativas, além de estimular a socialização. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Trabalhamos, sobretudo com o seu direito à cidadania e procuramos para isso ter uma visão humanista, alicerçando-a **na perspectiva analítica do educador Paulo Freire** sobre a visão de homem e mundo. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

O relacionamento horizontal com os usuários está em respeitarmos o saber popular e o direito de escolha dos mesmos **conforme coloca o autor Vicente de Paula Faleiros**, ‘o fortalecimento do poder popular supõe o respeito à criatividade do povo, as suas iniciativas, as suas diferenças’. A relação horizontal entre profissionais e aprendizes possibilita também **o Empowerment** (empoderar) [...].(CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Outras perspectivas também são citadas como fundamentos teórico-metodológicos utilizados pelo Serviço Social:

Trabalhar com família é, sobretudo trabalhar com relações, respeitando os mesmos princípios e metodologia com os quais trabalhamos com as crianças e os adolescentes, ou seja, articulando do sujeito três aspectos fundamentais e distintos – sujeito de direito, de cognição e do desejo – a construção da cidadania. Aliada a metodologia, a equipe adota uma postura ética que privilegia a compreensão da problemática apresentada evitando a emissão de juízos de valor impregnados de preconceitos moralistas de caráter pessoal. Em consonância com os Princípios Éticos do Serviço Social, busca-se compreender antes de julgar, assumindo um distanciamento crítico numa **perspectiva fenomenológica**. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Metodologia de trabalho: os grupos de pais são realizados em seis reuniões quinzenais com os pais encaminhados pelas entrevistas de triagem, do grupo de recepção ou pelos próprios terapeutas de seus filhos. [...] No ano de 1995, foi integrada à metodologia dos grupos temáticos de pais, a Equipe Reflexiva, com base na **proposta de psicoterapeuta de família Tom Andersen**. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Divide-se em atendimento ambulatorial e trabalho educativo realizado em metodologia grupal. Os grupos são acompanhados por equipe multidisciplinar [...], onde toda abordagem é realizada de forma holística e personalizada.

[...] neste período houve um esforço notável de empreender mudanças que significam avanços quais sejam: organização de um calendário de reuniões; ampliação das temáticas; utilização **do referencial do cuidado holístico-ecológico**. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Observamos, também, que há uma confusão quanto à definição da metodologia quando os profissionais apresentam a existência de um referencial próprio do Serviço Social em um dos artigos pesquisados:

A execução das ações profissionais foi pautada na Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social e no Código de Ética da profissão, com o intuito de dar um conteúdo técnico e ético a nossa prática. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

As referências teóricas apresentadas nos artigos pelos Assistentes Sociais revelam que os profissionais, de uma maneira geral, fazem opções por autores que rompem com o tradicionalismo, que valorizam a noção de cidadania, de direitos sociais e que analisam as políticas sociais e a conjuntura sócio-econômica. Aqueles que buscam uma referência em autores da vertente crítico-dialética, demonstram certa coerência através de uma visão crítica da realidade e da articulação entre as demandas colocadas em seu trabalho e as questões estruturais e conjunturais. Contudo, como já foi constatado em outros estudos, mesmo quando elegem “como referência autores progressistas, exibem seu ecletismo ao buscar, num autor, referência para olhar/analisar a realidade e, em outro – freqüentemente na direção oposta –,



modelos de prática tendo em vista as respostas às demandas que lhe são dirigidas.” (VASCONCELOS, 2002, p. 349).

Entre as referências descritas nos artigos pelos Assistentes Sociais aparecem um expressivo grupo com leituras relacionadas às temáticas específicas do trabalho profissional, aliadas a utilização de autores mais clássicos das Ciências Sociais e aqueles mais consagrados do Serviço Social. Mas, a ação profissional também tem uma articulação com outras áreas do conhecimento, expressa nas referências teóricas ligadas ao modelo biomédico e à terapia familiar.

Pode ser percebido que, se por um lado, alguns artigos apresentam um referencial teórico-metodológico capaz de aprofundar a compreensão da realidade social e das particularidades relativas à realidade com a qual trabalha no sentido de captar as exigências e possibilidades que ela contém. Por outro lado, algumas referências adotadas revelam que os Assistentes Sociais buscam produções relacionadas à realidade interna dos usuários, que garantem as orientações e os encaminhamentos demandados e atendidos no cotidiano do seu exercício profissional.

Nota-se aqui, mais uma vez a necessidade de elucidar que, em alguns casos, autores de diferentes perspectivas teóricas são utilizadas de forma conjunta, revelando que apesar de uma mudança no referencial teórico-metodológico que orienta a profissão, a partir da Reconceituação e do atual projeto ético-político, ainda nos deparamos com práticas embasadas em matrizes de cunho funcionalista e centradas prioritariamente no indivíduo.

Por fim, é necessário assinalar que alguns artigos se limitam ao relato de experiência, com pouca ou nenhuma reflexão teórica.

Ao ser apresentado em termos de procedimentos, o referencial teórico-metodológico é reduzido, por um lado, a formas de abordagem e pautas de intervenção, como por exemplo “metodologia participativa a partir da vivência de grupo”, “reflexão e troca de informações”,

“planejamento/intervenção/avaliação sistemática”, “acolhimento”, “sensibilização, apoio e acompanhamento”, entre outros. Por outro lado, também se limita a um conjunto de instrumentos do trabalho profissional tais como entrevista, visita domiciliar, reunião, entre outros, indicando uma dificuldade de distinção por parte dos Assistentes Sociais.

A metodologia e estratégias de ação da equipe da Associação consistiu em: 1) fazer uma sensibilização junto às forças locais com a finalidade de apresentá-la e obter adesão e apoio dos seguimentos envolvidos no atendimento ao adolescente em risco; 2) executar e acompanhar as ações cotidianas com os familiares. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Para conseguir estes objetivos o Assistente Social deve cumprir alguns procedimentos: a) entrevista com paciente e família; b) encaminhamento do paciente (quando necessário) a recursos comunitários de apoio assistencial e de saúde; c) visita domiciliar com equipe de transplante; d) acompanhamento social (paciente/família) antes, durante e depois do transplante; e) reunião (Assistente Social e enfermeira) com os pacientes e acompanhantes em lista única de espera de coração a fim de reduzir a ansiedade e expectativa do paciente que espera um coração; f) reunião periódica com a equipe multiprofissional. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Desse modo, embora o Serviço Social tenha avançado com a construção de um projeto ético-político hegemônico, os dados apresentados expressam ainda um dos dilemas que o debate da Reconceituação se viu submetido: o de reduzir o método a pautas e procedimentos de intervenção. (IAMAMOTO, 2003).

Resta ainda, observar, que em alguns trabalhos não há nenhuma alusão sobre o referencial teórico-metodológico do Assistente Social no seu exercício profissional.

### 3.2.3 Ações sócio-educativas do Assistente Social em equipe multiprofissional

Embora muitos artigos explicitem apenas o trabalho do Assistente Social com a família, a maioria deles revela que este profissional realiza as ações sócio-educativas em equipes multiprofissionais, com dois ou mais profissionais na sua composição. Nesse contexto diversas profissões entram em cena, principalmente a Psicologia, Enfermagem, Medicina, Pedagogia, Fonoaudiologia, Nutrição, Fisioterapia e Odontologia, bem como estagiários de diferentes áreas, atuando de forma multidisciplinar e/ou interdisciplinar.

Vale destacar que os Assistentes Sociais indicam uma série de atividades que envolvem a equipe nos projetos e programas tais como: reuniões de equipe; entrevistas e reuniões para inscrição nos programas; palestras e reuniões com as famílias; consultas conjuntas com outros profissionais; contatos para trocas de informações sobre os usuários etc.

De um lado, algumas afirmativas descrevem o valor desse trabalho em equipe e a importância do exercício profissional do Assistente Social para demais profissionais e usuários daquele espaço de atuação:

O estabelecimento de um diálogo entre os diferentes saberes, tem proporcionado a possibilidade de enriquecimento e troca de informações entre diferentes profissionais, já que o plano prático-operacional demanda o estabelecimento de diálogo solidário, com vistas a um melhor atendimento à população-alvo das ações conjuntas. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001)

O Assistente Social é fundamental na construção de mediações entre equipe e usuários a fim de estabelecer reflexões sobre o cotidiano e realidade que muitas vezes são reproduzidos sem questionamentos. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

O papel do Assistente Social tanto na coordenação quanto na execução do Programa é fundamental, pois garante uma abordagem ampla e uma visão integral dos problemas apresentados, buscando descaracterizar a utilização dos adolescentes como mão de obra barata, desmistificar os preconceitos e os paternalismos existentes e, principalmente garantir que as exigências pedagógicas prevaleçam sobre o aspecto produtivo. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001)

De outro, os artigos realçam algumas dificuldades com as quais se depara o Assistente Social quando exerce suas ações ao lado de outras áreas do saber:

[...] sem dúvida, contabilizamos hoje um saldo bastante positivo que se reflete na legitimidade por nós conquistada frente aos professores e outros profissionais e principalmente, junto ao corpo discente e seus familiares, que nos identificam como parceiros na dura caminhada em defesa dos direitos. A inserção do Assistente Social na educação escolar é importante e pertinente, embora seja uma área de restrita penetração nos dias atuais, a profissão deve investir e conquistar seu espaço, apesar da concorrência de profissionais de outras áreas de saber como psicologia e orientação educacional. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

A partir de nossa inserção constatamos, na realidade cotidiana, o que era vivenciado no Ambulatório e na Porta de Entrada: a valorização do saber médico, o trabalho multidisciplinar fragmentado, onde os diversos saberes não se relacionavam, pouca ênfase nas questões de vida dos usuários, ausência de espaço comum para troca de saberes e avaliação conjunta da ação. [...] Em seguida, passamos a questionar a ausência de uma reunião do Serviço onde todos pudessem se encontrar, para trocar informações e desenvolver um planejamento comum das atividades docente-assistenciais. Em tempo, este espaço foi criado. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Em relação ao atendimento, devido ao fluxograma do mesmo encaminhar o paciente diretamente ao médico, nem todo usuário encaminhado para o Programa passa pelo Serviço Social. E, como resultado deste fator estamos sempre nos deparando com problemas, de pacientes, que poderiam ser melhor orientados há mais tempo, se tivéssemos executado um acompanhamento adequado desde o princípio do tratamento. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Os dados apresentados indicam a existência de uma “subalternidade profissional, com desdobramentos na baixa auto-estima dos Assistentes Sociais diante de outras especialidades” e, ao mesmo tempo, os entraves encontrados para a desconstrução daquela postura profissional que assume o Serviço Social como uma profissão destituída de status e prestígio.

Cabe destaque o fato de que o Serviço Social ao desempenhar suas ações profissionais, exerce suas funções “em um processo de trabalho coletivo, organizado dentro de condições sociais dadas, cujo produto, em suas dimensões materiais e sociais, é fruto do trabalho combinado ou cooperativo, que se forja com o contributo específico das diversas

especializações do trabalho” (IAMAMOTO, 2003, p. 107). Assim, ao lado de outras categorias de trabalhadores contribui, técnica e profissionalmente, para que se alcance o resultado ou o produto pretendido. Tal análise permite apreender que o resultado do trabalho “não depende exclusivamente da vontade e do desempenho individual do profissional” mas está moldado também às condições e relações sociais em que se realiza.

Outra questão central neste aspecto diz respeito às radicais alterações nos vários campos profissionais – mudanças nas funções, atribuições, formas de produção e gestão do trabalho, bem como nas demandas, nos requisitos de qualificação e nas atribuições profissionais – que impõem a necessidade de olhar para além das atividades rotineiras da profissão e de identificar as novas possibilidades e exigências colocadas pelos processos sociais e mudanças macroscópicas.

Enfim, na medida em que disputa espaços com outros profissionais reafirmamos a necessidade do Assistente Social orientar seu trabalho profissional nos rumos de um posicionamento crítico.

### 3.2.4 Objetivos

De modo geral, os objetivos do trabalho profissional do Assistente Social são apresentados a partir de três classes. Na primeira forma os objetivos aparecem a partir da descrição da própria ação, isto é, os autores dos artigos descrevem as atividades que se inserem no seu trabalho profissional tais como:

Socializar as informações referentes aos direitos sociais.  
Orientar usuários quanto aos seus direitos trabalhistas, previdenciários e de cidadania; [...] Sistematizar reunião mensal em grupo com pacientes de pré e pós-transplante, a fim de dar esclarecimentos sobre o tratamento proposto e possibilitar espaço de troca com vista ao fortalecimento de vínculos

familiares. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Proporcionar condições/estímulo para o resgate/construção da cidadania dos jovens participantes do projeto, que através da troca de experiências possam facilitar seu auto-conhecimento, auto-estima e auto-cuidado, construindo sua identidade e tendo uma inserção mais harmônica no mundo. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Deste modo os objetivos da ação sócio-educativa do trabalho profissional tomam a forma da ação em si, imediata, sem especificar sua finalidade e tampouco indicar a concepção teórica que a orienta.

Os objetivos do Assistente Social em seu trabalho profissional também aparecem centrados nas questões da família e do comportamento do grupo familiar e/ou de seus membros:

Reforçar os vínculos afetivos, esclarecer o desempenho de papéis (em muitos casos alternados) realizando acompanhamentos que possibilitem a compreensão do conjunto de fatores que afetam o equilíbrio emocional, econômico, social das famílias e dos educandos em particular, discutindo suas estratégias de sobrevivência e organizando grupos de discussões com temáticas de interesse da instituição e da família. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Prestar atendimento sócio-educativo em meio aberto e orientação e apoio sócio-familiar às crianças, adolescentes e suas famílias ou de casos que demandem alguma intervenção profissional, como situações de violência doméstica, exploração sexual ou do trabalho infantil, infrações penais, risco de vida por envolvimento com tráfico, encaminhamentos do Conselho Tutelar. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Realizar uma intervenção sócio-educativa centrada no atendimento personalizado, garantindo a promoção social do adolescente através de orientação, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, escolarização, inserção no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes/formativos. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Esses objetivos demonstram uma ação sócio-educativa muito pontual, centrada na família, em suas crises, no sentido de mudança comportamental. A nosso ver, isso pode ser um indicativo de que persiste no cotidiano da profissão uma atuação voltada a

individualização, em que “tira-se de foco a discussão da família no contexto de uma sociedade desigual e excludente”. (MIOTO, 2004, p. 2).

A terceira classe demonstra que os objetivos estão mais voltados para a defesa dos direitos sociais e da cidadania, numa perspectiva crítica:

Identificar os aspectos sociais, econômicos e culturais relacionados ao processo saúde-doença, buscando formas de enfrentamento individual e coletiva para estas questões; Contribuir para uma percepção mais elaborada dos usuários quanto ao contexto geral da sociedade, a partir da análise crítica das questões do seu cotidiano, estimulando-os a uma participação e conquista de seus direitos, além do esclarecimento e informações gerais sobre os serviços oferecidos pela instituição com o propósito de melhor utilizá-los. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Oportunizar discussões em torno dos direitos e a realidade do sistema de saúde para contribuir com o desenvolvimento do processo de conscientização do grupo trabalhado. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Observa-se então, uma maior preocupação do profissional em ultrapassar as questões individuais, num movimento em que são gestados elementos de crítica, comprometidos com o projeto societário das classes subalternas e com a construção de propostas coletivas de luta pela emancipação.

Alguns artigos destacam o objetivo do trabalho do Assistente Social, mas este aparece de um modo muito amplo indicando inclusive um certo messianismo por parte do profissional:

Reverter o processo de exclusão social a que são submetidas as pessoas portadoras de deficiência ou que apresentam atraso no desenvolvimento global, através de ações que garantam a participação e a acessibilidade aos espaços e equipamentos sociais, possibilitando a reconstrução e o resgate da cidadania; Garantir a participação da família nos diferentes programas de atendimento tornando-as parceiras no processo de habilitação/reabilitação da criança e do adolescente portador de deficiência. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Fortalecer os usuários no processo de mudança da realidade na qual se inserem, bem como na direção da ampliação dos direitos e na efetivação da cidadania. (SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Em alguns artigos, os objetivos do trabalho profissional do Assistente Social, não estão especificados demonstrando assim a existência de uma proximidade ou mesmo uma igualdade entre os objetivos da instituição e os do profissional:

Oferecer espaço físico e atividades de arte e cultura que atendam as necessidades de lazer do ser humano, viabilizando relações sociais positivas, que minimizam aspectos negativos da internação hospitalar; [...] socializar informações ampliando o nível de consciência de pacientes e familiares com maior integração dos diversos agentes do processo de assistência da instituição e estimular o relacionamento adequado entre familiares e equipe de saúde. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001)

Desenvolver um projeto de atenção social aos familiares de pacientes de esclerose lateral amiotrófica que produza, através de sua participação experiências resultantes que possam potencializar melhorias dos níveis de qualidade de vida da família aumentando as condições de cuidados junto aos seus pacientes. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Neste panorama, observa-se ainda, que as políticas dirigidas às famílias se ocupam muito mais dos direitos e responsabilidades individuais de seus membros. De acordo com Lo Vuolo (2001) o principal objetivo dessas políticas é a normatização das relações internas da unidade familiar, suas formas de constituição, desenvolvimento e dissolução. Com isso, não avançam na consideração das relações externas da família e dos fatores que determinam suas circunstâncias (emprego, serviços de saúde e de educação, assistência social, infra-estrutura etc.), o que poderia garantir uma outra qualidade de vida.

Outro ponto a destacar é que o objetivo da ação sócio-educativa está muito ligado ao espaço ocupacional onde o Assistente Social trabalha, como os objetivos abaixo demonstram:



Estimular o movimento de replanejamento da vida, assumindo a consciência da doença e resgatando as relações funcionais e de afetividade; avaliar e refletir junto a família sobre a condição de doença e de co-dependência e estimular a participação da família no processo de reconstrução de vida pelo alcoolista. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Instrumentalizar familiares de pacientes do ambulatório, enfermaria e comunidade a conhecer, entender e desvendar a complexidade e especificidades da questão do idoso. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Assim, a ação sócio-educativa assume um caráter muito particularizado devido às situações sociais que envolvem o usuário atendido nos diferentes espaços ocupacionais existentes. Contudo, o que deve chamar nossa atenção não é a particularidade da ação, mas o fato desta ação se concentrar apenas nos processos familiares, sem que ocorra o movimento necessário “para o trânsito entre o individual, o familiar e o coletivo, entre o privado e o público”. (MIOTO, 2004, p. 5).

Cabe ressaltar que em alguns trabalhos não foram identificados os objetivos.

### 3.2.5 Instrumentos/procedimentos de execução das ações sócio-educativas

Entre os artigos consultados poucos permitem identificar quais os instrumentos utilizados especificamente na ação sócio-educativa com famílias. Na maioria dos artigos, o Assistente Social elenca de modo geral uma série de instrumentos adotados no cotidiano da profissão. Entre os principais instrumentos acionados está a reunião, nas mais diversas denominações: “reuniões sócio-educativas”, “interativas”, “em sala de espera”, “grupos de crescimento”, “grupos operativos”, “grupo focal”, “grupo triangular de famílias”, etc. Outros instrumentos que se sobressaem são a visita domiciliar e a entrevista, caracterizada por diferentes tipos: entrevista de triagem, de avaliação social, em resposta a uma demanda

específica e imediata ou para o acompanhamento dos usuários nos programas. Entre as abordagens encontramos a individual e a familiar, porém as ações sócio-educativas têm uma abordagem essencialmente grupal.

A prática do Serviço Social se desenvolve junto aos usuários utilizando técnicas e instrumentos como: a entrevista de avaliação social e a reunião de grupo com doentes e familiares, nos possibilitam uma visão global das condições de vida; parecer social; encaminhamentos; reuniões de equipe multiprofissional etc. Por essas técnicas e instrumentos ‘acontece’ a intervenção profissional que expressa uma ação educativa e, ao mesmo tempo, assistencial. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Os instrumentos utilizados para a realização desse trabalho são: a entrevista individual com paciente; reunião semanal de grupo com profissionais; reunião mensal com grupo de pacientes, familiares e profissionais de saúde; sistematização de atendimento; parecer social; aproximação com os demais setores do hospital; articulação com setores da sociedade civil; análise quantitativa e qualitativa de dados; supervisão de alunos de graduação e estudo retrospectivo dos prontuários. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

O Assistente Social contribui no A., primordialmente, através do acompanhamento às famílias das crianças e adolescentes, visando ao fortalecimento dos seus vínculos e à garantia de seus direitos. Para tanto, utiliza-se de instrumentais como entrevistas, visitas domiciliares, contatos interinstitucionais, entre outros. Assim, deve-se buscar que a população usuária possa acessar outros programas, serviços e políticas sociais, através do fornecimento de recursos, orientação e encaminhamentos. A construção de espaços educativos e coletivos também é importante, através da constituição de grupos de famílias [...]. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

A operacionalização deste projeto se dá mediante encontros mensais, no período de março a dezembro. Nesses encontros, utilizamos técnicas de dinâmicas de grupos referenciadas na orientação de trabalhos com grupos operativos, segundo Pichon Rivière. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Dessa maneira, os instrumentos apresentam-se através de uma diversidade de termos e conceitos, configurando-se um problema semântico, conforme já constatado no estudo realizado por Lima (2004, p. 62) na medida em que “temos denominações diferentes para as mesmas ações e uma mesma denominação para ações diferentes”. Assim, a inexistência “de

um universo semântico partilhado e um quadro conceitual comum dificulta a interlocução dos profissionais quanto às ações que desenvolvem”. (LIMA, 2004, p. 63).

Segundo Mioto (2004, p. 2) a ausência de discriminação quanto à natureza das ações direcionadas ao atendimento das famílias é visível quando se agrupa condutas e procedimentos totalmente diversos sob a mesma denominação. Conforme o exemplo da própria autora, observamos que a categoria orientação é apontada como instrumento e pode significar tanto “uma informação a respeito do funcionamento do serviço” quanto “a realização de uma série de entrevistas com a finalidade de apoiar uma família num momento crítico de sua vida”.

Além disso, alguns termos como “Assessoria”, “Mediação”, “Plantão social”, “Sala de espera”, também aparecem como instrumentos/procedimentos utilizados pelos Assistentes Sociais para o atendimento das demandas dirigidas ao Serviço Social, apontando uma compreensão distorcida sobre estas atividades.

A grande preocupação que se tem como Assistente Social era de socializar as informações referentes aos direitos sociais, para tal utilizam os instrumentos que as instituições escolares proporcionavam, ou seja, assessoramento dos clubes de mães, participação nas jornadas pedagógicas (como palestrante), reuniões com pais e docentes, grupos de auto-estima com alunos e familiares [...]. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Na metodologia adotada pelos profissionais do NCA na aproximação com as famílias, eles vão observando, colhendo informações, organizando-as. [...] cada família traz problemas e dificuldades que necessitam de uma atenção especial. Há [...] que precisam de um atendimento mais individualizado, de uma terapia etc. [...] As pessoas só podem mudar aquilo que conhecem. E para isto elas precisam de instrumento de mediação. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Os instrumentos utilizados para tal foram: grupos de mães, clubes de mães, grêmios estudantis, grupo de auto-ajuda ou auto-estima; reuniões com pais e docentes; reuniões com docência e direção; [...]. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Observamos que a discussão sobre as ações profissionais parece ficar em um nível muito genérico quanto a sua operacionalização. Realizando um trabalho individual ou com grupos de diferentes tipos os Assistentes Sociais não explicitam com clareza a forma como o realiza. Observações na mesma natureza foram realizadas por Lima (2004) que aponta que a definição das ações sócio-educativas ocorre também a partir do enfoque dos instrumentos técnico-operativos.

### 3.2.6 Temas trabalhados

No que se refere aos temas/assuntos trabalhados pelo Assistente Social, encontramos uma diversidade de aspectos. Basicamente, as ações sócio-educativas seguem três linhas<sup>27</sup>: 1) Trabalho em torno da orientação e informação; 2) Trabalho em torno de aspectos da organização e dinâmica familiar; e 3) Trabalho em torno da organização social e participação política.

Na primeira, a ação sócio-educativa pretende informar e orientar sobre as questões que envolvem o reconhecimento e a viabilização de direitos sociais. Neste contexto dois grupos de informação se destacam: um deles refere-se às informações sobre as políticas sociais, a rede de serviços sociais, os direitos e deveres sociais, os meios e condições de acessá-los, bem como a orientação sobre benefícios materiais (cesta básica, medicamentos, transporte, próteses e órteses, entre outros). O outro grupo de informações reúne àquelas referentes a realidade da instituição, mais especificamente sobre os objetivos, critérios, as normas e rotinas do programa e projeto. Neste grupo também são colocadas as informações relacionadas à situação vivenciada pelo usuário, os assuntos demandados pela família ou considerados

---

<sup>27</sup> É importante ressaltar que as três linhas não representam a totalidade do trabalho profissional do Assistente Social: elas dizem respeito especificamente às ações sócio-educativas. Ao mesmo tempo, é necessário acrescentar que, embora metodologicamente as linhas arroladas apareçam de forma estanque, encontra-se em algumas situações totalmente imbricadas.

relevantes para o repasse ao usuário. Há neste campo uma extensa variedade de temas como, por exemplo, contexto sócio-econômico, cidadania, processos de saúde e doença, planejamento familiar, violência doméstica, alcoolismo e drogadição, gênero, preconceito, entre outros.

A linha cujas ações estão centradas em torno da organização e dinâmica familiar se caracteriza pelo trabalho com questões familiares – a situação individual de seus membros, os “relacionamentos”, as “disfunções” e “conflitos” familiares, os “papéis” e “responsabilidades” de cada um etc – e com o “suporte emocional”. Nesta perspectiva, que expressa a adesão a um projeto societário, o movimento das ações sócio-educativas “está centrado em mudanças dentro da família, nos ‘seus’ problemas [...]”. (MIOTO, 2004, p. 4).

A terceira linha direciona as ações sócio-educativas em torno das questões de organização social e participação política. Na verdade, a preocupação é de fortalecer o usuário e a família para sua mobilização e participação social. De acordo com Miotto (2004, p. 4) esta perspectiva visa a construção de um processo de emancipação, que é feito através da participação coletiva orientada para “democratização das relações e a construção de uma agenda pública”, que permita a melhoria de condições e da qualidade de vida das famílias. É interessante realçar que estes aspectos do trabalho profissional com famílias foram pouco citados nos artigos consultados pois, em sua maioria, as ações sócio-educativas têm se concentrado nas duas linhas citadas anteriormente.

Neste sentido, a lógica que rege o exercício profissional nas três linhas apresentadas assume dois posicionamentos. No primeiro, entendemos que as ações sócio-educativas se fixam na realidade da família por si só, a despeito de outros fatores, assumindo um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o usuário em sua inserção institucional e na sua vida sócio-política-cultural (LIMA, 2004; MIOTO, 2004). Já no segundo posicionamento, a função educativa favorece o processo de participação dos sujeitos envolvidos na medida em

que se trabalha o conhecimento crítico sobre a realidade e os recursos institucionais visando a construção de estratégias coletivas e contribuir para a mobilização social, com vistas ao fortalecimento e organização da hegemonia (CARDOSO E MACIEL, 2000). Desse modo, o caráter pedagógico do trabalho profissional dos Assistentes Sociais com famílias tem estado relacionado tanto às tendências conservadoras da profissão, advindas do paradigma da coerção/consenso como vem pautando-se no projeto ético-político do Serviço Social, perspectiva que corresponde ao paradigma crítico-dialético.

Na maioria das vezes as temáticas são citadas de forma geral, mas em alguns casos os autores dos artigos especificam o que é trabalhado com a família e com o segmento como, por exemplo: discussões sobre o ato infracional e responsabilidades com os adolescentes, enquanto que no grupo de pais são discutidos os papéis dos familiares.

### 3.2.7 Discurso sobre Família

Embora os artigos selecionados apontem o desenvolvimento de ações profissionais com as famílias, muitos trabalhos não realizam uma discussão mais aprofundada sobre a concepção de família que sustenta suas atividades.

Nos artigos onde há uma referência à família, esta aparece de diferentes formas. Em um deles, identificamos um discurso sobre a família em termos mais conceituais/teóricos. O termo aparece definido em relação à dimensão da sexualidade, da procriação, da convivência, das relações de gênero ou gerações, bem como do ponto de vista de sua estrutura e funções.

Um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Famílias podem ser definidas como unidades de reprodução social (reprodução biológica, a produção de valores de uso e de consumo), e também inseridas economicamente num contexto social as famílias são unidades de relações sociais – hábitos, valores e padrões de um comportamento são transmitidos aos seus membros, configurando desta maneira unidades de socialização e reprodução ideológica. [...] A família é o núcleo familiar extenso – genitores, madrastas, padrastos, avós, tios, madrinhas, padrinhos – de figuras parentais representativas para as crianças e os adolescentes. É um conjunto vivo e dinâmico de pessoas e de relações de dominação e submissão. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Família, decisão de algumas pessoas conviverem assumindo o compromisso de uma relação duradoura entre si, incluindo uma relação de cuidados entre adultos e deles para com as crianças que aparecem neste contexto. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

*“A família é agente de socialização, transmissão de valores, cultura, hábitos, preceitos, obrigações”.* (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

A família propicia aportes afetivos e materiais para o desenvolvimento e bem-estar de seus membros; tem papel decisivo na educação formal e informal, como valores éticos e onde se aproximam os laços de solidariedade. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

*“Instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida”.* (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998 e 2001).

*“A instituição familiar é espaço contraditório, histórico e culturalmente construído”.* (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Em outro grupo, a família é abordada em termos de sua caracterização. Verifica-se que os Assistentes Sociais conhecem as mudanças ocorridas na organização e composição da unidade familiar nos últimos anos, com variações em relação ao padrão tradicional de família, ao tamanho e a diferenciação de seus componentes. Todavia, quando os Assistentes Sociais caracterizam as famílias atendidas isso aparece de modo muito generalista.

A população alvo (portadores de HIV ou doentes de AIDS) tem uma história de vida marcada com um elenco de problemas, entre eles o de não ter família ou não ter apoio dos membros. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

As famílias em situação de risco social atendidas são aquelas que se encontram em situação de rua; famílias com renda menor de um salário mínimo; famílias onde a incidência do uso abusivo de drogas e álcool é presente; famílias que vivem situações de violência doméstica. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

As famílias são oriundas da periferia ou de outros municípios e Estados. Sua trajetória demonstra a busca de melhores condições de vida e do atendimento à saúde e à educação para filhos e cônjuges com necessidades especiais. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

As famílias são de regiões do Rio de Janeiro onde o atendimento neurológico e neurocirúrgico são inexistentes; têm histórias de vida permeadas de dificuldades sócio-econômicas produzidas ou agravadas pelo próprio momento de adoecimento de seus membros; falta de consciência previdenciária devido à falta de vínculo empregatício ou informalidade no mercado de trabalho. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Como apontamos, a temática da família vem sendo introduzida nos últimos anos no debate, decorrente das modificações na sua estrutura e nos comportamentos, tais como: diminuição do número de famílias de um só provedor; crescimento da co-habitação e de unidades domésticas de uma só pessoa; aumento do número de mulheres ingressando no mercado de trabalho e das taxas de divórcio e separações; redução do número de filhos etc.

No que se refere às características do grupo familiar, nos artigos consultados poucos trabalhos fazem indicações sobre o perfil das famílias e seus membros, sua condições de vida, trabalho, estilo de vida, entre outros.

Num terceiro grupo, a referência sobre a família a explicita como um recurso no trabalho profissional, sendo parceira e “auxiliar de processos diagnósticos e de tratamento de problemas individuais” (MIOTO, 2001):



A família é a principal parceira do trabalho, no sentido de favorecer a auto-estima dos adolescentes, pois é a família que possibilita aportes afetivos e materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos adolescentes. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

A aproximação familiar se mostrou necessária no decorrer do projeto. A cada problema que foi surgindo, foi no ambiente familiar que muitas vezes encontramos apoio para as soluções das questões. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

*“O Assistente Social não trabalha sozinho. Pelo contrário, ele, o paciente e a família trabalham juntos”.* (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Nota-se aqui a contradição existente entre o discurso e as ações profissionais concretas dos Assistentes Sociais. Ou seja, embora informadas sobre as transformações ocorridas na estrutura e dinâmica familiar e compreendendo a família como “instituição dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida”, nos processos de análise e intervenção a família é tratada como um campo autônomo, compacto e articulado. (DE MARTINO, 2001; MIOTO, 2002).

Tais afirmativas traduzem a tendência ideológica “neofamiliarista” que coloca para a família a necessidade de solucionar, ao menos parcialmente, seus problemas, como se estivessem dissociados da totalidade social.

Outra afirmativa demonstra ainda, as expectativas dos profissionais de que a família produza cuidados e proteção, transmita valores culturais básicos e socialize seus membros para uma vida de qualidade e inclusão na comunidade onde vivem.

O atendimento sistemático tem surtido efeitos importantes para a harmonização das famílias. A família é essencialmente fundamental, ela é a mola propulsora da educação. A criança começa a ser educada no lar, no âmbito da família que oferece as condições de limites e de responsabilidade. O futuro depende das famílias que hoje souberem educar com valores e ética. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

*“A presença da família e a relação afetiva entre seus membros são fatores centrais no equilíbrio e bem estar dos idosos”.* (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Percebe-se, por um lado, uma visão naturalizada da família, como se a solidariedade, a segurança e o refúgio tivessem dados, desconsiderando as contradições existentes no universo familiar. (CARVALHO, 2003; PEREIRA, 1995). Por outro lado, as afirmativas expressam a ideologia que perpassa a relação entre família e Estado ao longo da história, isto é, a “crença de que as famílias, independentemente de suas condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes da convivência familiar, devem ser capazes de proteger e cuidar de seus membros”. (MIOTO, 2001, p. 97).

Observa-se também, uma leitura sobre a família ligada à idéia de falência ou incapacidade, presente no cotidiano dos serviços, tanto na organização como na ação dos profissionais:

Na realidade cotidiana e apresentada durante os trabalhos foi marcante a presença de sentimentos de isolamento das famílias; a sua incapacidade de gerenciar as dificuldades adversas; a sobrecarga das demandas geradas pelos conflitos familiares, afetivos, econômicos e sociais. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Mas a realidade nos mostrou, também, que alguns contextos de desajuste familiar desmontam qualquer ação positiva que se queira estabelecer, se não voltamos às ações primordialmente às famílias. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Isso significa, que a idéia de incapacidade ou “desajuste” continua sendo uso corrente entre os profissionais, sendo utilizada para categorizar as famílias que não conseguiram desempenhar com êxito as funções de cuidado e proteção de seus membros que lhe são atribuídas pela sociedade, merecendo pois a ajuda pública. (MIOTO, 2001).

A esse respeito Miotto (2000, p. 223) destaca:

Atualmente, é interessante observar que as famílias que apresentam vários sinais de sofrimento são aquelas rotuladas de famílias desestruturadas. Muito se fala do que elas não fazem. Muito pouco se diz dos recursos (materiais, sociais, afetivos) que são disponibilizados para se manterem vivas; muito pouco se diz das estratégias utilizadas para responderem as demandas que lhe são impostas.

Observa-se da mesma forma que os Assistentes Sociais têm expectativas relacionadas aos papéis paterno e materno, pautadas em “postulações culturais tradicionais”, onde a mulher-mãe é responsável pelo cuidado e educação dos filhos e o homem-pai pelo provimento e exercício da autoridade familiar. (MIOTTO, 2001). A responsabilidade materna é um dos aspectos enfatizados, recaindo sobre a figura materna toda a sobrecarga de funções quando a figura paterna é ausente:

No contexto familiar deste grupo privilegiamos a figura da mãe, pois na estrutura familiar da maioria das crianças e adolescentes a figura masculina – o pai – não se fazia presente ou por abandono ou ainda por uso de drogas. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Os jovens em sua maioria são oriundos de famílias com diversos tipos de organização; a maioria chefiadas pelas mães, que mantém as despesas domésticas. Os filhos ficam com os outros irmãos, avós, tios e vizinhos. Dessa forma seus ídolos poderão ser os chefes do poder paralelo, na falta da figura paterna como modelo de herói. Também as meninas poderão vê-los como ‘poderosos’ identificando-os como figura de proteção. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

É importante lembrar que nossa sociedade é norteadada pelo princípio da “economia do cuidado”, isto é, de uma grande valorização da mão-de-obra feminina como encarregada da família e uma ausência de reforços por parte das políticas públicas para apoiar as mulheres, principalmente aquelas que trabalham fora, são casadas e têm filhos pequenos. (LO VUOLO, 2001). Neste contexto, com o aumento de famílias chefiadas por mulheres estas enfrentam questões como a sobrecarga das despesas, dos cuidados domésticos e dos filhos, a

inexistência de políticas públicas e ainda são a principal referência no cotidiano dos serviços, principalmente os de proteção infantil.

Identificamos ainda, que poucos trabalhos apontam os parâmetros para se pensar a relação entre as políticas sociais e as famílias no contexto do Serviço Social e/ou fazem uma crítica da ausência ou a ineficiência da intervenção estatal:

Trata-se de um esforço na busca de rompermos com políticas fragmentadas e setorializadas que priorizam o indivíduo portador de direitos e não a família ou a coletividade. [...] As políticas sociais não incluem a idéia de família enquanto totalidade, mas ao contrário, são implementadas de forma fragmentada e focalizada no indivíduo. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Os mais variados testemunhos de crianças e adolescentes fragilizados e em risco reclamam a presença e a necessidade de ter uma família. Manifestaram nas entrevistas que ela é a única instância com a qual podem contar, antes, durante e após a internação. No entanto, o nível de suas necessidades extrapolam as condições da família, uma vez que esta não tem como responder às exigências e às necessidades apresentadas pelos seus adolescentes em relação à escola, ao trabalho, à cultura, ao lazer, enfim à convivência com a sociedade. É necessário que a sociedade e o Estado venham ao encontro deste núcleo social fragilizado, dando-lhe o suporte devido, através de uma rede de serviços correspondentes. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Nesta direção, observa-se que o trabalho profissional é pensado apenas no âmbito do atendimento direto, deixando de ser contempladas ações no nível da proposição, articulação e avaliação das políticas sociais. “Este nível prevê a articulação das políticas setoriais para evitar o tratamento fragmentado, que tradicionalmente têm sido dispensado às famílias que não as tem atendido de maneira equitativa”, bem como a realização de estudos sobre os impactos que as políticas têm na vida das famílias, visando formular novas proposições. (MIOTO, 2000).

Outro ponto a ser destacado nos discursos dos Assistentes Sociais diz respeito ao paradoxo do fortalecimento da lógica individualista em termos societários e o apelo para a preservação da solidariedade familiar. O terreno sobre o qual a família se movimenta é o da

contradição, já que suas relações são marcadas pelas contradições entre as expectativas que a sociedade tem e as possibilidades objetivas de realização. Tal situação “é condicionada tanto pela organização econômica e social da distribuição dos recursos, como pela coexistência de modelos culturais (valores, normas, papéis) reciprocamente contraditórios”. (MIOTO, 2000, p. 219). A declaração a seguir expressa esta condição:

Esta afirmação de que a estrutura familiar está calcada no processo sócio-político-econômico, desmistifica o conceito de que a família é um grupo natural, considerado ‘lugar de felicidade’, pois a família na relação de seus membros é constituída de sua história e de negociações diárias que correm internamente entre seus membros e externamente com o meio social mais amplo. Sendo assim, a convivência familiar será de momentos de felicidade e infelicidade, propiciando um bom desenvolvimento aos seus membros, limitando seus espaços e transmitindo-lhes sofrimento. [...] A família está em crise, para dar origem a novas formas de configuração familiar. [...] Temos que analisá-las em busca de um novo equilíbrio no jogo entre marido e mulher, em função da nova ordem sexual e da redistribuição de seus papéis no meio familiar como no mundo do trabalho.[...] Segundo pesquisadores e estudiosos de várias áreas do conhecimento, a família é um espaço privilegiado de socialização, de práticas e de divisão de responsabilidades e lugar inicial para o exercício da cidadania. Porém a realidade das famílias menos favorecidas não traz no seio familiar a harmonia na qual ela possa ser propulsora do desenvolvimento pleno de seus membros, pois seus direitos estão negados, o que gera pais conflituosos e instáveis, que vivem sós ou abandono do componente masculino, comprometendo o processo da socialização que a criança recebe no meio familiar. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Nota-se que tais afirmativas trazem mescladas diferentes lógicas, que orientam a visão e o trabalho, não apenas do Assistente Social, mas de estudiosos e profissionais no campo da família. Por um lado, as mentalidades e práticas sociais são regidas por princípios de autonomia, redução do número de filhos e independência econômica feminina. Por outro lado, mantém-se como referência a dependência subjetiva e a manutenção da divisão do trabalho doméstico segundo o gênero. Assim, persistem formas de representação e imagens culturais de dominação, bem como normas sustentadas nessas imagens, ao lado de novas práticas das famílias – lógicas distintas que incidem nas configurações familiares, mas também nas ações profissionais.

### 3.2.8 Concepção de educação

Em sua maioria, os artigos apresentam uma concepção na qual a educação é entendida como um “processo” ou um “espaço” onde são concretizadas uma série de ações, baseadas em alguns princípios e atitudes, com vistas a alcançar determinados objetivos.

Para tornar mais claro, podemos dizer, em primeiro lugar, que o termo “educativo” no trabalho profissional do Assistente Social é entendido como um “espaço” de aprendizagens e vivências para usuários e profissionais, onde através do conhecimento de si mesmo e do mundo se constrói uma consciência crítica e coletiva e onde são produzidas idéias.

*“Surge como espaço estratégico e democrático de construção de uma consciência crítica e coletiva, de um aprendizado social dos direitos [...]”*. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

[...] espaço/criação e produção de idéias capazes de descobrir novas formas de construção de um novo olhar sobre o real, se refletindo também no processo de socialização, convivência e participação sócio-política. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

A educação também é compreendida como um “processo” contínuo e permanente de convivência e de diálogo, de conscientização e participação, que vai capacitando os usuários a compreender sua realidade e para nela atuar de forma transformadora.

O processo educativo deve ser entendido como o compromisso com a formação da cidadania, com o desenvolvimento de pessoas para se tornarem plenamente capazes de compreender criticamente a realidade social, instrumentalizando-se para atuar sobre esta realidade, transformando-a. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

O processo de educação é construído em diferentes espaços, o aprendizado vem de diferentes fontes e requer um profissional comprometido, atento, preparado teoricamente que articule teoria e prática. O momento sócio-educativo e terapêutico se dá durante o acompanhamento das ações, no vivido, em situações reais que dizem respeito ao problema imediato das famílias. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

As ações visam que a construção da cidadania das famílias envolvidas tende a gerar alternativas para o projeto de vida das mesmas.

O processo de educação-formação deverá contribuir para o retorno dos filhos à convivência familiar e comunitária a partir do aprendizado no resgate da auto-estima, na reconstrução da identidade individual e coletiva, na inserção nas políticas de direitos.

Processo que leve as famílias a se tornarem conhecedoras de sua própria competência no exercício de papéis sociais. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Ocorrem nestes espaços diversas atividades, entre as quais destacam-se alguns termos como: a “socialização”, a “democratização”, a “veiculação” e “atualização” de informações e conhecimentos sobre os direitos e a realidade dos usuários.

*“Instrumentalizar os familiares com a apropriação do saber institucional, dos direitos e serviços previdenciários, possibilitando o seu acesso”.* (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Em toda sua atuação o Serviço Social não esquece de exercer o papel educativo, esclarecendo sobre a doença, risco de contaminação e cuidados específicos, trabalhando a prevenção. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Além do que já foi elucidado, o termo “educativo” também está associado a uma “prática” voltada para o diálogo, relacionada, sobretudo, à educação popular com influência da Pedagogia da Problemática.

*“Esta prática tem caráter pedagógico e possibilita a absorção de conhecimentos e reflexão”.* (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

*“A prática da educação popular é um termo utilizado para expressar uma prática educativa voltada à construção do saber que alimenta a prática social”.* (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

A prática da educação e organização popular busca o fortalecimento e a participação das camadas populares na formulação e no encaminhamento de propostas para a modificação de suas condições sociais. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

A utilização desse referencial teórico se destaca principalmente na área da saúde, onde se procura trabalhar o direito à cidadania por intermédio de uma visão humanista, na perspectiva analítica de Paulo Freire, que, aliás, exerceu uma influência expressiva sob a atuação do Assistente Social, principalmente a partir da década de setenta, início do período de Reconceituação do Serviço Social. (ABREU, 2001; SILVA, 2004). Como apontamos, neste período começam a ser gestadas experiências rumo ao redimensionamento das funções pedagógicas atreladas ao pensamento conservador, iniciando um processo de construção de uma pedagogia emancipatória, vinculada às classes subalternas.

Assim, a tônica da ação educativa tem sido a transmissão de um determinado conteúdo ou do conhecimento do qual o profissional ou a equipe é detentora a fim de que o usuário também se aproprie deste saber. Trata-se, portanto, de uma educação a nível individual ou molecular, em que o Assistente Social procura desenvolver junto ao usuário “as partes relativas aos direitos e deveres”. (JESUS, 1989, p. 90).

Entretanto, nos dados coletados observamos que no trabalho profissional do Assistente Social, o caráter “informativo” da ação educativa é complementado pela “reflexão” sobre a realidade em suas múltiplas determinações, conhecendo-a. A ação reflexiva é apresentada como algo a mais, pois permite “ultrapassar” a mera “transferência de conhecimentos” na medida em que estimula a capacidade de criticidade e estabelece o diálogo, com a troca de saberes e experiências, bem como a construção coletiva do saber.

[...] a reflexão sobre a realidade cotidiana nos procedimentos interventivos, pois se o indivíduo compreender sua realidade e sentir-se parte dela como sujeito histórico e coletivo, conseguirá levantar hipóteses para transformá-la. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).



Hoje a Educação e Saúde tem uma discussão mais ampla: a informação sem a reflexão não tem os resultados esperados quando à mudança de comportamento. [...] A troca de saberes entre profissionais e usuários é condição básica para o processo de educar e de mudança. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Essa forma, pela qual a ação educativa vai sendo desenvolvida, ainda permanece no nível individual, mas já favorece “chegar à prática de uma certa autonomia, iniciativa e maturidade intelectual” e “compreender a atualidade como síntese do passado” (JESUS, 1989, p. 90).

Além disso, segundo interpretação de Oliveira (1996, p. 7), em Gramsci está colocada uma relação entre o conhecimento e a transformação da realidade. Em Gramsci há uma diferença entre um “dever-ser arbitrário”, que é mero sonho ou desejo, e um “dever-ser que é vontade concreta”. Este que é concreção, parte do conhecimento do processo dinâmico da realidade, em suas múltiplas determinações, para que as forças que estão em contínuo movimento possam “vir a ser redirecionadas por sujeitos conscientemente ativos [...] em função de novas perspectivas a partir das possibilidades já existentes”.

Trata-se, portanto, de uma interpretação histórico-social da realidade que implica em dois fatores. O primeiro fator é “a mediação da atividade humana dirigida por fins em função de valores criticamente escolhidos”, ou seja, o dever-ser requer uma prática contrária àquela práxis que explica e legitima a estrutura da realidade atual. O segundo fator implica que “a vontade concreta que dirige a atividade humana transformadora” exige a “contínua busca de conhecimento dos mecanismos internos do processo dinâmico da realidade existente” para que se possa, “realisticamente construir os meios de transformá-la”. (OLIVEIRA, 1996, p. 8).

Todavia, o conhecimento por si só não transforma a realidade:

Torna-se concreção somente quando, ao ser apropriado pelos homens não como mera informação, mas como um instrumental de desvelamento do real-concreto (incluindo-se aí o desvendamento das possibilidades já existentes de sua superação), torna-se base e orientação da prática de transformação dessa realidade. (OLIVEIRA, 1996, p. 8).

Desse modo, o conhecimento atua como força e direção dos homens para que se apropriem dele e possam fazer escolhas e, aí está implícito um posicionamento valorativo, enquanto possibilidades de superação das condições existentes.

A ação educativa apresentada em alguns artigos também aponta a necessidade de conscientizar os usuários, em direção à superação do senso comum e difusão de uma concepção mais crítica:

*“A formação da consciência crítica dos atendidos é o principal caminho para a superação da passividade, do conformismo e do desconhecimento existente”.* (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

O desafio tem sido o de realizar um processo de reflexão-ação, despojando o adolescente do senso comum, espontaneísta e singular para o senso crítico, uma vez que isso passa pelo conhecimento do contexto social em que está inserido, o fato de ser cidadão, o conhecimento do próprio corpo e da sua sexualidade, sua rede de relacionamentos etc. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

A dimensão individual do processo educacional novamente desenvolve-se quando se ocupa do “homem como indivíduo, levando em conta sua personalidade, habilidades e capacidades”. A educação molecular deve formar o indivíduo ao ponto deste ter “condições de elaborar sua própria concepção de mundo, crítica e conscientemente, de participar ativamente na produção da história do mundo e de ser guia de si mesmo”. (JESUS, 1989, p. 45).

Outro ponto a destacar é que na ação sócio-educativa desenvolvida pelo Assistente Social em seu trabalho profissional com famílias várias atitudes e princípios são propostos como condição básica para sua realização. Na relação estabelecida entre profissionais e usuários uma ação educativa é, geralmente, caracterizada pela existência de atitudes como a troca de saberes e experiências, a escuta, o estímulo à participação etc. Além disso, princípios

como a democracia, a solidariedade, o respeito aos valores e às necessidades do usuário também são apresentados quando se caracteriza a ação educativa realizada.

*“[...] democratização das informações para usuários e famílias, pois tanto o aprendiz quanto a família participam ativamente do processo”.* (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

O trabalho em grupo é lugar de socialização – momentos de vivência coletiva, de encontro, escuta, solidariedade e de queixas do cotidiano, mas é também espaço para propor e iniciar ações – negociar as próprias questões. É um lugar de troca onde cada um aprende a situar-se em relação ao outro, encontrando um território de símbolos coletivos que permitem sentir o orgulho de pertencer à associação. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

*“A relação educadora-educando só se legitima quando há confiança recíproca, respeito e envolvimento, diálogo e transparência”.* (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Tal constatação pode indicar uma resposta dos agentes profissionais ao projeto ético-político da profissão no que se refere a sua dimensão ética. Ao guiar seu exercício profissional segundo alguns princípios e valores humanistas estabelecidos pelo Código de Ética de 1993, o Assistente Social reafirma a necessidade de construção de uma nova ordem societária como destaca Iamamoto (2002, p. 21):

[...] e os princípios éticos ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade.

Outro pilar desse processo educativo diz respeito à intencionalidade da ação educativa que se expressa na busca e/ou na construção de caminhos e alternativas para a problemática vivenciada pelos usuários e suas famílias e, com a qual se depara o Assistente Social em seu trabalho profissional.

Ações educativas que visam a promoção humana. Tais ações possibilitam o despertar da consciência crítica, contribuindo para a ocorrência de mudanças e melhoria nas condições de vida e de saúde. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

O diálogo enquanto mecanismo de autonomia e emancipação é um veículo importantíssimo para a construção de processos educativos e reflexivos que transformam os indivíduos envolvidos em sujeitos que constroem suas histórias. A cidadania passa por esse processo de interação com o outro onde divide-se a informação e troca de conhecimentos, sendo assim o movimento de tese, antítese e síntese é sempre construído coletivamente num movimento dialético de construção e reconstrução do real. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Identificamos, que em vários artigos, os fins perseguidos durante a ação educativa se remetem ao nível individual, pois visam principalmente mudanças nos comportamentos e valores dos usuários como o resgate de sua auto-estima, o estímulo a suas potencialidades, bem como reafirmar sua condição de sujeito de direitos.

Educação é aprender a participar e se apoderar de idéias, de hábitos e habilidades com um novo padrão de comportamento. [...] Pensar a educação de idosos como um processo contínuo e desenvolver uma nova postura crítica e reflexiva frente aos problemas decorrentes dessa fase da vida, estimulando a emergência de potencialidades e da criatividade dos idosos. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

*“Reafirmar a auto-estima dos jovens seu potencial de liderança e seu senso crítico em relação do contexto social”.* (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Ações de sensibilização e educação quanto ao envelhecimento que contribuam para mudar concepções estigmatizadas e preconceituosas de velhice e incrementar o respeito e a solidariedade intergeracional. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001).

Em alguns artigos a ação educativa resume-se ao nível individual, em outros, porém busca-se trabalhar questões mais amplas como o acesso aos bens e serviços, a garantia e a ampliação dos direitos sociais e da cidadania.

[...] ações sócio-educativas através da informação, do diálogo e da reflexão entre profissionais e usuários busca fortalecer estes quanto à garantia, ampliação e efetivação de direitos e de cidadania.(SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2003).

As atividades do Serviço Social estão relacionadas à informação e educação em saúde (orientações e abordagens coletivas ou individuais) objetivando informar e/ou buscar soluções acerca das problemáticas existentes na comunidade. (SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2003).

*“[...] potencialização do coletivo, fortalecendo suas reivindicações e encaminhando interesses individuais de forma conjunta”.*(CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Cabe destacar que alguns artigos demonstram uma ação educativa pautada em duas dimensões: individual e coletiva.

[...] Esta mudança se dá pela prática sócio-educativa que, no Programa, vem sendo realizada pelo Assistente Social junto com a equipe interdisciplinar. A prática do Assistente Social se concretiza em duas dimensões: na dimensão individual, norteadas pelas ações imediatas e mediatas, levando-se em consideração também as emoções, sentimentos, percepções, motivações, necessidades, deveres e direitos [...]. Na dimensão grupal, norteadas pelas ações ideopolíticas e, portanto, sócio-educativas. Tem sido um processo simultâneo ao trabalho individual, uma vez que grande parte dos adolescentes ainda luta pela satisfação de suas necessidades básicas. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

A educação social deve ser a diretriz do Assistente Social, voltada para a construção e reconstrução da auto-estima do usuário como forma de ‘acender’ nele a chama para a luta pela realização de sua cidadania que pode começar pelo conhecimento de si mesmo e do mundo. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

[...] A vivência destas relações propicia a constituição de uma rede de sociabilidade, bem como o fortalecimento do coletivo encontrando ‘espaços públicos oficiais’ onde estão os agentes que decidem. O espaço público oficial é uma oportunidade para o aprendizado crítico/político e para que as famílias tornem-se mais confiantes em si e no grupo, resgatando sua autoconfiança, cidadania e dignidade. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998).

Ao fazerem referência a uma ação pautada nestes dois momentos parece então que as Assistentes Sociais realizam uma educação molecular, mas também alcança, ou pelo menos propõe, um outro nível de discussão, mais ampliado, cuja intencionalidade é a construção de uma nova cultura e de um projeto coletivo. Como assinalamos, o projeto pedagógico de Gramsci – de criar uma nova cultura, difundir o bom senso e levar a multidão a pensar de modo coerente a sua própria realidade – é coletivo.

As afirmações dos Assistentes Sociais, anteriormente citadas, também nos remetem a questão de que no âmbito dos serviços assistenciais há uma centralização de ações em situações limites das unidades familiares – dependência química, alcoolismo, doenças mentais e físicas, violência doméstica, atos infracionais, trabalho infantil – nas quais as famílias expressam sinais de dor e sofrimento (MIOTO, 2000; 2001). Nestes espaços a dor e o sofrimento das famílias não são negados ou recusados pelo Assistente Social que ao realizar uma ação sócio-educativa de cunho emancipatório percebe que nos lamentos, reclamações e solicitações dos usuários estão implícitas demandas comuns, como por exemplo, por defesa dos direitos humanos e sociais, por controle social e qualidade dos serviços. Desse modo ainda que estas situações sejam consideradas, não se constituem como um fim em si mesmo.

Essa transição de uma educação molecular para a educação que visa a coletividade deve formar no indivíduo a consciência de que o conhecimento individual só será realmente eficiente se colocado em relação com o social, que satisfaça os interesses particulares mas também os coletivos.

Considerando a organicidade da relação entre dois níveis de educação – individual e coletiva – “se existir mudança individual, esta se projetará para fora do indivíduo, atingindo os vários níveis, até chegar à relação máxima que abraça todo o gênero humano”. (JESUS, 1089, p. 44).

O grupo hegemônico ou que busca a hegemonia só poderá realmente educar se conseguir fazer com que os indivíduos sintam-se superiores ao que existe, oponham-se ao *status quo* social e desejem vencer as incoerências existentes, o que só conseguem a nível coletivo. Vencer as incoerências significa superar o senso comum para se chegar ao bom senso, o folclore para se chegar a uma cultura ao nível de massa, porém, coerente e unitária. (JESUS, 1989, p. 98).

Historicamente a educação está a serviço de uma classe dominante e de uma ideologia repressiva, ajustando os indivíduos à ordem social vigente, transmitindo um saber elitista e definido pelo poder estabelecido; ocultando as contradições sociais por meio de discursos dissimuladores da realidade; e mantendo coesa toda a sociedade com discursos homogêneos, igualitários e até renovadores. Contudo, a educação possui um caráter contraditório. O saber, enquanto revelador do real, permite que as contradições sejam percebidas “pois possibilita tanto a disseminação por parte da classe dirigente, como sua desocultação por parte dos dirigidos, pela ruptura com um saber mascarador substituído por um mais revolucionário, caracterizado pela luta contra o senso comum” (JESUS, 1989, p. 45). Segundo o autor o processo educativo implica uma tomada de consciência, que tem a superação do senso comum como ponto de partida para a uma reforma intelectual e moral.

Para Gramsci, a criação de uma nova cultura está ligada à crítica ao senso comum e significa, sobretudo, “difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral”.(GRAMSCI, 2002, p. 96).

A formação de uma concepção nova de mundo, criticamente coerente, ocorre na opinião de Simionatto (1995, p. 83) quando se sai da subalternidade, ou seja, “quando se assume a consciência do significado do próprio operar, da efetiva posição de classe, da efetiva natureza das hierarquias sociais e políticas, quando se elabora uma nova concepção de política, de Estado e de sociedade”. Destaca-se neste processo a ação política,

que faz com que as classes subalternas saiam da passividade e criem uma nova forma de pensar.

As considerações tecidas até agora indicam que as ações sócio-educativas executadas pelos Assistentes Sociais com famílias não têm se consolidado o projeto ético-político do Serviço Social com a mesma força de outras dimensões que compõem a totalidade da profissão, tais como o campo da formação profissional e da produção intelectual.

Aliás, é importante destacar que, a maioria dos artigos analisados não se propõe a examinar e/ou a situar o relato/reflexão apresentado em sintonia com o projeto ético político da profissão. Desse modo, os Assistentes Sociais não mostraram se perguntar se o trabalho profissional que realizam está articulado com o projeto profissional.

Se por um lado pudemos perceber por parte dos Assistentes Sociais um discurso permeado pelo desejo de enfrentamento e de possibilidades, por outro lado, algumas das afirmativas explicitadas anteriormente demonstram que no cotidiano do exercício profissional essas tendências nem sempre se concretizam.

Nos artigos os Assistentes Sociais relatam a execução das ações sócio-educativas com famílias, destacando uma preocupação com o acesso, a garantia e ampliação dos direitos sociais e, em estabelecer uma “relação pedagógica” com os usuários dos seus serviços baseadas nos princípios do Código de Ética do Serviço Social, com vistas à construção da cidadania e de uma melhor qualidade de vida para as famílias.

Nesta linha, algumas experiências têm demonstrado que a função pedagógica do Assistente Social tem se vinculado a capacitar os sujeitos, através da democratização de informações de modo crítico e coletivo, na direção dos interesses e necessidades das famílias, garantindo e ampliando os direitos sociais de seus membros. Fundamentalmente, essas ações sócio-educativas situam-se numa perspectiva emancipatória, voltada para o rompimento de práticas identificadas com a cultura da normatização/moralização das famílias.



Embora sejam poucos, alguns Assistentes Sociais vêm inserindo-se nesse movimento, realizando ações sócio-educativas voltadas para a educação popular e construindo propostas junto às famílias que desencadeiam processos participativos críticos e de busca de articulação entre forças sociais, na luta por melhores condições de vida e ampliação dos espaços políticos de expressão dos interesses das famílias.

De outra forma, observa-se ainda a vinculação profissional à “pedagogias subalternizantes”. São experiências educativas que apesar de um discurso progressista são marcadas pelo trabalho conservador. As experiências relatadas revelam uma ação sócio-educativa muito particularizada. Em sua maioria o trabalho realizado pelo Assistente Social resultou no atendimento dos interesses instituições e nas demandas imediatas dos usuários. Neste processo, não ocorre o movimento das demandas individuais para uma compreensão coletiva.

No cotidiano dos serviços as ações sócio-educativas têm uma abordagem essencialmente grupal, mas também individual, que resultam em atendimentos com um fim em si mesmos, que não resgatam a possibilidade de um trabalho sistemático voltado para as dificuldades cotidianas dos grupos familiares na perspectiva de dar-lhes sustentabilidade ou de engajamento dos mesmos, em processos sociais mais amplos para que ocorram transformações de ordem estrutural.

Embora na vontade/intenção o Assistente Social aspire uma articulação com as necessidades da população atendida, tem-se a impressão de que suas ações sócio-educativas muitas vezes se limitam ao repasse de informações ou ainda à criação de espaços para o suporte emocional ou para se trabalhar as disfunções familiares, como se isso, por si só levasse as famílias ao acesso e garantia de seus direitos e à emancipação. Assim, com uma ação voltada aos aspectos disfuncionais da família, contribuindo para a não ruptura com a herança conservadora, mas para a psicologização dos problemas sociais.

Sob esta lógica o Assistente Social ainda desempenha ações educativas procurando levar os usuários a uma determinada maneira de pensar e agir, deslocando para o campo psicológico o que é expressão das contradições sociais, imprimindo à função educativa um caráter moralista. Ao mesmo tempo, ainda que defendam a participação das famílias, alguns trabalhos demonstram que a função educativa continua circunscrita “à esfera das relações interpessoais, solidárias e personalizadas, em que a família, do ponto de vista histórico, é o seu modelo”. (ABREU, 2001, p. 100).

Segundo a autora, os perfis da pedagogia da “ajuda” e da “participação” vem sendo reatualizados, numa direção conservadora, voltada ao “ajustamento, integração e promoções sociais, mediante incorporação de novos elementos e mediações que refuncionalizam essas pedagogias no processo de reorganização da cultura a partir da orientação neoliberal”. (ABREU, 2001, p. 212).

Segundo a autora quando executadas nesta perspectiva as ações sócio-educativas podem estar sofrendo o “redimensionamento” da função pedagógica nos eixos da “ajuda psicossocial individualizada” e da “participação” – vinculadas à tradição conservadora da profissão.

Percebe-se ainda, que os Assistentes Sociais trabalham com a idéia da diversidade de família, mas a análise das afirmativas dos Assistentes Sociais leva a supor que este consenso diz respeito apenas às mudanças na estrutura e composição da família. O mesmo parece não acontecer quando se trata das funções familiares. Isso significa que as concepções dos Assistentes Sociais “continuam se movimentando a partir de expectativas relacionadas aos papéis típicos de uma concepção funcional de família”, independente do lugar em que estão localizadas na linha de estratificação social. (MIOTO, 2001).

É importante destacar, em primeiro lugar, que a idéia de família remete-nos à experiência de cada um, permeada de idealizações e expectativas. Em segundo lugar, no

âmbito de nossa formação cultural os valores familiares tradicionais sempre tiveram um peso significativo, favorecendo uma postura profissional orientada por uma lógica afetiva e moralista, perpetuando ações sócio-educativas que assumem um caráter de funcionalidade.

Além disso, a ausência de um referencial teórico que leve à perspectiva de transformação, com uma visão pautada em conceitos de matrizes teóricas ligadas ao funcionalismo ou utilizando autores de diferentes vertentes teóricas ecleticamente, demonstra uma inconsistência teórica que subsidie essa intenção de ruptura com o conservadorismo.

Cabe ressaltar que mesmo reconhecendo que a ação educativa é uma das principais características do exercício profissional do Assistente Social não tem se apropriado de categorias-chaves para uma discussão dessa função, que ofereça uma análise teórico-crítica da realidade e possibilite a projeção e a realização de um trabalho que rompa com práticas conservadoras.

Na medida em que a ação sócio-educativa tem sido orientada para uma intervenção na dinâmica interna das famílias, consideradas como incapazes ou patológicas, ou ainda pelos objetivos da instituição deixam de ser vislumbradas possibilidades de trabalho em outros níveis. Permanece assim, a concepção de que os processos de intervenção com famílias ocorrem apenas no âmbito do atendimento direto. Isso significa dizer, que deixam de ser considerados os espaços de proposição, articulação e avaliação das políticas sociais, bem como a organização e articulação de serviços na área da família.

A questão adquire ainda mais importância quando consideramos o sistema de proteção social brasileiro, em especial nas relações família e Estado. No Brasil podemos atribuir um alto grau de “familismo”<sup>28</sup> e um processo de formação sócio-histórica em que a família sempre foi grande referência de relações.

---

<sup>28</sup> O “familismo” deve ser entendido como um sistema “em que a política pública considera, na verdade insiste, em que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar social de seus membros”. Este tipo de regime, geralmente orientado pelos princípios católicos e o da subsidiariedade, limita a interferência pública às situações onde a comunidade e

Segundo Campos e Miotto (2003, p. 167), na realidade brasileira “a comprovação da importância da família e da mulher na operação de programas sociais [...] não é fato novo”. Ao examinar os diferentes lugares ocupados pela família em nosso sistema de proteção social, tanto em termos dos dispositivos legais como operacionais<sup>29</sup> a ela dirigidos, as autoras verificam que o Brasil também confere centralidade à família no âmbito da reprodução social e destaca a importância da responsabilidade familiar nas legislações e políticas na área da criança, adolescente, idoso e assistência social.

A esse respeito vale destacar novamente que nos artigos analisados a maioria dos serviços dirigidos à família se concentram na área da saúde e da criança e do adolescente. A questão que se coloca é que na área da assistência social são restritas as ações sócio-educativas desenvolvidas junto às famílias. Na medida em que os profissionais não contextualizam esse quadro enfatizamos a existência de um paradoxo do modelo institucional da política de assistência social brasileira: uma discussão na qual a família tem posição de destaque e, ao mesmo tempo, uma restrição de serviços preocupados com um trabalho dirigido às famílias.

Para Campos e Miotto (2003, p. 181), embora a orientação familista na política de assistência social brasileira não seja uma característica nova, esta vem sendo incrementada principalmente a partir da última década do século passado. Este incremento deriva da lógica político-econômica que rege as agências internacionais que difunde um discurso de recuperação de valores ético-morais, que estariam se desintegrando na sociedade, a fim de favorecer a convivência familiar e comunitária. Entretanto, vale lembrar que o empobrecimento acelerado da população brasileira nas últimas décadas, as novas configurações familiares, o rareamento das redes e das trocas sociais entre as famílias

---

famílias falham no suprimento do bem-estar social. Por isso, o familismo é caracterizado por uma política familiar muito passiva e não desenvolvida. (ESPING-ANDERSEN, 1999).

contribuíram para que as unidades familiares tenham se tornado mais vulneráveis no contexto social e, conseqüentemente, para a diminuição de sua “capacidade protetora”. (CAMPOS e MIOTO, 2003).

Dessa forma, as autoras afirmam que;

A família se encontra muito mais na posição de um sujeito ameaçado do que de instituição provedora esperada. E considerando a sua diversidade, tanto em termos de classes sociais como de diferenças entre os membros que a compõem e de suas relações, o que temos é uma instância sobrecarregada, fragilizada e que se enfraquece ainda mais quando lhe atribuímos tarefas maiores que a sua capacidade de realizá-las. (CAMPOS e MIOTO, 2003, p. 183).

O caráter familista da política social brasileira tem se ancorado ao pressuposto de que “existem dois canais ‘naturais’ para satisfação da necessidade dos cidadãos: o mercado (via trabalho) e a família”, sendo que a intervenção do Estado ocorre somente, e de forma temporária, quando falham estes canais. Segundo as autoras, com base nesta concepção instauram-se repúblicas fundadas na família e com uma ajuda pública restrita. Os problemas referentes à questões como maternidade e paternidade, por exemplo, devem ser resolvidos no âmbito privado e a família, enquanto “sociedade natural e sujeito econômico de mercado”, recebe a ajuda pública “sob a forma de compensação, por falimento ou pobreza, que, dentro de uma política de bem-estar, está ideologicamente traduzida como a garantia de um mínimo universal pelo Estado”. (CAMPOS e MIOTO, 2003, p. 183-184).

Mas, como sabemos, no caso brasileiro nem mesmo esse mínimo é universal. A política de assistência social no Brasil é marcada, historicamente, por seu caráter privatista, de seletividade e de focalização, que se distancia tanto da perspectiva do direito quanto do atendimento das necessidades sociais. Alia-se a esta constatação o deslocamento da responsabilidade assistencial para o Terceiro Setor através do aprofundamento e do

---

<sup>29</sup> As autoras examinam a Constituição Federal de 1988; a Lei 8.842 de janeiro de 1994 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso; a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – o Estatuto da Criança e do

aperfeiçoamento das relações de parceria de recursos financeiros para projetos, com a gestão delegada à iniciativa privada.

Tal situação tende a aumentar amplamente as possibilidades de manutenção da concepção 'familista' e assistencialista que tem permeado a operacionalização da assistência social no Brasil, estabelecendo publicamente o lugar da família no âmbito do sistema de proteção social. Esta concepção não está apenas no bojo da construção da própria política mas perpassa todo o processo de intervenção pública na família. (CAMPOS e MIOTO, 2003, p. 185).

Desse modo, assistimos a conjugação da tendência historicamente predominante na sociedade brasileira, de resolver na esfera privada questões de ordem pública e àquela em que o Estado tende a se desobrigar da reprodução social, transferindo para as famílias e comunidade responsabilidades que, em nome da solidariedade, descentralização ou parceria a sobrecarregam.

Outra observação importante sobre a relação entre a família e as políticas públicas são encontradas no diagnóstico sobre a América Latina realizado por Lo Vuolo (2001). O autor constata que na maioria dos discursos dos governos, instituições civis, religiosas e das pessoas a família tem extrema importância. Do mesmo modo, nas propostas políticas para o combate às questões como desemprego, drogadição e violência, por exemplo, a família tem um papel central. Contudo, apesar da centralidade da família nas políticas sociais, o desenho delas tem focado os indivíduos, sem uma visão integral e transversal dos temas referentes à família que são tratados como se correspondentes ao mundo privado. Por isso, há uma escassa atenção e não se analisa o impacto das políticas públicas na família.

Por fim, é necessário considerar que o trabalho profissional é atravessado por um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação e nos resultados individualmente e coletivamente projetados. Trata-se de uma série de demandas, tais como as

condições e relações de trabalho existentes na instituição onde o Assistente Social está vinculado como trabalhador assalariado, às necessidades dos usuários e dos empregadores, bem como a atual organização societária que estabelece o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão. (IAMAMOTO, 2002).

Nesta perspectiva o Assistente Social como um educador contribuiria na difusão de uma concepção mais crítica, a fim de levar os usuários a construir um processo que os tire da passividade, com uma crítica aos elementos contidos no senso comum, em direção a uma nova cultura, comprometida com os interesses básicos das classes subalternas.

Gramsci aponta que “todos os homens são filósofos”, porém isso não significa que todos tenham uma consciência crítica e reflexiva da realidade:

Pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos. [...] quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa [...]. (GRAMSCI, 2001, p. 94).

Esse conformismo social é manifestação do conhecimento “instintivo, mecânico e materialista” do indivíduo, cuja fonte é o ambiente e os grupos sociais onde ele está inserido. O Assistente Social tem, portanto, o senso comum como um ponto de partida para explicitar uma reflexão sobre a realidade, tornando “crítica uma atividade já existente” tendo como referência o homem em suas atividades reais, concretas. (JESUS, 1989).

Dessa forma a função educativa evidenciada no pensamento gramsciano se apresenta compatível ao Serviço Social, como um instrumento, não para a destruição do senso comum, mas para a sua substituição por uma concepção mais coerente, que deverá ocorrer em conexão com uma luta política.

A passagem do senso comum, do modo de pensar desorganizado e folclórico, a um pensar crítico e histórico se faz através da luta concreta, a partir dos problemas práticos vividos pelas classes subalternas, as quais, mediante a discussão de seus problemas, chegarão a um nível de cultura sempre mais crítico das situações impostas pelo modo capitalista de produção. (SIMIONATTO, 1995, p. 83).

Neste sentido, o Assistente Social pode se constituir num educador, que difunde um novo saber voltado para os interesses das classes subalternas, entendendo que “educar é construir uma nova filosofia assimilável por todos os homens que, possuindo a filosofia espontânea do senso comum, têm o direito a uma compreensão crítica do mundo”. (JESUS, 1989, p. 46).

Frente aos desafios postos nesse processo, coloca-se, então ao Assistente Social a necessidade de uma capacitação profissional permanente a fim de responder aos compromissos e necessidades das classes subalternas e contribuir junto a esses segmentos na construção de alternativa para a conquista da hegemonia.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que as ações sócio-educativas desenvolvidas pelos Assistentes Sociais ocorrem dentro de uma extensa rede de serviços, principalmente na área da saúde, da criança e do adolescente. E, ainda, que a organização individual do trabalho do Assistente Social é desenvolvida em plantão, projetos ou programas, em sua maioria em organizações governamentais. Nestes locais, os Assistentes Sociais exercem suas ações sócio-educativas, na maioria das vezes, em conjunto com outros profissionais, principalmente Psicólogos e Enfermeiros.

As ações sócio-educativas são desenvolvidas pelos Assistentes Sociais a partir de três eixos: do trabalho em torno da orientação e informação sobre as questões que envolvem o reconhecimento e a viabilização de direitos sociais; do trabalho em torno de aspectos da organização e dinâmica familiar o que envolve as questões familiares e de “suporte emocional”; e do trabalho em torno da organização social e participação política cuja preocupação é de fortalecer o usuário e a família para uma ação mais coletiva e voltada à mobilização social.

Seguindo essas linhas, os Assistentes Sociais têm como principal objetivo do seu trabalho a defesa, o acesso e a garantia dos direitos sociais dos usuários e suas famílias. Mas, também, objetivam a mudança de comportamento do grupo familiar e/ou de seus membros.

Nesse processo, naqueles artigos que apresentam um referencial teórico, destacam-se algumas vertentes como o materialismo histórico dialético, a pedagogia da problematização, a perspectiva fenomenológica e terapia familiar. Em alguns artigos percebemos conceitos ligados a correntes teóricas mais conservadoras e, em outros, ocorre até mesmo um certo ecletismo, na medida em que os profissionais utilizam autores de diferentes perspectivas. Em

geral, são citados autores clássicos das Ciências Sociais e aqueles mais consagrados da profissão como Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Vicente de Paula Faleiros, Maria Carmelita Yasbec, etc. Entretanto, os artigos demonstram um exercício profissional pautado numa perspectiva crítica para situar a profissão e analisar o contexto social e, concomitantemente, um referencial voltado às questões internas da realidade com a qual o Assistente Social trabalha, a fim de garantir suas orientações e encaminhamentos mais imediatos.

Como aponta Vasconcelos (2000, p. 131), “sem qualificação teórico-metodológica e ético-política não há possibilidade de democratização de informações, conhecimentos e instrumentos de indagação”. Além disso, a apropriação de um paradigma de análise e compreensão da realidade que não se caracterize pela ruptura com o conservadorismo, coloca barreiras para a consolidação do projeto ético-político.

Entre os instrumentos mais utilizados na ação sócio-educativa está a reunião, a visita domiciliar e a entrevista. Destacamos que o instrumental técnico-operativo é apresentado através de uma diversidade de termos e denominações, sendo marcado por uma abordagem essencialmente grupal.

Neste processo, o discurso sobre a família que atravessa as ações sócio-educativas dos Assistentes Sociais assume vários aspectos. A família é apresentada em termos mais conceituais/teóricos, a respeito de sua estrutura e funções; em termos de sua caracterização, com referências ao seu perfil e à mudanças na sua organização e composição; como recurso do trabalho profissional, na qual é parceira/auxiliar nos processos de recuperação, tratamento e cuidado de seus membros; e ainda em termos de expectativas que os serviços/profissionais tem a respeito dela, onde aparece freqüentemente a idéia de incapacidade e falência da família e dos papéis que seus membros deveriam desempenhar. Percebemos então, que os Assistentes Sociais trabalham com a idéia da diversidade de grupos familiares, mas as afirmativas dos

profissionais levam a supor que este consenso diz respeito apenas às mudanças na estrutura e composição da família. O mesmo parece não acontecer quando se trata das funções familiares na medida em que as concepções dos Assistentes Sociais continuam permeadas de expectativas sobre aos papéis típicos de uma concepção funcional de família, independente de sua condição social.

Esse discurso que permeia o exercício profissional do Assistente Social pode indicar que os profissionais têm assumido na direção de suas ações sócio-educativas a tendência familista que orienta a política social brasileira, a qual solicita autonomia e iniciativa do grupo familiar nos problemas que são expressões das contradições sociais. Nesta linha, a profissão pode estar contribuindo para que continue sendo colocada a importância da família, independentemente da restrita ajuda pública que esta recebe, sobrecarregando-a ainda mais.

Outro ponto que merece destaque é que os Assistentes Sociais apontam nos artigos o reconhecimento de que as ações sócio-educativas são uma das principais ações profissionais realizadas no seu trabalho com famílias. No entanto, apesar deste reconhecimento, os Assistentes Sociais parecem não ter se apropriado de categorias-chaves para uma discussão dessa função, que ofereça uma análise teórico-crítica da realidade e realize um trabalho que rompa com práticas conservadoras.

Enfim, as ações sócio-educativas realizadas pelos Assistentes Sociais com as famílias são entendidas/apresentadas como um processo contínuo e permanente, no qual os usuários dos serviços constroem uma consciência crítica sobre si mesmo e sobre a realidade para nela atuar de forma transformadora. E ainda, um espaço onde ocorra a troca, a socialização e a democratização das informações, baseado, não num mero repasse, mas num processo reflexivo.

Alguns profissionais expressam que a finalidade desta ação sócio-educativa é a difusão de uma consciência mais crítica, a construção e o fortalecimento das oportunidades de participação na transformação das condições geradoras dos problemas vivenciados.

Nesta linha, algumas experiências têm demonstrado que a função pedagógica do Assistente Social tem se vinculado a capacitar os sujeitos, através da democratização de informações de modo crítico e coletivo, na direção dos interesses e necessidades das famílias, garantindo e ampliando os direitos sociais de seus membros. Essas ações sócio-educativas situam-se, então, numa perspectiva emancipatória, voltada para o rompimento de práticas identificadas com a cultura da normatização/moralização das famílias.

Isso significaria uma ação sócio educativa vinculada ao atual projeto profissional, pautada numa educação molecular, para que o usuário se aproprie do saber, e adquira autonomia, exerça e cobre seus direitos e deveres. Uma educação que procura capacitá-lo para chegar à superação do senso comum, difundir uma concepção mais crítica e construir possibilidades/propostas para a realidade vivenciada, isto é, uma ação sócio-educativa orientada por uma concepção de educação que é individual e coletiva.

No entanto, a maioria dos trabalhos, embora apontem essa proposição, as experiências relatadas revelam uma ação sócio-educativa muito particularizada, na qual o trabalho realizado pelo Assistente Social resultou no atendimento dos interesses das instituições e nas demandas imediatas dos usuários, o que poderia inviabilizar o movimento das demandas individuais para uma compreensão coletiva.

Desse modo, realizando entrevistas e reuniões, aconselhamentos, orientações e apoio com as famílias onde privilegia apenas as demandas imediatas explicitadas individualmente pelos usuários ou subordinados aos interesses e necessidades institucionais – os Assistentes Sociais orientam suas ações sócio-educativas numa direção que não tem um caráter coletivo e politizante. Como apontamos, no âmbito dos serviços assistenciais, os profissionais

encontram situações em que as famílias expressam sinais de dor e sofrimento que não podem ser negligenciados. Aliás, esse trabalho é fundamental, porém depende muito da finalidade e da forma como é conduzido pelo Assistente Social. Como destaca Vasconcelos (2002, p. 503):

É a partir da forma como estes processos são vivenciados que podem contribuir na capacitação, politização e conscientização dos cidadãos e segmentos envolvidos, assim como – ainda que não se constituam em processos terapêuticos – na redução de problemas de ordem psicológica relacionados ao estresse, à aflição, sofrimento e tristeza pela falta de expectativas, confiança e perdas.

O problema que se coloca é justamente se esta ação educativa acontece como um fim em si mesmo, centrada no repasse rotineiro de informações, nas mudanças de comportamento e no suporte emocional para se trabalhar as “disfunções” do grupo familiar, como se isso, por si só levasse as famílias ao acesso e garantia de seus direitos e à emancipação. Nesta perspectiva, os Assistentes Sociais estariam contribuindo para não romper com a herança conservadora da profissão, dando continuidade à tendência de psicologização dos problemas sociais. Com isso, os profissionais acabam empreendendo uma ação que entra em contradição com a direção social hegemônica da profissão, que defende um projeto coletivo.

Sabemos que durante considerável período, o Serviço Social sofreu a influência do psicologismo, conferindo à profissão determinadas peculiaridades. Se hoje, ainda nos deparamos com este tipo de influência, podemos dizer que de certo modo esta orientação tem impedido os profissionais de olharem mais longe, para o movimento das relações sociais e os interesses conflitantes, perdendo a visão da totalidade e consequentemente, suas possibilidades e limites.

Se tomarmos como referência o projeto ético-político da profissão, o trabalho do Assistente Social não se centra na realidade interna dos indivíduos, ainda que estas questões sejam consideradas em determinados momentos – sendo necessário aos usuários um lugar

para alívio das tensões, para fazer suas reclamações e buscar o respeito e o apoio – estes problemas podem ser atingidos se as famílias receberem uma atenção que democratize informações, que proponham orientações indispensáveis e seguras sobre seus direitos, sua realidade social e que as capacitem à reivindicar, questionar e fazer escolhas a partir de seus interesses e necessidades.

Cabe destacar que, em nenhum momento procuramos julgar o profissional, visto que esta não é a nossa proposta e, porque como apontamos, os Assistentes Sociais têm enfrentado um redimensionamento de suas atribuições e das demandas oriundo das atuais transformações societárias, bem como do conjunto de determinações e mediações que atravessam seu campo de trabalho, na condição de trabalhador assalariado.

Desse modo, o caráter pedagógico do trabalho profissional dos Assistentes Sociais com famílias tem estado relacionado tanto às tendências conservadoras da profissão, advindas do paradigma da coerção/consenso, mas também vem pautando-se no projeto ético-político do Serviço Social, perspectiva que corresponde ao paradigma crítico-dialético.

Neste contexto, portanto, situamos a contribuição de Gramsci, na medida em que podemos pensar o Assistente Social como um educador, que na condição de representante da consciência crítica assuma a função de mediador entre o indivíduo e a sociedade, desde que tenha objetivos hegemônicos. Entendemos que a função educativa, evidenciada no pensamento gramsciano se apresenta compatível ao Serviço Social na medida em que o profissional tem nos espaços ocupacionais, a possibilidade de iniciar uma ação educativa no cotidiano, voltada para os interesses das classes subalternas, onde constrói, acumula e democratiza informações e análises sobre o movimento da realidade social e sobre a realidade específica com a qual trabalha.

Essa ação sócio-educativa tem como ponto de partida, os conhecimentos e informações adquiridos pelo Assistente Social na formação profissional e continuada. Assim,

a ação sócio-educativa deve ultrapassar o mero caráter informacional e de persuasão, pois se centra no levantamento de questões, buscando-se a reflexão, apontando as contradições e estabelecendo relações de situação particulares – pessoais ou do grupo familiar – com a realidade social – com suas relações sociais que envolvem interesses divergentes e projetos societários distintos.

Se a prática dos homens está perpassada de ideologias dominantes e o Serviço Social, inscreve-se nas relações sociais e no quadro da divisão social do trabalho, como uma prática pedagógica, vinculada predominantemente às estratégias de dominação, respaldado por teorias sociais conservadoras, impõe-se então como tarefa, contribuir para a formação de uma nova hegemonia. É nesta direção, que evidenciamos a contribuição do pensamento gramsciano, como pressuposto para o estabelecimento de novas relações sociais, tendo a ação educativa como instrumento que permita aos usuários a construção da consciência das contradições, importante passo para a contra-hegemonia e fortalecer de sua organização política.

Na construção de novas relações hegemônicas na sociedade “as experiência parciais, setoriais e moleculares dos segmentos das classes subalternas” devem ser reorganizadas e unificadas em um projeto global que sirva de impulso às lutas e acene com possibilidades de transformação. Neste processo a categoria dos Assistentes Sociais direciona sua função de mobilização social, participando ao lado de outros sujeitos para que as classes subalternas “apreendem a totalidade de suas condições objetivas de vida e posicionem-se, no enfrentamento com as classes adversárias, construindo novas relações hegemônicas na sociedade brasileira” (CARDOSO e MACIEL, 2000).

Assim sendo, o Assistente Social pode se constituir num educador, que propõe a passagem do senso comum, de um modo de pensar desorganizado e folclórico, para um

pensar crítico e histórico a partir dos problemas práticos vividos por elas, para que cheguem através da discussão de seus problemas, a um nível de cultura mais crítico.

Pensar as ações sócio-educativas no âmbito da educação molecular e coletiva nos ajuda a entender que num primeiro momento o Assistente Social está instrumentalizando as famílias com um saber em relação ao como e ao que reivindicar, em busca de alternativas possíveis e como viabilizá-las. Para, num segundo momento, articular com uma educação coletiva, a qual tem como função a emancipação humana, que tem como vetores “politização das relações sociais e das práticas sociais a questão social, redirecionando o eixo das referidas práticas como mediações entre necessidades sociais e a construção de estratégias emancipatórias de controle social pelas classes subalternas; e a intervenção consciente dessas classes no movimento histórico”. (ABREU, 2001, p. 59).

Neste sentido, o que visualizamos no terreno estudado foi que, se por um lado, temos ações sócio-educativas voltadas para a construção de uma prática de caráter educativo-político, para a busca da democratização e de formação de uma consciência crítica, por outro, ainda existe um trabalho voltado para a atuação psicossocial, por intermédios de aconselhamentos, apoio e práticas individuais. Por isso, no período de tempo analisado, temos orientações com direções opostas, que coexistem indistintamente e incidem sobre o projeto ético-político profissional. Ou seja, temos orientações em consonância, mas também em contradição com o atual projeto ético-político do Serviço Social.

Estes são dados que revelam as conseqüências de um processo de Reconceituação profissional que avançou com qualidade no debate teórico, mas que não teve hegemonia suficiente, principalmente no interior das unidades de formação, para avançar com a mesma qualidade quanto ao trabalho profissional.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M. **Serviço social e a organização da cultura**: um estudo sobre a função pedagógica do Assistente Social. 2001, 229f, Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ALENCAR, M. M. T. Família no Brasil dos anos 90: a precariedade nas condições de vida e de trabalho. In: **Em Pauta**. Rio de Janeiro: UERJ. n. 16, jan./jul., 2000. p. 65-78.
- AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 1985. 5 v.
- BARBOSA, R. N. C.; CARDOSO, F. G.; ALMEIDA, N. L. T. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do Assistente Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 58, p. 109-130, nov.1998.
- BARROS, N. A. de. El analisis de las políticas sociales desde una perspectiva familiar. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. n. 49, nov., 1995. p. 117-132.
- BILAC, Elizabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) **A família contemporânea em debate**. 5. ed. São Paulo: EDUC / Cortez, 2003. p. 29-38.
- BROCCOLI, A. **Antonio Gramsci y la educación como hegemonia**. 2. ed. México: Nova Imagen, 1979.
- CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. In: **Ser Social**. Brasília, n. 12, jan./jun., p. 165-190. 2003.
- CARDOSO, F. G. e MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. Capacitação em Serviço Social e política social. **Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais**. Brasília: CEAD, UnB, 2000. p. 141-150.
- CARVALHO, A. Assistência social no contexto do Estado de Bem Estar: limites e perspectivas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 47, abril., 1995.

CARVALHO, M. C. B. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) **A família contemporânea em debate**. 5. ed. São Paulo: EDUC / Cortez, 2003. p. 15-22.

\_\_\_\_\_. A política da assistência social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 62, mar., p. 144-155. 2000.

CHUAIRI, S. H. Assistência jurídica e serviço social: reflexões interdisciplinares. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 67, Especial, p. 124-144. 2001.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., Goiânia. **Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Goiânia: CFESS, 1998.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., Rio de Janeiro. **Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD ROOM.

COSTA, M. D. H. da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) Assistentes Sociais. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 62, mar., p. 35-72. 2000.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**. Porto Alegre: L & PM, 1981. Parte I: Introdução ao Pensamento de Gramsci. p. 11-130.

\_\_\_\_\_. **Gramsci**. Porto Alegre: L & PM, 1981. Parte II: Textos selecionados de Gramsci. p. 189-232.

DE MARTINO, Mônica Solange B. Políticas sociales y familia – Estado de bienestar y neo-liberalismo familiarista. In: **Fronteras**. Montevideo, n. 4, set. p. 103-114. 2001.

DOWBOR, L. A. A economia da família. IN: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2003. p. 293-316.

ESPING-ANDERSEN, G. **Social Foundations of Postindustrial economies**. New York: Oxford University Press, 1999. Cap. IV. Tradução (digitado). p. 1-24.

FERREIRA, M. R. Hacia una politica social de la familia. In: CARVALHO, D. B. B. de; SOUZA, N. H. B. de; DEMO, P. (Orgs.) **Novos paradigmas da política social**. Brasília: UNB, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2002. p. 133-162.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREITAS, R. C. S. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 71, Especial, p. 80-101. 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 6**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 2**. 2. ed. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 4**. 2. ed. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 1**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 71, Especial, p. 80-101. 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994. Parte II: A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. p. 115-184. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.

HOLANDA, M. N. A. B. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 69, mar., p. 5-29. 2002.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. 15. ed. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. In: CFESS. **Em questão: atribuições privativas do(a) Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2002. p. 13-50.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: Capacitação em Serviço Social e política social **Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social** Brasília: CEAD, UnB, 1999. p. 111-128.

JELIN, E. La tensión entre el respeto a la privacidad y las responsabilidades del Estado. In: FASSLER, C. et. al. (Orgs.) **Género, familia y políticas sociales**. Montevideo: Trilce, 1997. p. 29-45.

JESUS, A. T. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez: Campinas (SP): Universidade de Campinas, 1989.

LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. Capacitação em Serviço Social e política social. **Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília: UnB, 2000. p. 19-33.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **A intersetorialidade profissional do serviço social no contexto da cidadania e dos direitos: pensando as ações sócio-educativas**. 2004. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LO VUOLO, R. **Agenda social: las familias em América Latina: diagnóstico y políticas públicas**. Chile: CLACSO, 2001. p. 1-32.

MEDEIROS, M. et al. **O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADs de 1992 a 1999**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. p.1-27. Acesso em: 05 abr. 2005.

MELLO, S. L. de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. C. B. de. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000. p. 51-60.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MIOTO, R. C. T. **Ações sócio-educativas em programas de transferência de renda**. Florianópolis: UFSC, 2004. 5 p. (digitado).

\_\_\_\_\_. Reconstruindo o processo: a construção de uma outra cartografia para intervenção profissional dos Assistentes Sociais com famílias. **Projeto de pesquisa**. Florianópolis: UFSC, 2002. 20 p.

\_\_\_\_\_. Novas propostas e velhos princípios: subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar. In: **Fronteras**. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de la República. n. 4, set. 2001. p. 93-102.

\_\_\_\_\_. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos vulneráveis. In: Capacitação em Serviço Social e política social. **Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais**. Brasília: CEAD, UnB, 2000. p. 211-224.

\_\_\_\_\_. Família e Serviço Social – contribuições para o debate. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 55, nov., p.114-130. 1997.

MIOTO, R. C. T., e TAKASHIMA, G. **Família: entre o privado e o público**. Florianópolis. 1996. (digitado).

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: Capacitação em Serviço Social e política social **Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social** Brasília: CEAD, UnB, 1999. p. 92-110.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 56, abril, p. 87-132. 1996.

NETTO, Antônio G. M. et. al. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, 1986.

NOGUEIRA, V. M. R. **O direito à saúde na reforma do estado brasileiro**: construindo uma nova agenda. 2002, 343f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

OLIVEIRA, B. A. **O trabalho educativo**: reflexões sobre paradigmas e problemas do pensamento pedagógico brasileiro. Campinas: Editora Autores Associados (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo). 1996.

PEREIRA, I. C. G. Do ajustamento à invenção da cidadania: serviço social, saúde mental e intervenção na família no Brasil. In: VASCONCELOS, E. M. (Org.). **Saúde mental e serviço social**: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000. p. 217-262.

PEREIRA, P. A. P. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 48, ago., p. 103-114. 1995.

PORTO, M. C. S. Cidadania e (des)proteção social: uma inversão do Estado brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 68, nov., p. 17-33. 2001.

PRAZERES, G. G. S., JESUS, C. S., ROSA, K. T. **Metodologias de atenção à família: o fazer do Assistente Social**. Florianópolis: GAPEFAM. 2002. (digitado).

RODRIGUES, G. **No cotidiano da profissão**: a prática profissional dos Assistentes Sociais com famílias. 2002, 86f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

\_\_\_\_\_. No cotidiano da profissão: o trabalho dos Assistentes Sociais com famílias. In: **Livro Resumo do Congresso Internacional Pesquisando a Família**. Florianópolis: Palotti, 2002. p. 251.

ROSA, L. C. S. Os saberes construídos sobre a família na área da saúde mental. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 71, Especial, p. 138-164. 2002.

SADER, E. Direitos e esfera pública. **Serviço social e sociedade**. São Paulo, n. 77, mar. 2004.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 11. ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANT'ANA, R. S. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 62, mar., p. 73-92. 2000.

SANTOS, J. A.. Da teoria da ideologia à teoria da hegemonia. In: **O princípio da hegemonia em Gramsci**. Lisboa: Vega Universidade, p. 83-108, 1986.

SARACENO, C. Statto e famiglia. IN: SARACENO, C. **Sociologia della Famiglia**. Bologna, Itália: Società Editrice Il Mulino, 1996.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. IN: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2003. p. 21-36.

\_\_\_\_\_. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) **A família contemporânea em debate**. 5. ed. São Paulo: EDUC / Cortez, 2003. p. 39-49.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.

SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Rio Grande do Sul. **Anais do Seminário Latino Americano de Assistentes Sociais**. Rio Grande do Sul: PUCRS; ABEPSS, 2003. CD ROOM.

SILVA, Benedicto; MIRANDA NETTO, Antonio Garcia (Coord.). **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Instituto de Documentação, 1986.

SILVA, L. M. M. R. **Serviço Social e Família: a legitimação de uma ideologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

SILVA, M. R. S. da. **Família e alcoolismo: em busca do conhecimento**. 1996, 182f. Dissertação (Mestrado em Assistência de Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

SILVA, M. D. C. A produção do conhecimento no serviço social e sua relação com os princípios éticos. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 77, mar., p. 121-147. 2004.

SIMIONATTO, I. Do Welfare State ao Welfare Family: a reforma da assistência social na Itália. In: **Ser Social**. Brasília, n. 12, jan./jun., p. 145-164. 2003.

\_\_\_\_\_. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social** Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SZYMANSKI, Heloisa. Teoria e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) **A família contemporânea em debate**. 5. ed. São Paulo: EDUC / Cortez, 2003. p. 23-28.

VALLE, C. N. Práticas educativas na atenção secundária e terciária: possibilidades e limites. In: **Libertas**. Juiz de Fora, v. 1, n. 1, jan./jun., p. 105-122. 2001.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do serviço social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2002.

VERDÈS-LEROUX, J. **Trabalhador social**: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção. São Paulo: Cortez, 1986. (Tradução de René de Carvalho).

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 71, Especial, p. 45-62. 2002.

WEISSHAUPT, J. R. (Org.) **As funções sócio-institucionais do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

YAZBECK, M. C. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Capacitação em serviço social e política social. **Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília: UnB, 2000. p. 87-99.

\_\_\_\_\_. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 56, mar., p.51-59. 1998.



## **ANEXO**

## INSTRUMENTO

1. Construído para a finalidade da pesquisa.
  2. Será utilizado para examinar minuciosamente as bibliografias selecionadas como objeto de estudo; será aplicado separadamente, em cada trabalho selecionado.
  3. Adaptado de Silva (1996).
- 

Trabalho número: \_\_\_\_\_ .

### 1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Referência bibliográfica completa:

---

---

---

1.2 Localização do trabalho:

---

---

---

### 2. CARACTERIZAÇÃO

2.1 Tema central:

---

---

---

2.2 Temas correlatos:

---

---

---

2.3 Características do estudo / Tipo de estudo:

---

---

---

2.4 Objetivo do trabalho:

---

---

---

2.5 Referencial teórico-metodológico:

---

---

---

2.6 Local em que foi realizado o trabalho/espço de atuação:

---

---

---

2.7 Profissionais envolvidos e formação:

---

---

---

2.8 Instrumental técnico-operativo:

---

---

---

2.9 Usuários:

---

---

---

2.10 Dimensões (discurso de fundo):

---

---

---

2.11 Categorias utilizadas:

---

2.12 Discurso sobre a família:

---

---

---

2.13 O que é educativo; o que qualifica o trabalho como ações sócio-educativas:  
(concepções de educação dos Assistentes Sociais).

---

---

---

2.14 Indicadores/aspectos do trabalho profissional com as famílias:

### **3. OUTROS**

3.1 Resumo do trabalho: principal idéia, objetivos, resultados e conclusões:

---

---

---

---

3.2 Comentários do pesquisador:

---

---

---